

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Dissertação de Mestrado

Lucas Trajano Dreyer Ferreira

**EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO ARAGUAIA: ESTUDO DO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT**

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2023

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO ARAGUAIA: ESTUDO DO
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MT

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de ensino, estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

Catlogação da Publicação

Autor: Lucas Trajano Dreyer Ferreira

EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO ARAGUAIA: ESTUDO DO MUNICÍPIO
DE SANTA TEREZINHA-MT

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em __ de _____ de 2023.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Júlia Adão Bernardes – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro – Universidade Federal de Mato Grosso

Prof.^a Dr.^a Roberta Carvalho Arruzzo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

FERREIRA, Lucas Trajano Dreyer. **Expansão do agronegócio no Vale do Araguaia: Estudo do município de Santa Terezinha – MT**. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O Brasil continua seu processo histórico de expansão de suas fronteiras agrícolas em direção ao Norte, ocupando atualmente vasto território do bioma cerrado e Amazônia Legal. Essas fronteiras avançam com investimentos em técnicas modernas de produção em larga escala, atendendo o mercado global de grãos. A pesquisa tem como área de estudo o município de Santa Terezinha, localizado na Macrorregião do Nordeste Mato-grossense, região conhecida como Vale do Araguaia e busca detectar e analisar os limites e possibilidades da expansão do agronegócio que ocorre pelas MT-413, MT-431, MT-432 e MT-100 até o município de Santa Terezinha, sob influência da expansão da fronteira agrícola da BR-158 mato-grossense. Nesse cenário, destaca-se a soja, inserida gradativamente na região a partir da década de 1990, sendo uma das principais commodities para a economia nacional e “carro-chefe” da expansão, onde o estado de Mato Grosso aparece como o maior produtor de soja no Brasil e um dos maiores no mundo, produzindo 35.336.979 toneladas de grãos em dezembro de 2021, segundo dados da base SIDRA/IBGE, 2022. O Vale do Araguaia, desde tempos imemoriais, é ocupado por povos indígenas, dentre eles os povos Xavante, Tapirapé, Karajá. “Outros povos certamente habitaram o território” (CANUTO, 2019, p.35). A partir do século XX, posseiros oriundos das regiões Norte e Nordeste passam a ocupar lentamente a região, movimento intensificado a partir dos anos 70 durante a ditadura militar, através de projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), acompanhados de projetos de colonização privada de grupos da região Sul. Desde então conflitos são constantes envolvendo agentes diversos como posseiros, assentados, fazendeiros, povos indígenas, movimentos católicos e sociais, políticos, polícia, exército dentre outros. Ao longo da história de Santa Terezinha e região do Vale do Araguaia, são registrados diversos casos agressões, assassinatos, prisões, ameaças, grilagem de terra, peonagem e trabalho escravo, desmatamento, queimadas, invasões de terra e recentemente despejos de agrotóxico sobre populações, como forma de intimidar e coagir a população local.

Palavras-chave: fronteira agrícola tecnificada, soja, Santa Terezinha, BR-158, logística.

Abstract

FERREIRA, Lucas Trajano Dreyer. **Expansion of agribusiness in the Araguaia Valley: Study of the municipality of Santa Terezinha – MT.** Rio de Janeiro, 2023. Dissertation (Master in Geography) – Institute of Geosciences, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Brazil continues its historic process of expansion of its agricultural frontiers towards the North, currently occupying vast territory of the cerrado biome and the Legal Amazon. These frontiers advance with investments in modern large-scale production techniques, serving the global grain market. The research has as study area the municipality of Santa Terezinha, located in the macro-region of Northeast Mato Grosso, region known as Vale do Araguaia and seeks to detect and analyze the limits and possibilities of the expansion of agribusiness that occurs by the MT-413, MT-431, MT-432 and MT-100 to the municipality of Santa Terezinha, under the influence of the expansion of the agricultural frontier of the BR-158 Mato Grosso. In this scenario, soy stands out, gradually inserted in the region from the 1990s onwards, being one of the main commodities for the national economy and the “flagship” of expansion, where the state of Mato Grosso appears as the largest producer of soybeans. soy in Brazil and one of the largest in the world, producing 35,336,979 tons of grains in December 2021, according to data from the SIDRA/IBGE base, 2022. The Araguaia Valley, since time immemorial, has been occupied by indigenous peoples, among them the Xavante, Tapirapé, Karajá peoples. “Other peoples certainly inhabited the territory” (CANUTO, 2019, p.35). From the 20th century, squatters from the North and Northeast regions slowly began to occupy the region, a movement that intensified from the 1970s during the military dictatorship, through projects by the Superintendency for the Development of the Amazon (SUDAM), accompanied by colonization projects. private groups from the South region. Since then conflicts have been constant involving various agents such as squatters, settlers, farmers, indigenous peoples, Catholic and social movements, politicians, police, army. Throughout the history of Santa Terezinha and the Vale do Araguaia region, several cases of aggression, murder, arrests, threats, land grabbing, peonage and slave labor, deforestation, fires, land invasions and recently pesticide dumps on populations, have been recorded. as a way to intimidate and coerce the local population.

Keywords: technified agricultural frontier, soy, Santa Terezinha, BR-158, logistics.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a minha mãe, Maria do Carmo e meu pai, Dalton Luís, que me deram todo o apoio necessário para conclusão de mais uma etapa importante da minha vida e a eles sou muito grato. Dedico também a professora Júlia Adão Bernardes, que muito me inspira e incentiva, sendo uma das grandes pessoas que tive o prazer de conhecer e trabalhar na Geografia da UFRJ. Dedico também aos amigos Daniel Monteiro e Jonatan Araujo, que tiveram grande contribuição para a construção desta dissertação e dedico aos amigos do laboratório NUCLAMB-UFRJ e os momentos de experiência e aprendizagem. Agradeço assim a minha família e aos meus amigos que me apoiaram ao longo dessa caminhada. Muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

.....12

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL EM SANTA TEREZINHA

.....21

1.1 A população indígena do município de Santa Terezinha

.....22

1.2 A chegada do não-indígena à Santa Terezinha

.....27

1.3 A Era Vargas

.....30

1.4 Barra do Garças e a criação de novos municípios

.....34

1.5 Venda indiscriminada de terras

.....35

1.6 Conflitos até a criação do município de Santa Terezinha

.....40

1.7 Considerações sobre a história de Santa Terezinha

.....45

CAPÍTULO 2 – A FRONTEIRA AGRÍCOLA DO VALE DO ARAGUAIA

.....47

2.1 Rodovia Federal BR-158 e sua importância

.....48

2.2 O processo de implantação da fronteira agrícola na Microrregião de Canarana

.....53

2.3 O processo de implantação da fronteira da pecuária na Microrregião do Norte Araguaia	60
2.4 O avanço da fronteira agrícola na Microrregião do Norte Araguaia	70
2.5 O avanço da técnica nas Microrregiões do Nordeste Mato-Grossense	75
2.6 Breve estudo comparativo do avanço da fronteira agrícola nas Microrregiões do Nordeste Mato-Grossense	80
2.7 A produção de soja nos municípios do Vale do Araguaia em 2021: uma área concentrada da agricultura moderna?	93
2.8 Considerações parciais sobre o avanço da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia	98
CAPÍTULO 3 – A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM SANTA TEREZINHA	100
3.1 Rodovias em Santa Terezinha	100
3.2 Quadro natural de Santa Terezinha	104
3.3 A expansão da fronteira agrícola em Santa Terezinha	108
3.4 Áreas possíveis de serem utilizadas pela expansão da soja	117
3.5 Conflitos levantados pela CPT em Santa Terezinha	131

3.6 Considerações sobre a expansão do agronegócio em Santa Terezinha
.....133

CONSIDERAÇÕES FINAIS
.....135

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
.....138

Introdução

Iniciada a terceira década do século XXI, o Brasil continua seu processo histórico de expansão das fronteiras agrícolas, que avançam em direção ao norte do país, ocupando atualmente vasto território do bioma cerrado, penetrando inclusive em zonas de transição de biomas e partes da Amazônia Legal, como visto em trabalho de campo em 2019 e constatado também em imagens de satélite pelo Google Maps, 2022. Hoje, partes do cerrado e da Amazônia brasileira podem ser vistos como o grande palco do avanço dessas fronteiras agrícolas tecnificadas, com destaque para o estado de Mato Grosso, maior produtor de soja no Brasil, com 35.336.979 toneladas de grãos produzidos em 2021¹, segundo dados da base SIDRA/IBGE, 2022, representando 26,18% da produção nacional no ano que correspondeu a um total de 134.934.935 toneladas, em um cenário no qual a commodity apresenta grande importância para a economia nacional.

Essas fronteiras avançam com investimentos em técnicas modernas de produção no campo, trazendo embutida a ideia de “modernidade enquanto forma de produzir, que envolve o produzir e como produzir, significando novas organizações e relações sociais” (BERNARDES, 2009, p.34). Observa-se na BR-158 mato-grossense, uma dessas fronteiras em expansão, localizada na Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense, entre os vales do Rio Xingu e do Rio Araguaia, abarcando as Microrregiões do Médio Araguaia, de Canarana e do Norte Araguaia.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo (SANTOS, 1985, p. 50).

Essa região, conhecida como Vale do Araguaia, conta com a presença de povos indígenas de diversas etnias desde tempos imemoriais, como é o caso dos povos Xavante, Tapirapé, Karajá, Kayapó e Javaé (CANUTO, 2019). Os primeiros não indígenas chegaram apenas entre 1910 e 1915, um grupo de sertanejos que estabeleceu um povoado no local

¹Até o momento, os dados mais recentes de produção de soja apresentados pela base SIDRA/IBGE são de 2021.

chamado de Furo de Pedra, no encontro do Ribeirão Furo de Pedra com o Rio Araguaia, onde hoje é Santa Terezinha (CANUTO, 2019), município que concentrará o foco desta pesquisa. Aos poucos, grupos de posseiros vindos em sua maioria das regiões Norte e Nordeste, foram ocupando a região à procura de um bom local para abrir roça, fixar família e construir povoados, que décadas mais tarde, deram origem aos atuais municípios da Microrregião do Norte Araguaia (MARTINS, 1997).

O “Vale dos Esquecidos”², como é chamado o Vale do Araguaia por alguns moradores e produtores locais, só foi ter sua ocupação intensificada a partir da década de 1970, durante a ditadura militar, através de projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, acompanhados de projetos de colonização privada que levaram os municípios da Microrregião de Canarana a grandes mudanças estruturais (MARTINS, 1997; BERNARDES, 2009, CANUTO, 2019). Tem-se aqui, um novo tipo de ocupação que, diferente da Microrregião do Norte Araguaia, ocorreu de forma induzida, através da ação de empresas colonizadoras, responsáveis por desmatar as florestas, lotear a área e vender as terras para famílias, em sua maioria, de sulistas, que buscavam lotes a preços mais acessíveis para expandir sua produção.

No período da ditadura militar, com o auxílio de recursos da SUDAM, o mercado de compra e venda de terras foi fomentado e grandes fazendas se formaram por todo o Vale do Araguaia, a exemplo da Suiá-Missu e da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara (BERNARDES, 2009). Nessa fase, eclodiram casos de violência, peonagem e grilagens de terra pelos municípios das Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia, levando a população local a uma escalada de medo e resistência. Durante a década de 1970, conflitos armados ocorreram, a exemplo de Santa Terezinha, entre sertanejos e pistoleiros da fazenda Codeara, por conta de disputa de terras (CANUTO, 2019, 2021).

Nesse cenário, o mercado de terras e a produção no campo foi se desenvolvendo pelo Vale do Araguaia, gerando grandes latifúndios, concentrando a terra e poder nas mãos de alguns grupos de capital privado e fazendeiros influentes na política local. Muitos posseiros, por não possuírem documentos de posse de suas terras, viram-se coagidos a vendê-las a preços irrisórios, para fazendeiros que se diziam donos; alguns lutaram por suas terras e foram

²O Vale do Araguaia é também chamado por muitos, de Vale dos Esquecidos. A esse respeito cabe indicar os documentários “Vale dos Esquecidos. Direção: Maria Raduan. Produção: Maria Raduan e Rodrigo Teixeira. Brasil: RT Features, 2010” e “Descalço Sobre a Terra Vermelha. Direção: Oriol Ferrer. Produção: Minoria Absoluta, Raiz Produções. Brasil: TV3, TVE, TV Brasil, 2012”, que retratam a realidade conflitiva da região e o abandono do poder do Estado.

violentados, e outros simplesmente deixaram o lugar e migraram (CANUTO, 2019, 2021) em busca de uma “terra de ninguém” para se fixar e viver da subsistência.

Em relação à produção no campo, os novos fazendeiros beneficiados pelos recursos da SUDAM tiveram que se adaptar às condições físicas de clima e solo da região, testando culturas de plantio que lhes rendessem bom lucro. Inicialmente, muitos colonos vindos do sul do país, plantaram arroz, produto muito comum em seus municípios de origem, mas que no Vale do Araguaia, foi perdendo a produtividade e degradando o solo com o passar do tempo, devido à incompatibilidade da cultura plantada com as condições físicas do lugar (MARTINS, 1997).

A soja, que atualmente representa uma das principais commodities nacionais e constitui o “carro-chefe” da expansão da fronteira agrícola, foi inserida no Vale do Araguaia durante a década de 1990 na Microrregião de Canarana, tendo sua produção intensificada na primeira década dos anos 2000. Durante o século XXI, a fronteira da soja foi expandida para os municípios da Microrregião do Norte Araguaia, atingindo valores expressivos na produção dos grãos, tendo Canarana produzido mais de 3 milhões de toneladas de grãos de soja em 2021, enquanto que o Norte Araguaia produziu mais de 2 milhões (SIDRA/IBGE, 2022).

Dessa forma, desde o século XXI, o Vale do Araguaia vem apresentando uma lógica de produção voltada para atender as demandas do mercado internacional de grãos. O crescimento da produção vem acompanhado do uso de técnicas cada vez mais modernas no plantio, colheita e tratamento do solo (ARACRI, 2010), instituindo, mais recentemente, a agricultura de precisão, realizada por aparelhos remotos, que obtêm informações via satélite sobre o solo, clima, declividade do terreno, dentre outros dados, os quais, bem utilizados, proporcionaram um elevado rendimento. Vale ressaltar que as tecnologias usadas estão em constante evolução, cabendo ao produtor atualizar-se e acompanhar o ritmo que o mercado exige.

No âmbito dessa expansão, selecionamos como área de estudo a fronteira que se forma a partir da BR-158 em direção ao município de Santa Terezinha, através da MT-413, MT-431, MT-432 e MT-100, rodovias estaduais por onde a soja avança. Diferente de outros municípios da região, Santa Terezinha não apresenta expressividade na produção de soja, devendo-se ressaltar que seu solo, não é o mais propício a esse cultivo, muito menos a cidade de Santa Terezinha, que não aparece como polo de serviços relacionados às atividades do agronegócio, carecendo de hospitais, aeroporto, hotéis, faculdades, lojas especializadas em produtos agrícolas, empresas prestadoras de serviços rurais, agências bancárias, dentre outros. Entretanto, apresenta reflexos do avanço da soja a partir da BR-158, pois a commodity adentra

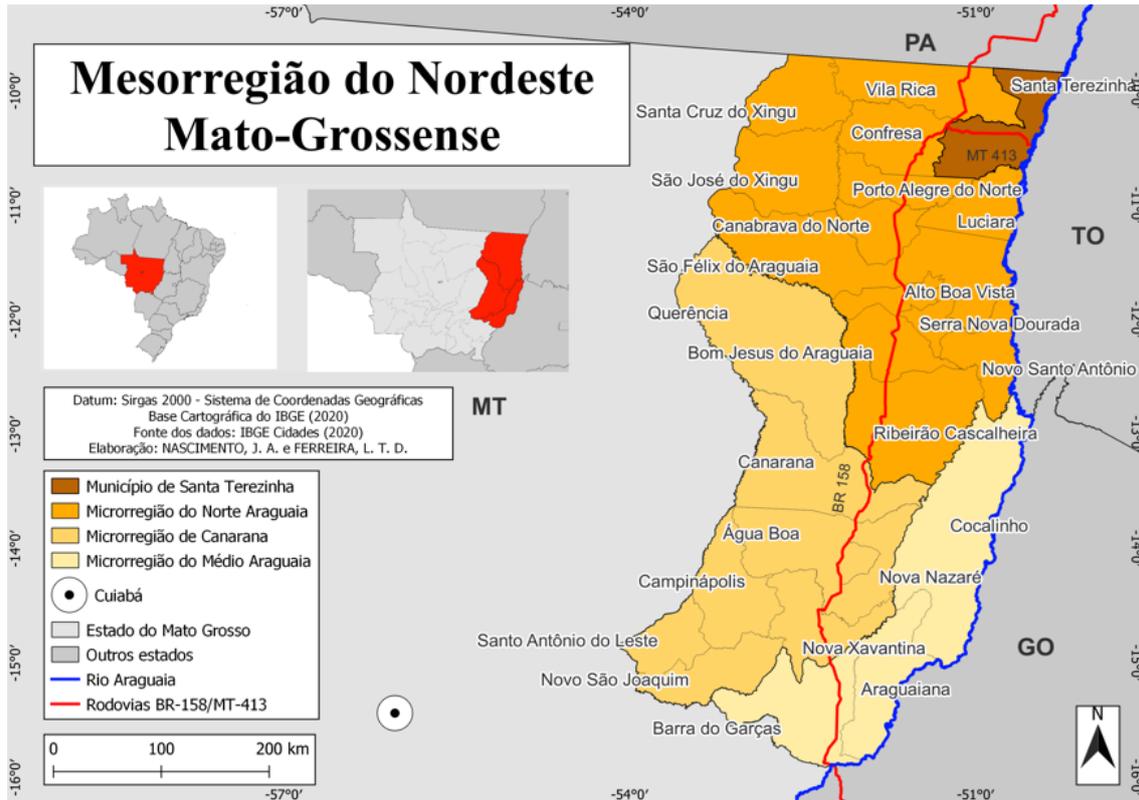
seus limites territoriais, atendendo o município vizinho de Confresa, as demandas de serviço citadas, constituindo uma alternativa para os produtores do município de Santa Terezinha.

Vale ressaltar que a história da fundação de Santa Terezinha foi marcada por muita luta pela terra em tempos de ditadura militar, além de muita resistência por parte da população, muitos dos quais se encontram presentes no município até os dias de hoje. A memória dessa conquista segue viva e é repassada por gerações, podendo constituir algum tipo de entrave para a expansão de uma atividade hegemônica, como é o caso da soja.

Nesse contexto, tem-se como objetivo geral analisar o processo de avanço da fronteira agrícola tecnificada a partir da BR-158, em direção a Santa Terezinha. A análise está inserida no contexto do mercado globalizado de grãos e busca detectar as suas especificidades, procurando identificar os processos de racionalidade e contra-racionalidade (SANTOS, 1996) em andamento. Dentre esses processos é importante destacar, no que diz respeito à racionalidade do agronegócio, a modernização agrícola e, em relação à contra-racionalidade, a resistência associada aos conflitos, especialmente de terra, em áreas indígenas e assentamentos.

Em relação aos objetivos específicos, propõe-se:

- Compreender a história de Santa Terezinha no que diz respeito à sua formação territorial;
- Averiguar a magnitude do processo de expansão de grãos, seja em área, no nível técnico aplicado e em produção;
- Avaliar os limites da expansão da produção de soja, segundo a qualidade dos solos encontrados;
- Analisar as vantagens de localização do município em relação aos portos de escoamento do norte do país;



Mapa 1: Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense. (Fonte: NASCIMENTO, J. A. e FERREIRA, L.T.D, 2022).

Os referidos processos serão analisados no município de Santa Terezinha. Por terra, a MT-413 aparece como a principal rodovia de acesso, que apresenta em seus aproximadamente 94 km de extensão (SINFRA-MT, 2023), trechos que variam entre asfaltamento, pontes de madeira e estrada de terra pouco conservada, que faz a ligação com a BR-158 na altura de Confresa, próximo à Vila Rica. O núcleo urbano de Santa Terezinha situa-se às margens do Rio Araguaia, de grande extensão e enorme valor cultural e econômico para as populações tradicionais, constituindo importante via de transporte e meio de subsistência. Como pode ser observado no Mapa 1, o município de Santa Terezinha está localizado na Microrregião do Norte Araguaia, que se insere na Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense, fazendo divisa com os estados do Pará ao norte e Tocantins a leste, limitando-se com os municípios mato-grossenses de Vila Rica, Confresa, Porto Alegre do Norte e Luciara.

Meu interesse pelo tema justifica-se, em primeiro lugar, pelo desejo de estudar assuntos que envolvessem diversos ramos da Geografia, onde as ciências humanas e físicas pudessem conversar entre si. Encontrei na Geografia Agrária a satisfação em me aprofundar nos estudos e, junto do meu grupo de pesquisa, o Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB-UFRJ), agucei minha curiosidade em conhecer cada vez mais a realidade do interior do Brasil, e assim

observar e absorver suas paisagens, sua cultura, os processos de formação territorial, suas formas de organização, suas histórias.

Em relação ao recorte selecionado, pesquisar a *Expansão do Agronegócio no Vale do Araguaia: Estudo do Município de Santa Terezinha-MT*, se justifica pela importância de compreender os efeitos da expansão da produção da soja em uma região, que viveu uma história peculiar no contexto da ditadura militar e do estado de Mato Grosso, onde ocorreram conflitos agrários envolvendo indígenas, posseiros, agentes pastorais, Governo do Estado e Governo Federal, militares, fazendeiros, empresários, órgãos públicos e toda a população local de um modo geral. A história de luta e resistência dos povos tradicionais em Santa Terezinha, já constituiu um fator importante para se fazer uma análise frente ao avanço da fronteira agrícola.

A variedade cultural encontrada na região também enriquece o trabalho, pois lá temos a presença de indígenas de diversas etnias, antigos posseiros vindos de diversos contextos e lugares do país e uma comunidade católica apoiando a luta pela terra dos mais humildes, como a Prelazia de São Félix do Araguaia e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que desempenharam um papel missionário importante no Vale do Araguaia. Além do mais, vale ressaltar a importância do exuberante Rio Araguaia que margeia a cidade de Santa Terezinha, e reforçar a importância da preservação da fauna e da flora característica de uma zona de transição de biomas entre Cerrado e Floresta Amazônica.

Deve-se frisar que o solo em Santa Terezinha é raso e pedregoso, pouco propício ao cultivo da soja, o que instiga a investigação; por outro lado, o município apresenta problemas relacionados ao aumento na produção dos grãos, que envolvem questões fundiárias e o uso indiscriminado de agrotóxicos, servindo de indicativo da instalação da fronteira agrícola no município. Vale destacar que a expansão da fronteira agrícola, encontra-se aqui em fase inicial, onde os processos de apropriação de terra por parte dos empresários e latifundiários são recentes, por isso, a pesquisa se justifica pela importância de acompanhar o desenvolvimento do agronegócio e das atividades hegemônicas que se iniciam, bem como compreender os motivos que estão estimulando esses produtores a produzirem soja em solos pouco favoráveis como os de Santa Terezinha.

Ao abordar uma fronteira agrícola tecnificada em uma área de expansão, com as especificidades de Santa Terezinha, esta pesquisa contribui também para discussões acerca dos impactos socioambientais do agronegócio, o uso de novas tecnologias no campo para racionalizar a produção, além de analisar os aspectos estimuladores dessa expansão que superam as referidas dificuldades.

Embora o foco da pesquisa seja Santa Terezinha, para compreender a expansão do agronegócio no município, no contexto do avanço da fronteira agrícola tecnificada no Nordeste Mato-Grossense, foi fundamental trabalhar o tema em distintas escalas, com vistas à comparação do avanço dessa fronteira no tempo e no espaço.

Ao levar em consideração o movimento de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas no cerrado e Amazônia Legal pela BR-158, e que recentemente adentra Santa Terezinha, é importante explicitar a questão central da pesquisa. Considerando-se a existência de determinadas barreiras, associadas a um quadro natural menos favorável, com solos que exigem maiores investimentos, e à existência de um quadro social que historicamente apresentou resistências, em que medida tais limites podem ser superados, levando-se em conta a inovação técnica para superação das dificuldades de ordem natural e de localização propícia, próximo a uma logística de escoamento da produção em função da proximidade da BR-158 com destino aos portos do Norte e Nordeste do país.

Apresentada a questão central, separamos agora 4 questões específicas que permeiam a pesquisa:

- Quais os limites e as possibilidades de expansão da fronteira agrícola da soja em Santa Terezinha, tendo em vista que o quadro natural não apresenta as condições ideais para esse cultivo?
- Como vem ocorrendo a incorporação de terras pelo agronegócio? Foram lotes de terra comprados? São terras adquiridas de assentados? Em que medida o agronegócio vem avançando sobre territórios indígenas?
- De que modo a localização de Santa Terezinha, contribui estrategicamente para expansão da soja no município, tendo em vista um possível favorecimento na logística de escoamento da produção dos grãos para os portos do Norte e Nordeste do país?
- Em que medida a história de resistência da população do município de Santa Terezinha inibe a expansão da cadeia de grãos? Quais os conflitos atuais e quem são os agentes envolvidos?

Para dar conta da proposta no que se refere à metodologia conceitual, serão utilizados os conceitos de *fronteira*, com os autores José de Souza Martins (1997) e Júlia Adão Bernardes (2009, 2022); *logística* com João Humberto Camelini & Ricardo Castillo (2008) e Edmilson dos Santos Almeida, Ronei Celho Lima & Tiago Campos Pereira (2022), *circuito espacial da*

produção e círculo de cooperação com Ricardo Castillo & Samuel Frederico (2010); *meio técnico-científico-informacional, racionalidades, contra-racionalidades, verticalidades, horizontalidades* com Milton Santos (1996) além das categorias *estrutura, processo, função e forma* (SANTOS, 1985).

No que se refere ao histórico da formação territorial na região, utilizarei as obras de: José de Souza Martins, *Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano* (1997); Hidelberto de Souza Ribeiro, *O Migrante e a Cidade – Dilemas e conflitos* (2001), *Geopolítica e Memória – uma discussão do processo de desenvolvimento* (2016a) e *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental* (2016b); Júlia Adão Bernardes & Roberta Carvalho Arruzzo. *Geografia da Soja III: Novas fronteiras no Vale do Araguaia*. (2009); Antônio Canuto. *Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-Grossense*, (2019) e *Ventos de Profecia na Amazônia - 50 Anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*, (2021).

Em relação à metodologia operacional, foi efetuado um estudo comparativo entre as diferentes Microrregiões do Nordeste Mato-Grossense, sendo dados secundários encontrados na base SIDRA/IBGE, utilizando um recorte temporal entre os anos 1990 e 2021 nas Microrregiões do Médio Araguaia, de Canarana e do Norte Araguaia, com ênfase, a partir da década de 2010, no município de Santa Terezinha, referentes à evolução da área plantada de soja e milho, quantidade produzida e rendimento médio, além do rebanho bovino, segundo o Censo Agropecuário. Dados referentes a conflitos sociais e ambientais serão levantados na base da CPT, ISA, CIMI, MAPBIOMAS, Prelazia de São Félix do Araguaia, Santuário dos Mártires da Caminhada, em sites, folhetos e em revisão bibliográfica. Os dados secundários receberão tratamento estatístico e serão apresentados na forma de gráficos, tabelas e mapas.

Para a coleta de dados primários foram realizados dois trabalhos de campo na região do Vale do Araguaia: o primeiro em junho de 2016, percorrendo alguns municípios da BR-158, e o segundo em fevereiro de 2019, visitando Santa Terezinha e alguns municípios vizinhos. Para a realização desta pesquisa, gostaria de ter feito um terceiro trabalho de campo com foco em Santa Terezinha, realizando entrevistas em assentamentos, fazendas, territórios indígenas, prefeitura, secretarias, prelaia e movimentos sociais. Por conta da pandemia da Covid-19 não foi possível sua realização.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, pretendo dividi-la em três capítulos, que buscam responder à questão central. O 1º capítulo trará informações históricas e dados a respeito dos povos tradicionais presentes em Santa Terezinha, sendo abordadas a presença histórica dos

povos Tapirapé e Karajá, bem como a chegada dos posseiros que deram início à construção do povoado. Será contada a história conflitiva até a fundação da cidade, abordando os processos estruturais que a região do Vale do Araguaia passou, durante o governo de Getúlio Vargas e durante a ditadura militar, especialmente no que diz respeito à questão da terra.

O 2º capítulo versará sobre a importância logística que a BR-158 tem para os municípios da região em relação à chegada de insumos e à distribuição da produção para os portos do Norte e Nordeste do Brasil. Serão apresentados os diferentes tipos de colonização ocorridos entre as Microrregiões do Vale do Araguaia, apontando para as racionalidades e movimentos de contraracionalidades existentes. Dados sobre produção, rendimento e área plantada de soja e milho, bem como o número de rebanho bovino, serão levantados e trabalhados para entendermos como vem ocorrendo o processo de avanço da fronteira agrícola. O recorte temporal será de 1990 a 2021.

O 3º capítulo analisará as características físicas de Santa Terezinha e suas vantagens e desvantagens logísticas em relação a sua localização. Trabalharemos aqui com os dados de soja, milho e de rebanho bovino no município, apontando sobre as condições em que se dá a expansão e como ocorre o acesso à terra. Trabalharemos também com os conflitos sociais e ambientais que atualmente estão presentes no avanço da fronteira agrícola em Santa Terezinha através de suas rodovias estaduais: MT-413, MT-431, MT-432 e MT-100. Assim sendo, temos como síntese dos capítulos:

- Capítulo 1 – História da formação territorial em Santa Terezinha
- Capítulo 2 – A fronteira agrícola do Vale do Araguaia
- Capítulo 3 – A expansão do agronegócio em Santa Terezinha

Capítulo 1 História da formação territorial de Santa Terezinha

Para início da pesquisa, o Capítulo 1 apresentará o contexto histórico da formação territorial do município de Santa Terezinha, desde a chegada dos primeiros posseiros, até o dia de sua fundação, no ano de 1980, sendo abordado inicialmente, a presença de alguns povos indígenas presentes no Vale do Araguaia desde tempos imemoriais, dando ênfase para a população indígena de Santa Terezinha, ou seja, os Tapirapé e os Karajá. É citada também a atuação da Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus, frente à eminência de extinção dos povos Tapirapé durante a década de 1950, fato esse, ocorrido devido ao acometimento de doenças trazidas pelos brancos e por conta dos constantes ataques de indígenas Kayapó contra suas terras.

Em seguida falaremos da chegada dos não-indígenas ao Vale do Araguaia e da construção do povoado Furo de Pedra, atual município de Santa Terezinha. Furo de Pedra foi o primeiro povoado habitado por não-indígenas em todo o Vale do Araguaia, construído por posseiros que migraram das regiões Norte e Nordeste durante a década de 1910. Foi também um povoado apoiado pela Igreja Católica, que já nos seus primeiros anos de existência recebeu de agentes pastorais serviços básicos, como saúde e educação. Essa relação se manteve estreita até o dia da fundação da cidade. São apresentados também indícios de abandono do poder do Estado por toda a região até a década de 1950.

Após o contexto da presença dos primeiros habitantes e da construção do povoado de Furo de Pedra abordaremos, na sequência, os dois principais momentos estruturantes do Vale do Araguaia. O primeiro diz respeito à Era Vargas e às políticas territoriais impostas, em especial no município de Barra do Garças, garantindo uma infraestrutura necessária para o espraiamento das atividades agroindustriais por todo o Vale do Araguaia nas décadas seguintes. O segundo momento diz respeito ao período da ditadura militar e à criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que garantiu incentivos fiscais para as atividades agroindustriais e fomentou o mercado de compra e venda de terras. Foi durante a ditadura que diversos conflitos agrários começaram a eclodir pelo Vale do Araguaia, em especial, em Santa Terezinha.

Na sequência, será explicado como ocorreu o processo de formação do território de Santa Terezinha, a partir do desmembramento de Barra do Garças, que até o ano de 1963, era

considerado o maior município do mundo. Barra do Garças deu origem não só a Santa Terezinha, como a diversos outros municípios do Vale do Araguaia.

Ainda no contexto da ditadura militar, abordaremos a atuação do Padre Francisco Jentel em Santa Terezinha com a criação da Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia – Camiar e a Associação para o Desenvolvimento do Vale do Araguaia – Adeva. Aqui serão trabalhados os conceitos de *horizontalidade* e *verticalidade* (SANTOS, 1996). Por fim, será contada a história conflitiva entre os posseiros de Santa Terezinha e os produtores da fazenda Codeara, que após muita resistência, culminou com a fundação do município.

1.1 A população indígena do município de Santa Terezinha

Desde tempos imemoriais até o início do século XX, é sabido que o Vale do Araguaia foi ocupado apenas por indígenas, não se tendo registros da presença não-indígena até o fim desse período. Povos indígenas diversos certamente percorreram e ocuparam a região, sendo impreciso apontar todos os que participaram dessa história devido à falta de fontes, sendo possível afirmar, a princípio, a presença dos povos Tapirapé, Karajá, Kayapó, Xavante, Javaé, além dos Kanela do Araguaia fugidos de outras regiões e que hoje lutam por sua identidade reconhecida. (CANUTO, 2019).

No município de Santa Terezinha, estão presentes os povos Tapirapé, concentrados na Serra do Urubu Branco e no Lago Tapirapé, além dos povos Karajá concentrados no Lago Grande e no Lago Tapirapé. Os Karajá, juntamente com os povos Javaé, ocupam também, a Ilha do Bananal, localizada à leste de Santa Terezinha, já no estado do Tocantins, considerada maior ilha fluvial do mundo, situada na bacia do Rio Araguaia (PIB/ISA, 2021).

Além dos Tapirapé e dos Karajá, essa pesquisa abordará outros povos indígenas presentes pelo Vale do Araguaia, como os Xavante, os Kayapó e os Javaé, que são parte importante para o entendimento do contexto histórico da região.

1.1.1 População indígena Tapirapé

Os Tapirapé, autodenominados *Apyãwa*, são um povo Tupi-Guarani localizados atualmente nos estados de Mato Grosso e Tocantins, com uma população total estimada em 760 pessoas, segundo dados da base Siasi/Sesai, 2014. Em Santa Terezinha possuem dois territórios, a Terra Indígena Urubu Branco e a Terra Indígena Tapirapé/Karajá. Dentre seus territórios

mato-grossenses, a Terra Indígena Urubu Branco, localizada na Serra do Urubu Branco, é a que abrange a maior área, com 167.533 hectares, com seu território ocupando três municípios divididos: 46,58% em Santa Terezinha, 40,51% em Porto Alegre do Norte e 13,40% em Confresa. Foi homologada em 1998, e possui uma população estimada em 583 pessoas, segundo dados do Instituto Socioambiental – ISA, 2022.

Além da Terra Indígena Urubu Branco, Santa Terezinha conta ainda com a Terra Indígena Tapirapé/Karajá, às margens do Lago Tapirapé, abrangendo uma área de 66.166 hectares, com seu território ocupando dois municípios, divididos: 62,83% em Santa Terezinha; 37,50% em Luciara. A Terra Indígena Tapirapé/Karajá foi homologada em 1983, abriga tanto os povos Tapirapé quanto os povos Karajá, e possui população estimada em 512 pessoas, segundo dados da base ISA, 2022.

Até a década de 1940, os Tapirapé disponibilizavam de imenso território, e assim produziram uma agricultura itinerante, fato que atualmente não é possível de se realizar, tendo em vista que estão limitados às Terras Indígenas homologadas em suas posses, precisando, assim, readaptar sua cultura de plantio e colheita. Atualmente vivem da subsistência, da agricultura, da caça e coleta, da pesca, do artesanato e da criação de animais, incluindo um número crescente de rebanho bovino (PIB/ISA, 2021).

Em seu livro *Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-Grossense*, CANUTO (2019) aponta que registros já indicavam a presença dos povos Tapirapé na região desde pelo menos o século XVI³. Originários do baixo curso dos rios Tocantins e Xingu, migraram em direção ao Vale do Araguaia a partir do século XVIII em consequência de conflitos com os povos Kayapó, os Karajá e os Javaé, indígenas que estiveram presentes na história Tapirapé desde antes do século XVII (BALDUS, 1970), indicando a presença desses povos desde pelo menos essa época.

Grandes deslocamentos de grupos indígenas na região central do Brasil ocorridos até o século XIX os levaram de encontro aos Tapirapé nas matas paraenses, fazendo com que estes últimos se refugiassem nas matas próximas à margem esquerda do baixo Araguaia. Na história do grupo, do séc XVIII até o presente, vemos os Tapirapé entrando em contato com diversos grupos Karajá cujos territórios iam contornando, à medida que se aproximavam da Ilha do Bananal, num vigoroso movimento rumo sul:

³CANUTO, 2019 aponta dois estudos sobre os Tapirapé, o primeiro é um livro do antropólogo brasileiro da Universidade de São Paulo, Herbert Baldus, que esteve presente entre os Tapirapé no ano de 1935 e posteriormente em 1947, deixando escrito o livro: *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*, de 1970. O segundo é o livro do antropólogo estadunidense Charles Wagley: *Lágrimas de Boas Vindas: os Índios Tapirapé do Brasil Central* de 1977, que relata sua experiência de pouco mais de um ano com os Tapirapé. Segundo (CANUTO, 2019, apud BALDUS, 1970 & WAGLEY, 1977), a população Tapirapé girava entre 1.000 e 1.500 pessoas no início do século XX.

com os Karajá do Norte no Baixo Araguaia, com os Javaé no interior da ilha e com os Karajá no médio Araguaia e foz do Tapirapé (PIB/ISA, 2004⁴).

Os Tapirapé estiveram em constante contato com não-indígenas no decorrer do século passado. Desde 1910 receberam visitas de funcionários do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, missionários católicos, antropólogos, dentre outros visitantes. Entre o final da década de 1940 e começo da década de 1950, boa parte da população Tapirapé foi acometida por doenças trazidas pelos não-indígenas, como é o caso da gripe. O contato com a nova doença e a falta de anticorpos, somados aos constantes ataques Kayapó, reduziram a população Tapirapé de mais de mil pessoas (BALDUS, 1970; WAGLEY, 1977), a um número inferior a 100 (BERNARDES, 2009; CANUTO, 2019).

Os Tapirapé se viram obrigados a deixar suas aldeias do norte do Mato Grosso e do sul do Pará, num primeiro momento se dispersaram e posteriormente se concentraram na Serra do Urubu Branco, onde se encontram até os dias de hoje (PIB/ISA, 2021). Somente com um trabalho de reagrupamento, apoiado pelo acompanhamento da Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus, é que os Tapirapé conseguiram recuperar parte da sua população, contando atualmente com mais de mil pessoas⁵ (BERNARDES, 2009; CANUTO, 2019).

Em 1952, Dom Luiz Palha, bispo de Conceição do Araguaia-PA, que até então era responsável pelos trabalhos pastorais na região do Vale do Araguaia, foi até a França procurar por congregações católicas que pudessem trabalhar junto aos Tapirapé com a missão de recuperar sua população. Durante a viagem, encontrou na Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus, um grupo disposto a atuar na causa indígena e, ainda no mesmo ano, as irmãzinhas foram morar com os Tapirapé, aprendendo sua cultura, levando os mesmos modos de vida, sem o objetivo de catequizar, mas sim de atender suas necessidades mais urgentes (CANUTO, 2019).

Duas famílias desocuparam uma casa para abrigá-las enquanto era construída uma para elas. Os Tapirapé dividiam com elas o peixe, a caça, a mandioca. Delas pediam alguns serviços como costurar alguma roupa e, só muito devagar, alguns serviços de saúde. Irmãzinha Claire era enfermeira. O respeitoso atendimento à saúde, durante esses anos, conseguiu evitar o total desaparecimento do grupo. Durante 65 anos, muitas foram as irmãzinhas que passaram pela Fraternidade dividindo suas vidas com os Tapirapé (CANUTO, 2019, p. 48).

⁴Texto de TORAL, André. Tapirapé. **Povos Indígenas no Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapirapé>>. Acesso em: 08/03/2022.

⁵Para maiores detalhes sobre o processo de reconstrução da população Tapirapé, é indicada a leitura de BERNARDES, Júlia Adão & ARRUIZZO, Roberta Carvalho. *Geografia da Soja III: Novas fronteiras no Vale do Araguaia*, 2009 e CANUTO, Antônio. *Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-Grossense*, 2019



Imagem 1: Irmã Genoveva Helena, rema uma canoa junto de grupo Tapirapé, no Rio Tapirapé (Fonte: Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 1965. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/581760>>. Acesso em: 12/09/2022).

Uma das irmãzinhas que se destacou na missão foi Genoveva Helena (Imagem 1), que esteve presente na aldeia Tapirapé desde o primeiro grupo em 1952 e lá permaneceu “... até sua morte, em 24 de setembro de 2013, com 90 anos de idade. Foi enterrada na aldeia segundo o ritual Tapirapé” (CANUTO, 2019, p. 48). Em 2018, a irmãzinha Odila, última remanescente, retornou à França, dando fim ao trabalho missionário, à parceria e à convivência entre a Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus e o povo Tapirapé (CANUTO, 2019).

1.1.2 População indígena Karajá

Os Karajá, autodenominados *Iny*, habitam há séculos as margens do Rio Araguaia e hoje encontram-se espalhados pelos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará (PIB/ISA, 2021), com uma população total estimada em 3.768 pessoas (Siasi/Sesai, 2014). Segundo CANUTO (2019), o primeiro contato não-indígena que se tem registro ocorreu possivelmente em 1658, em expedição jesuíta a partir do Pará, um segundo contato ocorreu anos depois, em 1671. Ao longo de sua história, os Karajá conviveram com frequentes visitas não-indígenas:

Suas aldeias foram alvos fáceis de inúmeras frentes religiosas, planos governamentais, visitas de presidentes da República como Getúlio Vargas (1940) e Juscelino Kubistchek (1960), construção de hotel de turismo luxuoso e inúmeras visitas de pesquisadores, escritores e jornalistas... (PIB/ISA, 2021)⁶.

Os Karajá historicamente possuem uma tradição de pesca muito forte em grande parte do Rio Araguaia, prática que continua enraizada em sua cultura. Atualmente vivem também da subsistência, mas, com as facilidades da cidade, sua produção tem se limitado ao milho, à banana, à mandioca e à melancia. Em relação à coleta, possuem o hábito de aproveitar os frutos do cerrado como o oiti e o pequi, em relação ao artesanato, cestas de palha e vasos de barro são comumente produzidos (PIB/ISA, 2021).

Em Santa Terezinha possuem dois territórios, a Terra Indígena Tapirapé/Karajá, homologada em 1983, como já mencionado na sessão anterior, por dividi-la com parte da população Tapirapé. Os Karajá contam ainda com a Terra Indígena Lago Grande (Karajá), que se encontra em processo de identificação para futura homologação (PIB/ISA, 2021), sendo assim, é impreciso afirmar a área exata que a Terra Indígena terá em caso de homologação. Outra informação relevante é a carência de dados em relação à população da TI Lago Grande (Karajá).

Além das duas Terras Indígenas em Santa Terezinha, os Karajá encontram-se também espalhados em grande número por aldeamentos na Ilha do Bananal, em território que dividem com os Javaé, desde tempos imemoriais. A Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo e “... coração do mundo Karajá” (CANUTO, 2019, p. 55), faz parte do estado de Tocantins, localizada na bacia do Rio Araguaia, na divisa entre os estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará, posicionada na divisa leste de Santa Terezinha, sendo possível avistá-la de um ponto alto da cidade.

Em 1850, os Karajá, juntamente com os Javaé, expulsaram os Tapirapé da Ilha do Bananal, por conta de supostos desrespeitos às suas tradições. Atualmente os dois povos ocupam amistosamente a ilha, enquanto que os Tapirapé, também sem maiores problemas, ocupam a margem oeste do Rio Araguaia, em Santa Terezinha (PIB/ISA, 2021). Estima-se que, em 1861, os Karajá da Ilha do Bananal “somavam mais de 10 mil pessoas” (CANUTO, 2019, p. 60, apud, ALENCASTRE, 1864), número que foi reduzido a menos de mil em meados do século XX, com a chegada das doenças trazidas pelos não-indígenas.

⁶Texto de FILHO, Manuel Ferreira Lima. Karajá. **Povos Indígenas no Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karajá>>. Acesso em: 08/03/2022.

A partir de 1930 a Ilha do Bananal passou a ser ocupada por não-indígenas, contando com a presença desde funcionários de órgãos públicos, como o SPI, até a de criadores de gados e fazendeiros. Por tempos a ilha foi conhecida como o paraíso do gado, devido a suas terras úmidas que favoreciam a formação de pastagens naturais, atraindo muitos pecuaristas (CANUTO, 2019).

1.2 A chegada do não-indígena a Santa Terezinha

Segundo CANUTO (2019), foi justamente nas localidades do município de Santa Terezinha que se formou o primeiro povoado habitado por não-indígenas em toda a microrregião do Norte Araguaia. Possesiros que migraram do Pará percorreram o Rio Araguaia e se estabeleceram no lugar batizado de Furo de Pedra, o vilarejo foi levantado no encontro do Ribeirão Furo de Pedra com as margens do Rio Araguaia, segundo a Prefeitura de Santa Terezinha⁷, no ano de 1910. Em 1926, Furo de Pedra já contava com algum comércio, uma escola e uma pequena Igreja Católica no pé do Morro de Areia.

1.2.1 Um povoado apoiado pela Igreja Católica

O povoado de Furo de Pedra sofria com eventuais enchentes que ocorriam nos períodos de cheia do Rio Araguaia, e o evento preocupava e causava transtornos à população local. “Nos anos de grandes enchentes o povoado ficava praticamente todo alagado, causando sérios transtornos aos moradores” (CANUTO, 2019, p. 117). Em 1926, uma das maiores enchentes já vistas chega próxima à igreja de Furo de Pedra, e a população resolve então migrar para perto do Morro de Areia, local mais distante das margens do Rio Araguaia, porém, ainda próximo à igreja e à escola do povoado. Os padres resolveram então, “construir uma igreja maior e uma grande casa que seria o convento dos frades que lá fossem morar, no alto do morro, às margens do Araguaia” (CANUTO, 2019, p. 117).

⁷Um pouco de história. **Prefeitura de Santa Terezinha**, Santa Terezinha. Disponível em: <<https://santaterezinha.mt.gov.br/sobre-o-municipio/historia/>>. Acesso em 10/03/2022.



Imagem 2: Igreja Matriz Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, localizada no alto do Morro de Areia, inaugurada em 1932. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Com as frequentes inundações no período das cheias, os posseiros acabavam ficando isolados dos seus vizinhos, impossibilitados de criar e cuidar do gado e de plantar as roças de onde tiravam o seu sustento. A solução encontrada pelos moradores do “Furo de Pedra” foi mudar, em definitivo, para um lugar mais seguro. O local escolhido foi o “Morro de Areia” (Prefeitura de Santa Terezinha. Disponível em: <<https://santaterezinha.mt.gov.br/sobre-o-municipio/historia/>>. Acesso em: 10/03/2022).

Foi assim inaugurada, no alto do Morro de Areia, no ano de 1932, uma igreja maior e melhor protegida das enchentes, a Igreja Matriz Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, também conhecida como Igreja do Morro (Imagem 2). A poucos metros, na mesma localidade, foi construído também o convento dos frades (Imagem 3). Tanto a igreja católica quanto o convento, foram construídos por missionários dominicanos e pela jurisdição eclesiástica de Conceição do Araguaia – PA, até então responsável por atender o povoado (Prefeitura de Santa Terezinha. Disponível em: <<https://santaterezinha.mt.gov.br/sobre-o-municipio/historia/>>. Acesso em: 10/03/2022).



Imagem 3: Convento dos Frades, localizado à poucos metros da Igreja Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, no alto do Morro de Areia, inaugurado em 1932. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Em 1934, o padre Alexandre Pereira da Costa assume o trabalho pastoral da nova igreja, dando início à participação de núcleos da Igreja Católica na construção do povoado e, posteriormente, na fundação de Santa Terezinha, atendendo as mais diversas demandas da população. Junto da Igreja, o povoado começou aos poucos a receber alguma infraestrutura, mesmo que mínima, para os moradores de Furo de Pedra (CANUTO, 2019).

Além das atividades propriamente pastorais, padre Alexandre organizou uma escola para meninos e meninas. Eram os professores o próprio padre Alexandre e um senhor, Raimundo Coelho. Havia cerca de 40 alunos. Numa casa de Palha funcionava a escola para meninas. Dona Juventina e Dona Firma eram as professoras. Depois que a casa das irmãs ficou pronta, a escola das meninas mudou-se para lá (CANUTO, 2019, p. 118).

1.2.2 Terras mato-grossenses administradas pelo Pará

Durante as décadas de 1930 e 1940, diversas famílias de posseiros “foram se estabelecendo nos campos e nas matas próximas ao Araguaia até a divisa com o Pará” (CANUTO, 2019, p. 18). A vida corria em ritmo lento, aos poucos as famílias foram se espalhando por todo o Vale do Araguaia, seja de remo ou em pequenos barcos a motor, seja de

caminhada ou no lombo de animais. Num primeiro momento margeando o Rio Araguaia, depois seguindo pelo Rio Tapirapé, até se fixarem no então povoado e hoje município de Vila Rica. Ao final da década de 1950, posseiros atingem as margens do Rio das Mortes, construindo o povoado de Santo Antônio, hoje município de Novo Santo Antônio (CANUTO, 2019).

Até 1952, os moradores de Santa Terezinha, Furo de Pedra e região mato-grossense acima do Rio Tapirapé, eram registrados pelo estado do Pará, mesmo sendo cidadãos mato-grossenses, assim como alguns funcionários públicos da região, eram pagos também pelo estado do Pará, mesmo sendo funcionários públicos do Mato Grosso. Só depois que o “marechal Cândido Rondon elaborou a primeira carta geográfica de Mato Grosso” (CANUTO, 2019, p.118), é que a região foi considerada plenamente mato-grossense e sob administração do estado de Mato Grosso. Esse fato mostra o distanciamento e isolamento da região do Vale do Araguaia em relação à capital Cuiabá, onde o estado do Pará, por vezes, era quem atendia a população local.

...até 1952, na prática, a divisa entre os estados do Mato Grosso e Pará era o rio Tapirapé. Santa Terezinha, Furo de Pedra e Lago Grande pertenciam formalmente ao estado do Pará. Os moradores mais antigos tiveram seus registros de nascimento emitidos pelo Pará e professores foram pagos pelo mesmo estado. Também o atendimento pastoral da Igreja Católica era efetuado pela prelazia de Conceição do Araguaia (PA) (CANUTO, 2019, p. 20).

1.3 A Era Vargas

Retomando o contexto nacional da década de 1930, no intervalo entre as duas Guerras Mundiais, o Estado Brasileiro passou a se preocupar em ocupar e desenvolver o interior do país, temendo possíveis invasões de outras nações aos ditos “espaços vazios”, em especial, aos das regiões Norte e Centro-Oeste. Esse movimento de invasão e ocupação de “espaços vazios” ocorreu durante o século XIX em países como a Itália e a Alemanha, ocupando e unificando territórios para a construção de um Estado-Nação, e durante as duas grandes guerras, com a expansão de fronteiras de países sobre outros (RIBEIRO, 2016a).

Sendo assim, preocupado com a crescente internacionalização do capital e com a preservação das fronteiras brasileiras, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, implementa durante o Estado-Novo, políticas públicas para garantir a unidade territorial, criar uma identidade nacional entre toda a população brasileira e desenvolver regiões interioranas afastadas dos centros urbanos, promovendo frentes econômicas auxiliadas por obras de

infraestrutura e impulsionando fluxos migratórios para essas regiões que até então, eram esquecidas, pouco conhecidas e bastante negligenciadas pelo poder do Estado (RIBEIRO, 2016a).

...a construção/organização da nação brasileira começa realmente a ser implementada a partir dos anos 30 do século XX, quando o Estado adota uma posição centralizadora e, em certas ocasiões, até mesmo, eliminar as distâncias, em termos de desenvolvimento, entre o litoral e o sertão. A atuação estatal se faz presente de duas formas: uma, criando territórios e construindo obras de infraestrutura nas regiões Norte e Centro-Oeste do país; outra, induzindo correntes migratórias nordestinas e nortistas em direção a essas regiões (RIBEIRO, 2016a, p. 11).

1.3.1 A Marcha para o Oeste e a Expedição Roncador-Xingu

As políticas territoriais do governo Vargas se iniciam com a construção de uma malha viária de redes de telefonia e com a criação de “pequenos núcleos populacionais em pontos estratégicos que se iniciam em Uberlândia-MG, passando por Goiânia, Aragarças-GO e adentra o estado de Mato Grosso, até chegar na divisa do estado do Pará” (RIBEIRO, 2016a, p. 17). Esses núcleos populacionais foram escolhidos de forma estratégica para que, a partir deles, políticas públicas fossem implementadas, criando eixos de desenvolvimento e espraiamento, incorporando assim os “espaços vazios” da região (RIBEIRO, 2016a).

Esse processo de interiorização ocorreu durante a década de 1940 e levou o nome de Marcha para o Oeste, com o objetivo de mapear o Brasil Central e impulsionar frentes econômicas e agropastoris. Foi um “conjunto de medidas político-administrativas, coordenadas pelo governo federal, visando à intervenção, à mobilização de equipamentos, de recursos humanos e financeiros” (RIBEIRO, 2016a, p. 70), buscando a garantia da soberania nacional e a defesa das fronteiras, abrindo novos caminhos que mais tarde se tornaram estradas e construindo vilarejos que mais tarde se tornaram cidades.

No plano de Vargas estavam inclusos a criação de instituições, como é o caso da Expedição Roncador-Xingu em 1943, da qual participaram os irmãos Villas-Boas, explorando as terras do Brasil Central, até então pouco conhecidas pelo poder público. Entraram em contato com grupos indígenas de diversas etnias, percorrendo caminhos a pé e de barco, chegando até o Alto Xingu (ARRUZZO, 2009).

A ideia era de uma expedição desbravadora, que “descobriria” a área, para que só então, em uma segunda fase, se consolidassem as linhas de comunicações e o povoamento da área. Estão embutidos nesta expedição ideias de que esta área estava desocupada, vazia e de sua necessidade de ser civilizada (ARRUZZO, 2009, p. 55).

Teve por objetivo a criação de pontos de colonização, mas que devido à relação construída com alguns povos indígenas, culminou com a criação do Parque Indígena do Xingu no ano de 1961, um marco na história, sendo a primeira terra indígena homologada no Brasil. Apesar disso, o contato entre os expedicionários e os diversos grupos indígenas da região, por vezes foi conflitivo, além do mais, muitos dos indígenas foram acometidos por novas doenças trazidas pela expedição, gerando um grande número de óbitos (ARRUZZO, 2009).

1.3.2 Fundação Brasil Central – FBC e a criação da Amazônia Legal

Criada também em 1943, a Fundação Brasil Central – FBC chega à região após passagem da Expedição Roncador-Xingu, com o objetivo de levantar recursos financeiros para colonizar o Brasil-Central, desbravar os altos dos rios Araguaia e Xingu e desenvolver uma estrutura logística para incorporar o Centro-Oeste ao mercado produtivo nacional (ARRUZZO, 2009; RIBEIRO, 2016a).

Nesse projeto, dois municípios receberam atenção especial: Aragarças-GO e Barra do Garças-MT, municípios vizinhos, separados pelo rio Araguaia e seu afluente rio das Garças, na divisa dos estados Mato Grosso e Goiás (Imagem 4), sendo considerados porta de entrada para a Amazônia, estando localizado na microrregião do Médio Araguaia, no extremo sul da mesorregião do Nordeste Mato-Grossense (Mapa 1).

As cidades de Barra do Garças e Aragarças, por estarem situadas estrategicamente, se constituem numa espécie de porta de entrada à Amazônia, pelo Centro-Oeste. Também pelas posições que ocupam, foram as bases de logística para se adentrar e desbravar o sertão (RIBEIRO, 2016a, p. 32).

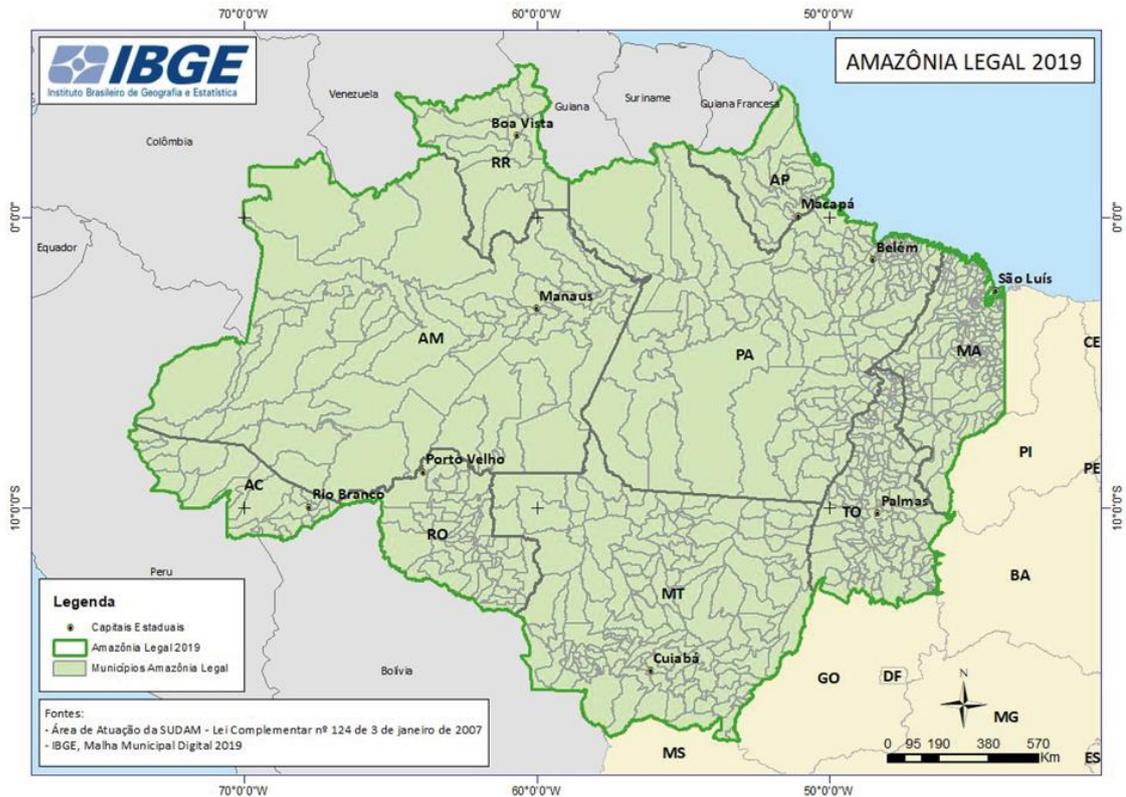
O Governo Federal passa então a intervir em Barra do Garças através da Fundação Brasil Central, construindo estradas, criando povoados, instalando redes de comunicação, apropriando e redistribuindo terras (RIBEIRO, 2001; 2016a), muitas delas de posseiros ou indígenas como os Xavante e os Bororo (CANUTO, 2019). O município foi assim, sendo inserido no mercado especulativo de terras. Essas ações “criaram as condições para que na década de 1970, o município pudesse se incorporar ao mercado produtivo nacional” (RIBEIRO, 2001, p. 34), bem como toda a região do Vale do Araguaia.



Imagem 4: Rio Araguaia, separando Aragarças-GO de Barra do Garças-MT. Na foto podemos ver cadeiras de praia de um quiosque na margem goiana, o local serve como área de lazer e é um relevante ponto turístico. Ao fundo da imagem, do outro lado do rio, é possível ver a cidade Barra do Garças-MT (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2016).

Outra ação relevante realizada por Getúlio Vargas, foi a delimitação e criação em 1953, do território da Amazônia Legal, englobando atualmente nove estados entre as regiões Norte e Centro-Oeste (Mapa 2), visando um melhor planejamento socio-econômico da região e garantindo uma maior autonomia da União frente aos estados da federação (RIBEIRO, 2016a). Atualmente, uma série de leis são impostas a esse território, buscando garantir uma maior preservação da fauna e da flora do bioma Amazônia.

...uma área composta pela superfície total dos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará e Mato Grosso, “mais a porção ao norte do paralelo 13°S do Estado de Goiás e a porção a oeste do meridiano 44°W do Estado do Maranhão” (Oliveira, 1987, p. 11) (RIBEIRO, 2016a, p. 25).



Mapa 2: Amazônia Legal 2019 (Fonte: IBGE, 2019).

1.4 Barra do Garças e a criação de novos municípios

Toda a região do que hoje compreende o Vale do Araguaia, no passado era representada por um só município, o Araguaia, criado em 1913. No ano de 1915, Araguaia passou a se chamar Registro do Araguaia e em 1932, de Araguaiana. No ano de 1948, foi criado o município de Barra do Garças, passando Araguaiana à categoria de distrito de Barra do Garças, mudando assim a sua sede administrativa de lugar (CANUTO, 2019), estando atualmente localizado a aproximadamente 500 km a leste da capital Cuiabá.

Até a década de 1960, Barra do Garças possuía um território de 192.000 km², sendo “considerado o maior município do mundo” (RIBEIRO, 2016a, p. 84), fato que mudou a partir de 1963, com a emancipação e a criação do município de Luciara. Desde então, Barra do Garças foi perdendo área à medida que novos municípios foram sendo criados pelo Vale do Araguaia, possuindo atualmente um território de 8.171,83 km² (RIBEIRO, 2016a).

Em 1962, toda a região fazia parte do município de Barra do Garças. A única via de acesso era o rio Araguaia. Os povoados existentes eram Lago Grande, Santa Terezinha, Mato Verde (hoje Luciara) e São Félix. E havia moradores dispersos nas margens do Araguaia e dos rios Tapirapé e das Mortes. (CANUTO, 2019, p. 120)

Sendo assim, em 1963, o então distrito de Mato Verde, se desmembra de Barra do Garças, alterando seu nome e criando o município de Luciara, primeiro município criado na microrregião Norte Araguaia. Assim como Barra do Garças, Luciara passou por sucessivas emancipações, e dela surgiram os municípios de Porto Alegre do Norte, Vila Rica, Confresa, Canabrava do Norte, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu e Santa Terezinha, todos localizados na microrregião do Norte Araguaia. Santa Terezinha, município foco da pesquisa em questão, só foi se emancipar de Luciara no ano de 1980, quatro anos após São Félix do Araguaia se emancipar de Barra do Garças (CANUTO, 2019).

1.5 Venda indiscriminada de terras

Conflitos entre donos de terra e posseiros marcaram a história do povoado de Santa Terezinha até sua criação. Os conflitos se iniciaram durante a década de 1950, quando o governo de Mato Grosso colocou as terras devolutas do norte do estado à venda, “especificamente entre o Araguaia e o Xingu” (CANUTO, 2019, p. 21), retalhando-as em terrenos de até 10 mil hectares, sem se importar com as condições de solo, vegetação, relevo e com a possível presença de posseiros ou indígenas. “Quem fizesse o requerimento de algum daqueles lotes pagava o preço estabelecido pelo governo – preço, pode-se dizer, irrisório – e se tornava “proprietário” (CANUTO, 2019, p. 21).

1.5.1 Terras de Santa Terezinha à venda

Em 1954, as terras de Santa Terezinha, incluindo o povoado, foram vendidas para a Companhia de aviação Real Aerovias e, posteriormente, repassadas à Civa – Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia, que se dissolveu, ficando no nome de Michel Nasser que, por sua vez, vendeu 200 mil hectares para a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara, em 1966, ficando com o restante das terras (CANUTO, 2019).

Assim como Santa Terezinha, outros povoados foram vendidos por todo o Vale do Araguaia, como é o caso do povoado de Porto Alegre. Do mesmo modo, terras ocupadas por indígenas Xavante, Tapirapé e Karajá também foram negociadas. No caso do povo Tapirapé, as terras foram compradas pela companhia Real Aerovias, com plano de construção de uma cidade e uma pista de pouso no lugar, como indica o relato feito no dia 06/05/1954 pelas irmãs de Jesus, em um diário sobre o convívio junto aos Tapirapé:

O doutor Maia nos explica todos os projetos: começarão montando uma serraria para as famílias que chegarão do sul. Estas trabalharão na agricultura, mas estão também pensando em extrair cristal. Além disso, a Companhia Air France comprou um terreno de 10 mil hectares nessa região para plantar café (Diário das Irmãzinhas), (CANUTO, 2019, p. 119).

A lei brasileira, até então, permitia aos Estados a venda de no máximo 10 mil hectares por indivíduo, “mas nada impedia que aquele que a requisitara a vendesse a um terceiro” (CANUTO, 2019, p. 22). Com o mercado de terras fomentado no norte de Mato Grosso, muitos especuladores de terra se aproveitaram da situação fazendo uso de documentação falsa e grilagem de terra, para formarem imensos latifúndios na região (CANUTO, 2019).

1.5.2 A Ditadura Militar no Brasil e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

A partir da década de 1960, o Brasil passou por um período político de bastante repressão com a tomada de poder pelos militares. No ano de 1964, o país sofre um golpe militar e, a partir de então, os mesmos passam a controlar a política nacional, instaurando uma ditadura que só viria a se encerrar em 1985. Foi nesse período que a rodovia federal BR-158 foi construída e que a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM foi criada, substituindo a antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, órgão criado por Getúlio Vargas em 1953 e que até então concedia “incentivos fiscais para a implantação de indústrias na Amazônia” (CANUTO, 2019, p. 24).

Já em 1966, criada durante ditadura militar no governo de Castelo Branco, a SUDAM veio para estender os incentivos das indústrias para as práticas agropecuárias, provocando uma grande procura por terras na região, com muitas delas, inclusive, sendo repassadas a grandes grupos de capital privado (CANUTO, 2019), estabelecendo assim novos territórios e novas relações de poder por toda a Amazônia, o que incluía o então povoado de Santa Terezinha. A SUDAM passou a conceder:

Além de isenção de impostos de renda e de taxas federais para atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras. 50% do imposto de renda devido pelas empresas poderia ser aplicado na Amazônia para seu desenvolvimento (CANUTO, 2019, p. 29).

Nesse contexto, grandes fazendas surgiram na região, exemplo da Suiá-Missu, com uma área de 646.824 hectares, além da já mencionada Codeara, que só adquiriu os seus 200.000 hectares de terra em Santa Terezinha, com ajuda dos recursos da SUDAM, instalando-se a aproximadamente 2 km do povoado (CANUTO, 2019).

1.5.3 Associação para o Desenvolvimento do Vale do Araguaia – Adeva e Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia – Camiar

Enquanto ocorria a venda indiscriminada de terras pelo Vale do Araguaia, a população de Santa Terezinha se organizava para suprir suas necessidades mais urgentes, dentre elas, direitos básicos como saúde e educação, bastante precários até então, devido à ausência do poder público na região. Nesse sentido, teve destaque no movimento o padre “Francisco Jentel, missionário francês. Viveu durante 20 anos defendendo os índios e os camponeses do Mato Grosso” (IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA, 2021)⁸.

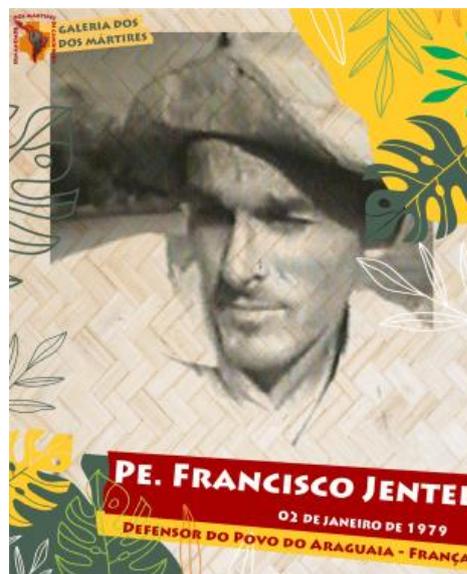


Imagem 5: Padre Francisco Jentel, Defensor do Povo do Araguaia (Fonte: Irmandade dos Mártires da Caminhada, 2021. Disponível em: <<https://irmandadedosmartires.com.br/padre-francisco-jentel/>>. Acesso em: 25/08/2022)

A história de Francisco Jentel (Imagem 5) com o povo de Santa Terezinha se inicia em 1954, quando o padre chega à aldeia Tapirapé para se juntar à missão católica da Fraternidade

⁸IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA, Irmandade dos Mártires da Caminhada: Padre Francisco Jentel, 2021. Disponível em: <<https://irmandadedosmartires.com.br/padre-francisco-jentel/>>. Acesso em: 25/08/2022).

das Irmãzinhas de Jesus. Morou no local por um breve período, e no mesmo ano mudou-se para o povoado (CANUTO, 2019).

Tomando conhecimento das causas indígenas e camponesas, Jentel passou a articular ações em benefício do povo do Vale do Araguaia. Uma delas foi a criação da Associação para o Desenvolvimento do Vale do Araguaia – Adeva, no ano de 1962, organizando uma caravana de médicos e outros profissionais liberais vindos do estado de “São Paulo para prestar atendimento às populações indígenas e sertanejas da região” (CANUTO, 2021, p. 73-74), com a finalidade de “promover o desenvolvimento do Vale do Araguaia através da melhoria de condições de vida das populações e através da expansão da atividade econômica regional” (Estatutos da Adeva)” (CANUTO, 2019, p. 120).

Em 1964, dois anos após a criação da Adeva, padre Jentel, em ação conjunta com os posseiros de Santa Terezinha, cria a Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia – Camiar, financiando culturas no campo e maquinários entre os associados, “além de possuir barco e caminhão para transporte da produção” (CANUTO, 2019, p. 122). A cooperativa durou poucos anos e fechou devido às dificuldades encontradas com o isolamento do povoado em relação ao restante do Brasil, além do lucro baixo obtido na produção, somado à falta de apoio do governo e à baixa fertilidade das terras em Santa Terezinha (CANUTO, 2019). Percebe-se aqui que a qualidade do solo para a produção agrícola já era um problema em Santa Terezinha desde a década de 1960.

Apesar da falta de êxito, a ação conjunta dos posseiros de Santa Terezinha na criação da Camiar serviu para uni-los, criar identidade entre si e estabelecer diálogos em prol de uma melhor condição de vida para a comunidade. Da mesma forma, a Adeva foi criada com o apoio de profissionais dispostos a atender e contribuir com um povo carente de necessidades básicas, isolado do restante do país e que financeiramente pouco tinha a oferecer. Temos na criação da Camiar e da Adeva, dois bons exemplos do que SANTOS, 1996 vai chamar de *horizontalidades*:

...extensão de pontos que se agregam sem descontinuidade [...] a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 1996, p.286-288).

Ou seja, quando SANTOS, em 1996 fala sobre *horizontalidade* e os “pontos que se agregam sem descontinuidade”, ele está se referindo, por exemplo: a ações conjuntas,

agregadas, como a dos posseiros de Santa Terezinha que criaram a cooperativa Camiar; com o apoio de agentes que se encontram espacialmente próximos uns dos outros, como os posseiros de Santa Terezinha, a comunidade católica e os médicos da Adeva; com amplo diálogo para uma tomada de decisões coletiva, fazendo uso de reuniões e assembleias, como se espera de uma cooperativa, que em sua essência não tem patrão e serve aos interesses dos seus associados. Percebe-se aqui a proximidade espacial dos agentes envolvidos e a proximidade das relações entre eles que, para nível de comparação, são bem mais *horizontais* que a relação entre patrão e empregado, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, sendo relações mais *verticais*.

Quando o estado de Mato Grosso passa a vender indiscriminadamente suas terras por todo o vale do Araguaia contando com o apoio da SUDAM, sem se importar com a presença de posseiros e indígenas, sem se importar com as condições físicas do lugar, sem consultar o povo que nessas terras habita, atendendo aos interesses de poucos grupos de capital privado e fazendeiros capitalizados em detrimento dos interesses dos povoados que por lá se formavam e das terras indígenas que por lá existiam, podemos dizer que o governo está atuando de forma *vertical*, exercendo *verticalidades* junto aos fazendeiros que se estabeleciam e as empresas de insumos e compradores dispersos pelo mundo. Para SANTOS, 1996, *verticalidades* são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 1996, p. 284).

Percebe-se aqui as *verticalidades* quando o governo do Mato Grosso, toma a decisão unilateral de vender as terras do norte do estado, sem conhecimento de quem lá vivia, indicando a distância das relações entre os agentes, cedendo grandes porções de terras para poucos fazendeiros dispersos espacialmente, e que farão uso de máquinas e insumos, obtidos de empresas espacialmente distribuídas pelo mundo. Os insumos vindos do exterior, auxiliarão os fazendeiros a produzirem em larga escala e atender as demandas do mercado internacional. Esses “pontos no espaço separados uns dos outros”, por mais que sejam pontos descontínuos, estão interligados pelos meios de comunicação e vão garantir os fluxos e a estrutura necessária para o desenvolvimento do agronegócio na região.

Sendo assim, fica perceptível a diferença de relações entre os posseiros produtores da cooperativa Camiar e os profissionais da Adeva em Santa Terezinha, exercendo suas *horizontalidades* e a relação entre os novos fazendeiros do Vale do Araguaia que compraram terras do governo do Mato Grosso, fazendo uso de maquinário estrangeiro para atender uma

demanda global, exercendo assim suas *verticalidades*, a exemplo das fazendas Suiá-Missu e Codeara.

1.6 Conflitos até a criação do município de Santa Terezinha

Mesmo sabendo da existência de posseiros, a Codeara, de propriedade do Banco de Crédito Nacional – BNC, dos diretores Armando Conde, Luiz Gonzaga Murat e Carlos Alves Seixas, comprou as terras de Santa Terezinha e instalou sua fazenda a 2 km do povoado. Segundo CANUTO, 2019, ao adquirir as terras de Michel Nasser, Armando Conde tinha conhecimento da existência de moradores e até visitou a localidade, assinando uma escritura onde constava o compromisso de respeitar e dar títulos de terra aos posseiros, fato que não ocorreu pacificamente.

A Codeara instalou, a pouco mais de 2 km do povoado, sua sede, e queria que os posseiros abandonassem as áreas que cultivavam. Fez ofertas para comprar seu gado, suas casas e benfeitorias. Não o conseguindo, passou a ameaças e pressões. Como alternativa ofereceu a eles uma área, distante uns 25 km do rio, onde faria executar um projeto de colonização, o Núcleo de Colonização Jatobá (CANUTO, 2019, p. 125).

Com o risco eminente dos posseiros perderem suas terras, Padre Jentel decide escrever um relatório, em 1967, e o envia ao então presidente militar Costa e Silva, propondo soluções, como a criação do Distrito de Santa Terezinha, sob jurisdição da prefeitura de Luciara; concessão de títulos de posse aos posseiros; desapropriação de 10 mil hectares de terra para colonização. Jentel articula também, a construção de uma estrada junto aos posseiros, ligando os locais de roça ao povoado, obra essa que foi paralisada por ação do gerente Rubião da fazenda Codeara, acompanhado de policiais (CANUTO, 2019).

A Codeara demarca então parte das suas terras em lotes de 25 alqueires para dar início ao desmatamento, contando com a força de aproximadamente 300 trabalhadores vindos do Goiás e do Maranhão. Das 18 áreas loteadas, metade eram ocupadas por posseiros, e foi justamente nessas áreas que o trabalho de derrubada da mata foi iniciado. Alguns posseiros, tentaram convencer os trabalhadores a pararem com as obras da Codeara sobre suas terras, muitos foram convencidos, fazendo com que esse processo atrasasse por 45 dias, mas, apesar disso, novos trabalhadores foram contratados pela fazenda, retomando assim os trabalhos (CANUTO, 2019).

Com os posseiros irredutíveis em sair de suas terras, Padre Francisco Jentel passou por uma campanha de difamação por parte da Codeara, sendo acusado de agitador, subversivo, comunista e denunciado ao Serviço Nacional de Informações – SNI⁹. Com a denúncia feita, ficou assim registrado em documento e comprovada a existência de posseiros em Santa Terezinha desde antes da chegada da Codeara (CANUTO, 2019).

Dois documentos, um de 4 de junho de 1967, “Problema de subversão da ordem” e, outro, de 11 de agosto de 1967, “Informe sobre tentativa de subversão da ordem em Santa Terezinha”, foram enviados ao SNI e a outras autoridades por Carlos Alves Seixas, um dos diretores da Codeara. O alvo principal sempre foi o padre, apresentado como agitador (CANUTO, 2019, p. 127).

Além de acionar investigação militar, a Codeara passou então a agir com truculência sob comando do novo gerente Camargo, acompanhado de capangas e policiais. Hortas foram destruídas, assim como máquinas agrícolas e caminhos que ligavam as casas às roças, materiais de trabalho foram recolhidos, casas foram invadidas e prisões começaram a ocorrer pelo povoado.

O gerente Camargo, acompanhado de meia dúzia de serviçais da fazenda e da polícia, invadiu a casa paroquial, onde funcionava a escola, deixando apavoradas as crianças e prendeu, na cozinha da casa, Yamaki. Ficou detido 48 horas. As prisões se sucederam. Em 14/9, a polícia prendeu Joaquim Balduino da Costa, conhecido como Joaquim da Mata, e seu filho José, menor de idade, por terem impedido a invasão de sua propriedade. Em outras oportunidades foram presos Aplinário dos Reis (Pulu), Raimundo Barroso de Moraes (Dico) e muitos outros (CANUTO, 2019, p. 130).

As cercas das casas de um dos posseiros, Joaquim Balduino da Costa, foi derrubada, e sobre ela, foram abertas picadas para iniciar obra da Codeara. Esse evento provocou os posseiros que organizaram um grupo de 60 homens para reconstruir a cerca, passando por cima das ações truculentas da fazenda. Com a cerca reconstruída, a Codeara teve a certeza de estar “diante de um levante “comunista” orientado por um agitador profissional, o padre” (CANUTO, 2019, p. 132), apontando outros posseiros também como lideranças e solicitando ao governo militar um delegado e um contingente policial.

⁹Serviço Nacional de Informações – SNI, foi um órgão de espionagem criado em 1964 durante a ditadura militar no Brasil. Tinha como prática fazer um levantamento de informações de possíveis subversivos e focos de subversão.

Em meio às ameaças, acordos entre as partes continuavam sendo negociados. Ao final de 1969 o Instituto Brasileiro pela Reforma Agrária – Ibra, organizou uma reunião entre os posseiros e a Codeara, demarcando assim uma área não mais desapropriada, mas sim doada pela fazenda. A Codeara foi contrária a essa demarcação e continuou avançando com seus tratores sobre as casas e as plantações dos posseiros. Apenas em 1970, sendo feita a prisão de Edival Pereira Reis, uma das lideranças dos posseiros, que a Codeara, a contragosto, assinou um documento de doação de títulos de posse para cada posseiro e o compromisso de construção de estradas (CANUTO, 2019).

Apesar do documento assinado por representantes de ambas as partes, a situação dos posseiros vinha a piorar. A Codeara, querendo fazer seu título de posse das terras, elaborou um projeto de urbanização que ignorava a presença de posseiros e de suas respectivas construções, levou até a Câmara dos Vereadores de Luciara e conseguiu apoio do prefeito, que aprovou em 1970, o Projeto de Desapropriação da Área Urbana de Santa Terezinha, projeto que não foi para a frente por falta de verbas. Sendo assim, a Codeara seguia destruindo as casas dos posseiros, entregando a eles um valor irrisório como indenização, coagindo-os a aceitarem ou ficarem sem nada (CANUTO, 2019).

1.6.1 O conflito armado

A Missão da qual Padre Francisco Jentel fazia parte, havia adquirido um lote em um dos morros do povoado, e como proprietários do terreno, decidiram construir em 1971, um ambulatório de saúde e uma escola no local. Contrária as obras por não se enquadrarem no projeto de urbanização, a Codeara invadiu o terreno com tratores em fevereiro de 1972, destruindo as estruturas das obras do ambulatório, o material de construção e até mesmo plantações de bananeiras. “Uns 20 homens da companhia estavam nas proximidades para entrar em ação caso houvesse qualquer esboço de resistência. Nos carros, cobertas por lona, muitas armas” (CANUTO, 2019, p. 136). Um dos agentes pastorais, Salvador Ienne, havia fotografado a ação da Codeara e teve sua câmera destruída pelo trator. Essa truculência foi acompanhada de perto por policiais militares e, no fim das contas, Padre Jentel e alguns agentes pastorais foram acusados de impedir as obras da Codeara (CANUTO, 2019).

Indignados com a violência orquestrada pela Codeara, os posseiros resolveram reagir. As obras do ambulatório e da escola foram retomadas e “enquanto os pedreiros trabalhavam, um bom número de posseiros se colocou em posição de defesa dentro do bananal existente no lote e numa casa vizinha” (CANUTO, 2019, p. 136). Com as novas denúncias contra Jentel, as

autoridades passaram a agir de forma mais efetiva para coibir esse suposto foco de subversão e em março de 1972, um grupo de soldados e policiais militares chegou a Santa Terezinha para elaborar uma lista de presos e testemunhas, contando com o apoio de funcionários armados da Codeara.

O grupo se direcionou ao ambulatório e, ao chegar no local da construção, deram ordem de prisão aos pedreiros e ajudantes que lá trabalhavam. A partir daí, os posseiros, escondidos na mata em posição de defesa, abriram fogo contra os funcionários da Codeara, enquanto que os policiais militares se esconderam nas construções. Um tiroteio de aproximadamente 40 minutos ocorreu, deixando homens da Codeara feridos que se retiraram junto dos policiais militares, largando para traz seus carros, algumas armas e documentos, dentre eles, uma lista com nomes de pessoas que deveriam ser presas, uma investigação a respeito da chegada de armas a Santa Terezinha e uma investigação a respeito do envolvimento de indígenas Tapirapé nas ações dos posseiros e missionários.

O conflito armado gerou bastante repercussão nacional e dividiu opiniões, muitas manchetes de jornais apontavam o Padre Francisco Jentel como um criminoso e líder subversivo.

No dia 5 de março, a imprensa dava como manchete em suas primeiras páginas: “Padre armou-se de metralhadora e numa emboscada feriu onze”. “Fuzilaria na Codeara deixa saldo de dezessete feridos”. “Litígio de terra decidido a bala”. “Padre em Mato Grosso lidera ataque de peões e índios a empregados da Codeara” (CANUTO, 2019, p. 138).

Os posseiros, cientes de que sofreriam forte perseguição por parte dos militares, resolveram se esconder nas matas. No dia seguinte, um grupo de 40 soldados chega de avião a Santa Terezinha à procura do padre, dos agentes pastorais e dos posseiros. Chegando ao local do tiroteio, foram encontradas “trincheiras que [...] eram uma obra perfeita, indicando a existência de algum bom conhecedor das táticas de guerra” (CANUTO, 2019, p. 139). Os militares vasculharam as matas, mas não encontraram nenhum dos nomes procurados, sendo assim, foram presos uma série de outros posseiros envolvidos com a Missão e com a Cooperativa Camiar. Familiares dos procurados também foram presos e ficaram detidos por 1 mês em Cuiabá, até que foram soltos e retornaram a Santa Terezinha. Pessoas foram torturadas e intimidadas para que dessem informações sobre os foragidos (CANUTO, 2019).

Ainda em 1972, os posseiros começaram a ter esperança de dias melhores, quando o governo militar resolveu baixar um decreto, estabelecendo auxílio à população que residisse “...na área dos planos do Desenvolvimento Agropecuário financiados por incentivos fiscais, e

em áreas pioneiras por estabelecimentos oficiais de crédito” (CANUTO, 2019, p. 143). Sendo assim, foi determinado que os posseiros presentes nos empreendimentos agropecuários não poderiam ser removidos sem audiência pública no Ministério da Agricultura, tendo ainda o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, à disposição dos posseiros para prestar assistência em caso de se sentirem lesados (CANUTO, 2019).

Um procurador do Incra que havia aprovado a Planta de Urbanização da Codeara, conversou com os representantes e disse ao grupo para respeitarem os posseiros e que eles não deveriam ser removidos sem seu consentimento, tendo ainda o direito de terem até 100 hectares de terra. O gerente da Codeara concordou ainda em ceder 2.446 hectares de área urbana para a Prefeitura (CANUTO, 2019).

Enquanto os processos de negociação entre os posseiros e a Codeara corriam, Padre Francisco Jentel continuava foragido, sendo procurado por todo Vale do Araguaia, Brasília e Rio de Janeiro. O mesmo se aplicava aos posseiros que estavam escondidos nas matas da região há mais de 100 dias. Após reunião entre representantes dos posseiros e o major da polícia, foi elaborado um documento garantindo “que os posseiros pudessem retornar às suas casas. O termo dizia que não seriam presos nem molestados sem ordem judicial” (CANUTO, 2019, p. 145).

Após os militares se retirarem de Santa Terezinha, os posseiros se apresentaram e entregaram suas armas. Em seguida, o acordo foi quebrado e um dos líderes, José Leandro de Macedo, foi preso e espancado na cadeia de Cuiabá e posteriormente solto por falta de provas (CANUTO, 2019). Padre Jentel, ainda foragido, teve inquérito instaurado pedindo sua expulsão do Brasil, sendo acusado de crimes contra a segurança nacional, tendo seu julgamento sido realizado em maio de 1973 no Rio de Janeiro, local onde se apresentou, sendo julgado como elemento perigoso, tendo que cumprir pena de 10 anos. Após 1 ano de pena, foi solto e viajou de volta para França, seu país de origem. Em 1975 retornou para o Brasil e foi assim expulso pelo então presidente militar Ernesto Geisel.

A truculência vista pela Codeara, não se limitou aos posseiros, notícias do jornal *O Globo*, indicam que a fazenda fez uso de trabalho análogo à escravidão, como aponta CANUTO, 2019.

Os peões, trazidos de outros estados, foram submetidos a situações análogas ao trabalho escravo, inclusive com espancamentos e até mortes. Em agosto de 1970, a Polícia Federal realizou uma ação na Codeara, da qual foram retirados pelo menos 500 homens que queriam abandonar a fazenda, mas não tinham como fazê-lo, sujeitos a maus tratos e sofrendo contínuas crises de malária (CANUTO, 2019, p. 151).

1.6.2 Fundação de Santa Terezinha e seus desmembramentos

Após muita luta e contando com “o apoio da Prelazia de São Félix do Araguaia, da Prefeitura de Luciara e de figuras importantes como o padre Francisco Jentel e o bispo Pedro Casaldáliga¹⁰”, os posseiros resistiram e conseguiram assegurar suas casas no povoado. Sendo assim, em junho de 1976, Santa Terezinha tornou-se distrito de Luciara, e quatro anos depois, no dia 4 de março de 1980, desmembrou-se, tornando-se oficialmente município de Santa Terezinha.

Após sua fundação, Santa Terezinha passou por duas transformações em seu território, cedendo área para a fundação de duas cidades. A primeira diz respeito ao desmembramento do município de Vila Rica, em 1986, e posteriormente, em 1988, o desmembramento do município de Confresa (CANUTO, 2019).

1.7 Considerações sobre a história de Santa Terezinha

Ao longo do capítulo foram abordados vários atores envolvidos no contexto histórico da formação territorial em Santa Terezinha. A variedade cultural encontrada impressiona, pois temos de um lado, a presença de povos indígenas de diversas etnias, posseiros oriundos das regiões Norte e Nordeste, uma comunidade católica engajada na luta pela terra, e de outro, colonos vindos da região Sul, grandes produtores e fazendeiros capitalizados, grupos e empresas de capital privado, militares e políticos influentes.

Percorrendo o contexto das primeiras décadas do então povoado de Furo de Pedra, atual município de Santa Terezinha, fica explícito o abandono do poder do estado em relação à região, pois até 1952, embora as terras pertencessem ao estado do Mato Grosso, quem as administrava, de fato, era o estado do Pará. Além do mais, a estrutura ali presente era precária e não atendia as necessidades básicas da população, a ausência de estradas dificultava a circulação de pessoas e contribuía para o isolamento dos que ali viviam.

No período da ditadura militar, com as ações impostas pela SUDAM, toda a região do Vale do Araguaia passou a ser incorporada ao mercado agroindustrial, acarretando aumento do mercado especulativo de terras. Conflitos violentos ocorreram durante todo esse período, revelando a tensão entre lados distintos de uma fronteira agrícola. Isso fica evidente ao levantar a história da fundação do município de Santa Terezinha, que passa por muita opressão e violência até a data de sua criação em 1980.

¹⁰Sobre o Município. **Prefeitura de Santa Terezinha**, Santa Terezinha. Disponível em: <<https://santaterezinha.mt.gov.br/sobre-o-município/historia/>>. Acesso em 19/09/2022.

Nesse sentido, o capítulo 1 serve de base para compreender como o interior do Vale do Araguaia foi estruturado para que a fronteira agrícola pudesse avançar sobre espaços até então pouco conhecidos, apropriando terras para o uso de atividades hegemônicas, como é o caso do modelo agroindustrial que atualmente avança na região. Portanto, o capítulo consegue atender alguns objetivos específicos pré-estabelecidos, como a compreensão da história de Santa Terezinha no que diz respeito à sua formação territorial, no que concerne à identificação dos principais agentes responsáveis por esse processo de estruturação, além de abordar os conflitos e processos de resistência da população local, propostos no início do capítulo.

Capítulo 2 A fronteira agrícola do Vale do Araguaia

Entendido como ocorreu a história da formação territorial em Santa Terezinha até a data de sua fundação, vamos agora analisar como a fronteira agrícola da soja vem sendo implantada no Vale do Araguaia, ressaltando que esse é um processo que ocorre sob influência da BR-158, rodovia federal que escoar a produção de grãos em direção aos portos do Norte e Nordeste do país e, por isso, receberá uma atenção especial logo de início. Em seguida, serão analisados os tipos distintos de colonização e expansão entre as Microrregiões do Nordeste Mato-Grossense.

Durante a década de 1970, a fronteira agrícola começou a ser implantada no Vale do Araguaia, inicialmente na Microrregião de Canarana (mais ao sul) e, posteriormente, mais ao norte, na Microrregião do Norte Araguaia (BERNARDES, 2009). Em Canarana, a soja foi inserida no início dos anos 1990, com alguns municípios apresentando valores consideráveis na produção dos grãos, já no final da década. No início dos anos 2000, com o avanço da fronteira agrícola, o Norte Araguaia também passa a apresentar municípios que produzem soja. Atualmente, a fronteira agrícola ocupa praticamente todo o território mato-grossense, ultrapassando inclusive a divisa com o estado do Pará. Em Santa Terezinha a soja só chegou ao município ao final da década de 2000.

Nesse contexto, vale destacar a importância da logística da rodovia federal BR-158 para a chegada de insumos nos municípios do Vale do Araguaia, bem como para o escoamento da produção dos grãos. Trabalharemos aqui os conceitos de *racionalidade*, *contra-racionalidade* e *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996); *fronteira* (MARTINS, 1997 & BERNARDES, 2009, 2022); *logística* (CASTILLO, 2008); *circuito espacial da produção e círculos de cooperação* (CASTILLO & FREDERICO, 2010).

Serão apresentadas também, as novas técnicas utilizadas no campo, como as tecnologias de precisão via satélite, que racionalizam os ganhos na produção. Por outro lado, serão abordados os movimentos de contra racionalidade, expressos na atuação do Bispo Pedro Casaldáliga, no âmbito da Teologia da Libertação, abordando a história conflitiva e violenta da região. Analisaremos a evolução dos dados de soja, milho e rebanho bovino por Microrregião do Nordeste Mato-Grossense, oferecendo um panorama da atual situação.

2.1 Rodovia Federal BR-158 e sua importância

A construção da BR-158 (Imagem 7) teve início na década de 1960 (CANUTO, 2019) sendo federalizada pelo governo na ditadura militar durante a década de 1970 (ARRUZZO, 2009). Atualmente é considerada uma rodovia federal que corta os extremos do Brasil de Norte a Sul (Imagem 8), contando com uma malha rodoviária de 2.973 km de extensão, atravessando os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, segundo dados do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, 2022.



Imagem 7: Rodovia Federal BR-158 destacada em vermelho. (Fonte: GoogleImagens, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:BR_158.jpg>. Acesso em: 04/10/2022).

A rodovia, que sofria com constantes alagamentos, teve seu leito levantado durante a ditadura militar, através de recursos disponibilizados pela SUDAM (ARRUZZO, 2009). As obras melhoraram a circulação de veículos, a chegada de insumos e o escoamento da produção em Canarana e foram de suma importância para que a fronteira agrícola fosse direcionada para o Norte Araguaia nas décadas seguintes. “Em 1975, houve o prosseguimento da abertura da BR 158, chegando até o rio Tapirapé, em Porto Alegre do Norte” (CANUTO, 2019, p. 29), e em 1978 a rodovia atingiu a divisa com o estado do Pará, concluindo assim a abertura de todo o trecho do Nordeste Mato-Grossense (CANUTO, 2019).



Imagem 7: Caminhão de carga cruzando a Rodovia Federal BR-158 sentido Norte. Ao fundo, é possível ver o Arco da Pedra, uma formação rochosa que faz parte da Serra do Roncador, que por sua vez, se estende do município de Barra do Garças, até a Serra do Cachimbo, no estado do Pará. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Um dos principais fatores condicionantes da expansão da soja por todo o Vale do Araguaia, foi o asfaltamento quase completo do trecho mato-grossense da BR-158. Até os primeiros anos do século XXI, a rodovia se encontrava asfaltada até o município de Ribeirão Cascalheira, com o escoamento da produção voltado para os portos do Sul e Sudeste do país. Foi somente em 2007 que o asfaltamento atingiu o estado do Pará, facilitando uma logística de escoamento da produção dos grãos para os portos do Norte e Nordeste do Brasil.

Dentre as ações do Estado no sentido de criar condições para o estabelecimento da nova fronteira agrícola moderna, destaca-se a criação de novas vias de escoamento, de maneira a estabelecer conexões entre o espaço de produção e o de circulação, emergindo nesse contexto a BR-158, estando o escoamento da produção até o momento voltado para os portos do sul do país. Essa rede técnica é a forma que vai proporcionar novos fluxos, favorecendo a desestruturação do tradicional e a estruturação do novo (BERNARDES, 2009, p. 31).

Percebe-se que, por si só, o asfaltamento já contribui para *racionalizar* as etapas de produção, possibilitando o desenvolvimento de novos processos, seja munindo a cidade de estruturas voltadas para atender as demandas dos produtores e da população, seja para implementar no campo as tecnologias de ponta, capazes de maximizar os lucros, na medida em que passam a obter maior rendimento por hectare de terra. Não só o asfaltamento de rodovias e

vicinais, como também a chegada de infraestrutura nas cidades e o uso de técnicas e insumos modernos no campo, geraram o que SANTOS, em 1996, vai chamar de *racionalidade*:

A racionalidade funcional, envolve uma reorganização que permite que uma série de ações alcancem objetivos antecipadamente calculados. [...] Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica, cada gesto e cada resultado deve ser previsto, de modo a assegurar a maior produtividade e a maior rentabilidade possível (SANTOS, 1996, p. 231).

O asfaltamento da BR-158 no Nordeste Mato-Grossense só não está completo por conta de um trecho de aproximadamente 127 km de estrada de terra entre os municípios Alto Boa Vista e Porto Alegre do Norte (Imagem 9), estando 114,5 km localizados dentro dos limites do Território Indígena Marãiwatsédé. O povo Xavante, dono da terra, já havia sido removido do local que habitava no governo da ditadura militar, e conseguiu, com muito esforço, retomar o território. Atualmente resiste em diversos conflitos, como invasões de terra, desmatamento, queimadas, ameaças, uso indiscriminado de agrotóxicos por parte dos fazendeiros, etc., e teme que o asfaltamento da rodovia em suas terras, possa agravar a situação¹¹, como nos foi relatado por alguns Xavante, em entrevista de campo, realizada em 2016.

Tendo que atravessar um trecho de estrada de terra de aproximadamente 127 km, os produtores rurais buscam formas de superar essa barreira que lhes custam tempo e dinheiro. Esse marco da resistência Xavante, se tornou um entrave para a expansão do agronegócio pelo Vale do Araguaia, pois dificulta o acesso às cidades produtoras, bem como a chegada de insumos, além de dificultar os fluxos de escoamento da produção. Sendo assim, a luta indígena pelo não asfaltamento da rodovia federal é um bom exemplo de um movimento de *contra-racionalidade*.

¹¹O Território Indígena Marãiwatsédé viveu grandes conflitos ao longo de sua história. Em 1965, os Xavante foram removidos de suas terras a força e transferidos para a Missão São Marcos, também em Mato Grosso, com apoio da Força Aérea Brasileira e de grupos Salesianos. Somente em 1992 ocorreu o reconhecimento do Território Indígena pela FUNAI. Ainda em 1992, com o incentivo das prefeituras de São Félix do Araguaia e Ribeirão Cascalheira, o território foi loteado e leilado a posseiros e grupos de fazendeiros, surgindo fazendas como a Suiá-Missú e povoados como o de Posto da Mata, gerando um grande imbróglio judicial que só se encerrou em 2004. Após muita luta, os Xavante conseguiram retornar a suas terras. Posseiros foram removidos e tiveram que ser realocados. (Fonte: ISA, 2022. Disponível em: <<http://www.maraiwatsede.org.br/>>. Acessado em: 04/10/2022).



Imagem 9: Início do trecho de aproximadamente 127 km de estrada de terra da rodovia BR-158, na altura do município de Alto Boa Vista, sentido Norte. Alguns veículos, frequentemente apresentam dificuldades ao subir o monte não asfaltado e percorrer o trecho de terra até o final, principalmente em dias de chuva, quando a lama se concentra. É comum encontrar borracharias de beira de estrada ao longo do percurso (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Na contramão da *racionalidade*, SANTOS (1996) apontará para a existência da *contra-racionalidade*. Se a primeira é compreendida como forma de otimizar a produção, o ganho de tempo e de lucro, a segunda será compreendida como as formas que dificultam a otimização dessas atividades, sendo basicamente o inverso da *racionalidade*, ou seja, um empecilho para o uso hegemônico da terra, do ganho de lucro, de tempo e de produtividade.

O conceito de *contra-racionalidade*, atrelado à resistência de grupos minoritários do ponto de vista econômico-social, pode ser analisado no Vale do Araguaia através da resistência dos indígenas, posseiros, assentados e movimentos sociais, onde suas atividades tradicionais servem de empecilho para o crescimento de atividades hegemônicas e aquisição de terras para a produção de soja.

Ante a racionalidade dominante, pode-se de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais “opacas”, tornadas irracionais para usos hegemônicos (SANTOS, 1996, p. 246).

Os processos de implantação da fronteira agrícola no Vale do Araguaia ocorreram de forma distinta entre as microrregiões. O Médio Araguaia, como mencionado no capítulo 1, é considerado “porta de entrada para a Amazônia” e serviu como base logística para o espraiamento das atividades agroindustriais por todo o Nordeste Mato-grossense, recebendo, no município de Barra do Garças, uma infraestrutura voltada para oferecer os mais diversos serviços e atender as necessidades mais urgentes, não só da população, mas também dos produtores rurais que chegavam à região (RIBEIRO, 2016b). Milton Santos nos diz que processo “pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (SANTOS, 1985, p. 50).

Sendo assim, podemos dizer que o processo de implantação da fronteira agrícola no Vale do Araguaia, teve início com a instalação de uma infraestrutura básica na Microrregião do Médio Araguaia, mais especificamente no município de Barra do Garças, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Esse processo é impulsionado durante o segundo governo Vargas (1951-1954), por conta do contexto de pós-guerra que o mundo vivia e a necessidade de integrar a Amazônia ao restante do Brasil (RIBEIRO, 2016b).

Mas é durante o primeiro governo Vargas de 1930 e 1945, no então chamado Estado Novo, que o problema da integração da Amazônia ganha novo contorno em face da crescente internacionalização do capital. Isso leva o governo brasileiro a constituição de um projeto nacional com vistas a incorporação de parcelas, até então inexploradas ou pouco exploradas à nova ordem capitalista, forçando a participação brasileira nesse contexto de expansão do capital” (RIBEIRO, 2016b, p. 38-39).

O momento mais importante do processo de implantação da fronteira agrícola, ocorreu anos depois, durante a década de 1970, simultaneamente nas microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia. O governo ditatorial militar, passou a doar as terras de Canarana (mais ao sul) para pequenos produtores, empresas colonizadoras e pequenas famílias oriundas da região Sul do país. Essa ação gerou uma nova estrutura na microrregião e preparou o terreno para a instalação da fronteira agrícola. “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50).

Simultaneamente, o Norte Araguaia (mais ao norte), viu suas terras serem cedidas indiscriminadamente à grandes projetos agropecuários, através de recursos da SUDAM,

aquecendo assim seu mercado de compra e venda de terras, favorecendo a especulação e a concentração fundiária na mão de poucos fazendeiros capitalizados (BERNARDES, 2009). Durante esse período tem-se uma escalada de conflitos de terra no Norte Araguaia, a exemplo do que foi visto na história conflitiva da fundação do município de Santa Terezinha (CANUTO, 2019). É no Norte Araguaia que esteve concentrado o foco dos movimentos de contraracionalidades presentes no Vale do Araguaia e que dificultaram a expansão das atividades agroindustriais.

2.2 O processo de implantação da fronteira agrícola na Microrregião de Canarana

Durante a década de 1970, a Microrregião de Canarana recebeu diversos projetos de colonização privada, com o auxílio de incentivos fiscais do governo ditatorial militar, dando início a um processo que culminaria na implantação da fronteira agrícola em seus municípios. Um projeto de destaque foi o Projeto Canarana, organizado em 1972 por pastores luteranos, que promoveram o fluxo de migrantes originários do Sul do país para essa Microrregião (BERNARDES, 2009).

As ações do Estado, traduzidas em processos de colonização pública e privada, promoveram fluxos migratórios oriundos do sul do país, particularmente do Rio Grande do Sul. Trata-se dos pequenos produtores da região de Carazinho, Passo Fundo, Erechim, Tenente Portela, entre outros, organizados pelos pastores luteranos alemães Norberto e Ênio Schwantes, que em 1972 elaboraram o Projeto Canarana para a área atualmente denominada de Microrregião Canarana (BERNARDES, 2009, p. 31).

Com os anos, a influência “gaúcha” se espalhou pela Microrregião de Canarana, batizando ruas e avenidas que fazem alusões à região Sul do Brasil (Imagem 6). A parcela sulista, que ao longo da história participou dos processos de colonização da microrregião, assim como seus descendentes, são conhecidos por “gaúchos”, pelos demais habitantes do Vale do Araguaia.



Imagem 6: Placa indicando a rua Rio Grande do Sul em Querência – MT, fazendo alusão à influência gaúcha no município (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2016).

A Microrregião de Canarana recebeu, também, a instalação de algumas empresas madeireiras que fizeram boa parte do trabalho de desmatamento, para que as terras estivessem prontas para inserir o pasto para o gado e, sobretudo, para iniciar os processos de produção agrícola em larga escala (BERNARDES, 2009). De início, muitas famílias sulistas tentaram produzir arroz, já que fazia parte da sua subsistência, mas com o passar dos anos, perceberam a queda na produtividade, devido a não adaptação da cultura ao solo da região (MARTINS, 1997), diferente dos solos encontrados no Sul.

Martins (1997), em entrevista com moradores de Canarana, nos conta um pouco sobre a degradação do solo, a perda de produtividade do arroz e a consequente necessidade da inserção de novas culturas de plantio na região para reverter essa situação:

A única noção que corresponde à realidade da vida dos colonos de Canarana e, também, de suas crianças é a de trabalho, [...] que, basicamente, produz arroz. O fato das terras do lugar estarem esgotando-se rapidamente, devido às peculiaridades das terras do cerrado, e devido à falta de calcário para neutralizar a acidez do solo, começavam a produzir um certo temor. Luiz C., de catorze anos, assinalou que “o pior [é] que não está dando mais arroz, as terras estão enfraquecendo e temos que tomar outras providências para outra plantação ou criar gado”. Esse temor aparece associado à eventualidade de terem de se dedicar a outra cultura, diferente da que já conhecem desde o Rio Grande, que é a cultura do arroz (MARTINS, 1997, p. 128).

Alguns anos se passaram e com a queda na produção do arroz e a degradação cada vez maior do solo, novas culturas foram testadas, sendo inseridas inicialmente o gado e o milho,

passando por outras culturas, até que a soja começasse a ser produzida no início da década de 1990. A soja, aliada ao uso de técnicas cada vez mais modernas, com aplicação de fertilizantes, pesticidas, uso de maquinário e outros insumos, conseguiu se adaptar às condições naturais de solo e clima (BERNARDES, 2009), e hoje desponta como a principal commodity da Microrregião (SIDRA/IBGE, 2022).

Nesse sentido, é importante destacar a presença do Estado na criação de condições técnicas, como a criação da Embrapa em 1973, focada em desenvolver a agricultura brasileira através do estudo de solos, além disso, também forneceu crédito aos produtores e investiu na construção de novas vias de escoamento, ou melhorando as já existentes. “Essa rede técnica é a forma que vai proporcionar novos fluxos, favorecendo a desestruturação do tradicional e a estruturação do novo” (BERNARDES, 2009, p. 31).

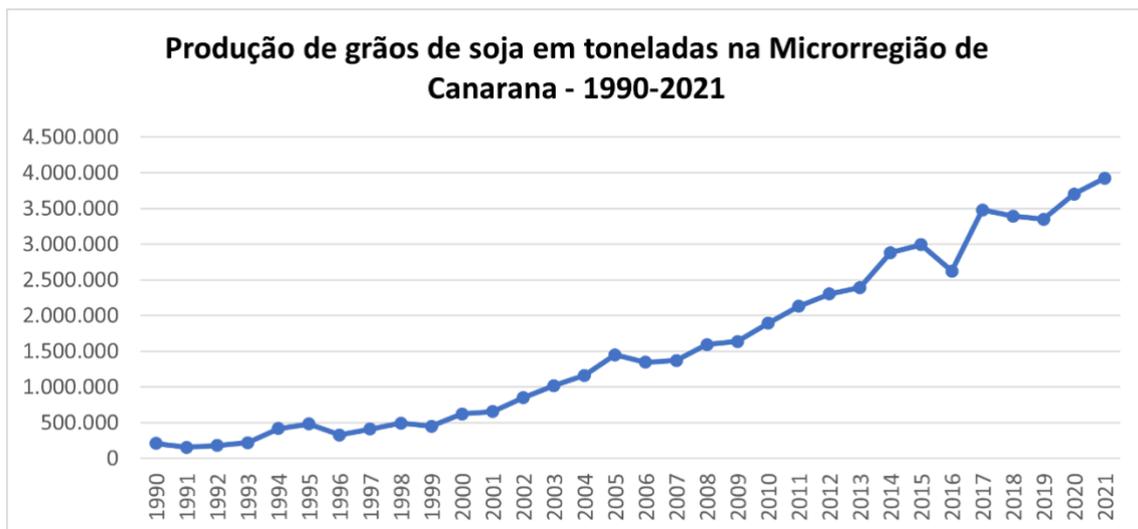


Gráfico 1: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Considerando que os dados da base SIDRA/IBGE, 2022, referentes à produção dos grãos de soja, área plantada e rendimento médio na Microrregião de Canarana, são disponibilizados a partir do ano de 1990, e que seu último ano de levantamento foi em 2021, trabalharemos aqui com o recorte temporal de 1990 a 2021.

Em 1990, a Microrregião de Canarana produziu 209.551 toneladas de grãos de soja. Dez anos depois, em 2000, os valores produzidos foram de 619.992 toneladas, obtendo assim um

aumento de 195,86% na produção dos grãos de soja. Em 2010 Canarana já produzia 1.893.167 toneladas de grãos de soja, apresentando um aumento na produção de 205,35% em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o crescimento da produção dos grãos de soja foi de 107,29%, tendo em vista que em 2021 foram produzidas 3.924.354 toneladas de soja. Entre 2000 e 2021, o crescimento apresentado foi de 532,96%.

Tabela 1: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião de Canarana - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
209.551	153.276	180.126	218.547	417.464	481.420	327.668	409.916	494.388	451.184	619.992
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
655.418	848.675	1.018.966	1.162.437	1.449.965	1.344.829	1.368.278	1.594.991	1.635.536	1.893.167	2.130.362
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
2.301.125	2.391.843	2.880.751	2.993.400	2.624.093	3.476.480	3.390.690	3.349.518	3.701.044	3.924.354	

Tabela 1: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D)

Entre os marcos temporais na produção, é interessante indicar que 2000 foi o ano em que a produção de soja ultrapassou a marca das 500 mil toneladas (619.992 t), três anos depois, em 2003, Canarana já atingia a faixa de 1 milhão de toneladas de grãos de soja produzidos (1.018.966 t). Em 2011 a produção ultrapassa os 2 milhões de toneladas de soja (2.130.362 t) e em 2017, ultrapassa os 3 milhões (3.476.480 t). Em 2021, a produção se aproximou da faixa dos 4 milhões de toneladas de grãos de soja produzidos (3.924.354 t).

Em relação a área plantada, a base SIDRA/IBGE, 2022 nos indica que em 1990 eram destinados 132.785 ha de terra para a produção de soja em Canarana. Dez anos depois, em 2000, já eram utilizados 202.888 ha de terra para a produção desses grãos, indicando um aumento de 52,79 %. Em 2010, Canarana destinou 604.159 hectares para a produção de soja, apresentando

um aumento de 197,77% em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o aumento do uso da terra para a produção de soja em hectares foi de 87,43%, tendo em vista que em 2021 foram destinados 1.132.400 ha para essa produção. Entre 2000 e 2021, o aumento apresentado foi de 458,14%.

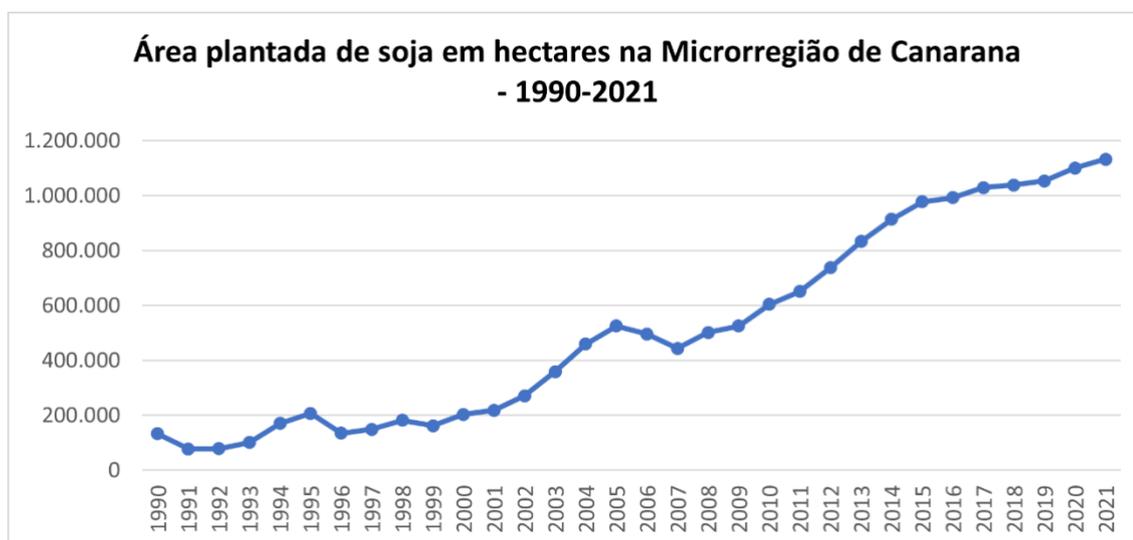


Gráfico 2: Área plantada de soja em hectares na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Tabela 2: Área plantada de soja em hectares na Microrregião de Canarana - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
132.785	77.084	77.961	100.432	170.015	206.450	134.710	148.714	181.240	161.315	202.888
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
218.311	270.705	359.349	459.298	525.387	496.275	443.000	501.855	525.424	604.159	650.727
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
737.311	832.750	913.813	977.770	992.929	1.028.766	1.038.990	1.053.836	1.100.712	1.132.400	

Tabela 2: Área plantada de soja em hectares na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre os marcos temporais nos dados referentes à área plantada de soja em Canarana, vale destacar que, em 2008, foi ultrapassada a marca dos 500.000 hectares (501.855 ha), enquanto que, em 2017, a marca atingida foi de mais de 1 milhão de hectares (1.028.766 ha).

Em 2021, a área plantada de soja continua próxima a faixa de 1 milhão de hectares, apresentando uma área destinada de 1.132.400 ha.

Em relação ao rendimento médio, a base SIDRA/IBGE, 2022, aponta que essa Microrregião apresentou uma produção de 1.618 kg/ha em 1990. Dez anos depois, em 2000, a produção foi de 3.055 kg/ha, com uma variação em torno de 88,81% em relação a 1990. Em 2010, o rendimento médio da produção de soja alcançou 3.133 kg/ha, apresentando um aumento de 2,55% em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o aumento foi de 10,62%, tendo em vista que, em 2021, Canarana produziu 3.466 kg de soja por hectare. Entre 2000 e 2021, o crescimento apresentado foi de 13,45%.

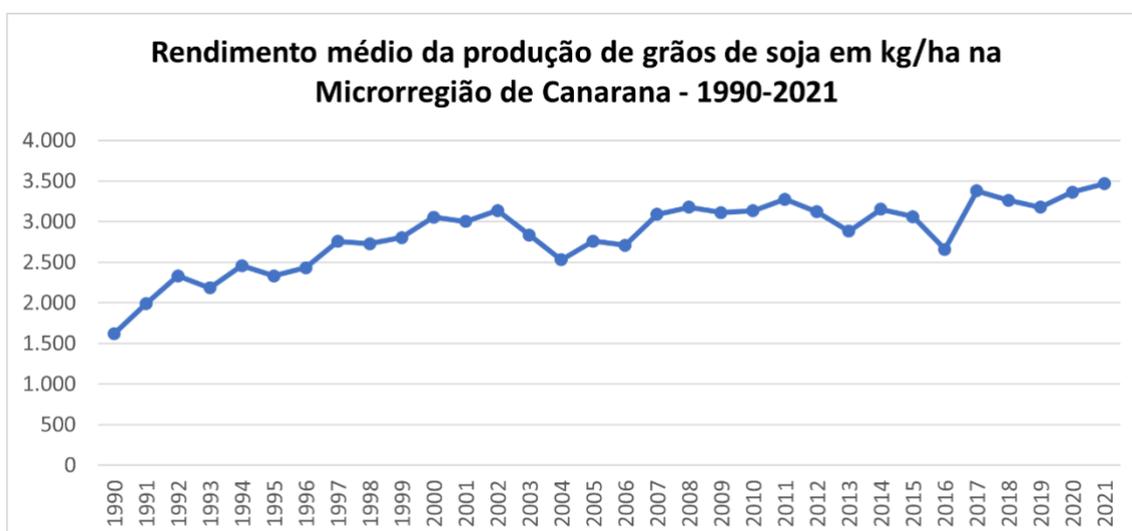


Gráfico 3: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre os marcos temporais no rendimento médio da produção de soja em kg/ha na Microrregião de Canarana, vale destacar que, em 1993, o rendimento ultrapassou a faixa de 2 mil kg/ha (2.330 kg/ha), já o ano de 2000 foi marcado por ultrapassar a marca de 3 mil kg/ha de soja (3.055 kg/ha). Em 2003 os valores de rendimento caem para 2.835 kg/ha e só retomam a faixa dos 3 mil kg/ha em 2007 (3.088 ha). Entre 2011 e 2021, os valores de rendimento tiveram pequenas variações para baixo em alguns anos específicos, mas se mantiveram em uma crescente, se analisarmos esse recorte temporal, atingindo em 2021 um rendimento médio de 3.466 kg/ha.

Tabela 3: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião de Canarana - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1.618	1.989	2.330	2.182	2.456	2.331	2.432	2.756	2.727	2.802	3.055
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
3.002	3.135	2.835	2.530	2.759	2.709	3.088	3.178	3.112	3.133	3.274
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
3.121	2.883	3.152	3.061	2.660	3.379	3.263	3.178	3.362	3.466	

Tabela 3: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião de Canarana – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Com a inserção gradativa da soja, mais vias de circulação foram abertas e asfaltadas, favorecendo a chegada de novos insumos e serviços por todo o Vale do Araguaia, *racionalizando* a produção agrícola, favorecendo seu escoamento para os portos de todo o Brasil, atendendo cada vez mais as demandas do mercado nacional e internacional de grãos. A concentração fundiária foi se acentuando à medida em que novos imigrantes mais capitalizados chegavam à região, aumentando cada vez mais a produção, o capital e concentrando mais terra, principalmente para a agricultura (BERNARDES, 2009).

A estrutura fundiária que se instalou com os projetos de colonização, a princípio, era formada de pequenos produtores proprietários de terra, mas com o tempo, apresentou um processo de concentração fundiária que resultou na formação de grandes áreas. Como consequência da colonização, os fixos e os fluxos se multiplicaram, os lugares se valorizaram e se especializaram, a divisão do trabalho foi alterada e infraestruturas foram construídas. “Tal projeto de colonização privada resultou na criação dos atuais municípios de Nova Xavantina, Canarana, Água Boa e Querência” (BERNARDES, 2009, p. 31).

Assim, de forma diferenciada, nos anos 70 a fronteira agrícola moderna foi sendo construída na BR-158 mato-grossense, trazendo embutida a ideia de modernidade enquanto forma de produzir, que envolvia o produzir e como produzir, significando novas organizações e relações sociais” (BERNARDES, 2009, p. 34).

Sendo assim, a Microrregião de Canarana apresentou aos poucos um domínio do modelo agroindustrial, implementando a *fronteira agrícola tecnificada* e produzindo “a sociedade da soja, da técnica, do asfalto, da cidade moderna” (BERNARDES, 2009, p. 34), resultando em novas relações de poder na região. Devido ao tipo de colonização privada que consistiu a princípio na subsistência e na procura por terras que fossem suficientes para alimentar as famílias sulistas, poucos conflitos de terra foram registrados na Microrregião e, com isso, a concentração de terras foi ocorrendo sem maiores problemas.

2.3 O processo de implantação da fronteira da pecuária na Microrregião do Norte Araguaia

Simultaneamente ao processo de implantação da fronteira agrícola que ocorria em Canarana durante a década de 1970, a Microrregião do Norte Araguaia passava por um processo distinto, como uma espécie de preparação para o avanço da fronteira agrícola. Enquanto Canarana recebia a chegada de projetos de colonização privada, a Microrregião do Norte Araguaia assistia ao processo de concessão de suas terras para projetos agropecuários, através da SUDAM, que as distribuía indiscriminadamente às grandes empresas, a exemplo da Codeara em Santa Terezinha e da Suiá-Missu entre o Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia (CANUTO, 2019), que tratavam de desmatar as florestas e expulsar os possíveis moradores para dar início a suas atividades.

Foi nessa Microrregião que se intensificou a expulsão dos antigos posseiros e indígenas, onde os conflitos se acentuaram ao longo das décadas de 1970 e 1980, sendo os mesmos acolhidos pelo Bispo Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia, que seguia a vertente católica da Teologia da Libertação.

No contexto da distribuição de projetos agropecuários, gerou-se um desordenamento espacial, frequentemente imposto à força por fazendeiros e capatazes. Diversos casos de conflito a respeito da questão fundiária eclodiram, como grilagens de terra, ameaças e vendas

forçadas, peonagens e trabalho escravo, intimidações, agressões e assassinatos, além dos problemas ambientais relacionados a queimadas e desmatamento.

...nessa região as ações estavam condicionadas pelo passado, já que as forças pretéritas tinham um grande peso, havendo uma disputa por parte dos antigos posseiros, pequenos proprietários e índios pela permanência nesses espaços, apoiados por redes de solidariedade envolvidas nas práticas sociais do cotidiano, que valorizavam a identidade social, redes que através do preenchimento das brechas buscavam alternativas de vida coletiva (BERNARDES, 2009, p. 33).

Segundo Martins (1997), os conflitos gerados pela venda indiscriminada de terras no Norte Araguaia constituem um grande indicativo de uma situação de *fronteira* na Microrregião, devido ao caráter de embate, de conflito, entre lados distintos. Nesse sentido, o conceito de *fronteira* passa a ser entendido “como lugar social de alteridade, confronto e conflito” (MARTINS, 1997, p. 174). A situação de fronteira vai aparecer então como o encontro de tempos históricos distintos que recria formas arcaicas de dominação e reprodução do capital.

O desencontro de tempos e o antagonismo são visíveis nos modos de vida, nas formas de cultivo, na cultura, nas relações sociais, na divisão do trabalho, etc., e se apresenta, de um lado, exercendo *horizontalidades* (SANTOS, 1996), pois os povos indígenas, os posseiros, os assentados e os camponeses, que já estavam presentes no Norte Araguaia antes mesmo da venda indiscriminada de terras, vão se organizar para reagir à expulsão e, de outro, as *verticalidades* (SANTOS, 1996) se manifestam na medida em que os empresários e produtores rurais, que expandem suas terras ou adquirem novas, fazem uso de técnicas modernas para aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil, é justamente a situação de conflito social. [...] Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. [...] À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1997, p. 150).

Cada fase da expansão da fronteira agrícola vai estar associada a diferentes tipos de conflito. Assim, a noção de *fronteira* de MARTINS (1997), estará relacionada aos conflitos gerados por esse embate de tempos históricos, que estando em lados opostos, se encontram e

se conflitam, na medida em que essas populações incluem, não só o desencontro dos tempos históricos, mas principalmente o de interesses divergentes (MARTINS, 1997, p. 174).

2.3.1 A Teologia da Libertação

Um dos maiores movimentos de *contra-racionalidade* existentes no Vale do Araguaia emergiu na Prelazia de São Félix do Araguaia, sob a liderança de figuras católicas importantes, como a do Bispo Pedro Casaldáliga. A Prelazia, localizada no município de São Félix do Araguaia, começou a ser preparada em 1968, após a realização da II Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia, “considerada a ata de nascimento e de batismo de uma Igreja com rosto latino-americano” (CANUTO, 2021, p. 17). Foi oficialmente criada em 1969, no momento em que o então padre Pedro Casaldáliga, foi designado para exercer a função pastoral na condição de bispo (CANUTO, 2021).

No dia 13 de maio de 1969, o papa Paulo VI, pela bula *Quo Commodius*, criou a Prelazia de São Félix do Araguaia para que a Igreja pudesse prestar um melhor atendimento pastoral às populações existentes naquela região geográfica (CANUTO, 2021, p. 31).

Ao longo de sua história, a Prelazia e suas figuras católicas sempre se colocaram ao lado dos mais humildes na luta pela terra. Esse movimento foi irradiado por todo o Vale do Araguaia, em especial nos municípios localizados na parte leste do Nordeste Mato-grossense, e contribuiu para a criação de povoados e municípios, a exemplo da criação de Santa Terezinha, com o movimento de luta dos posseiros, liderados pelo Padre Francisco Jentel. A Prelazia também esteve presente atuando na luta pelas causas indígenas, como o trabalho realizado pela Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus junto ao povo Tapirapé, em Santa Terezinha, bem como com o apoio, tanto da Prelazia quanto do CIMI, pela retomada Xavante de suas terras em Marãiwatsédé (CANUTO, 2021).

Quando foi criada, a área de abrangência da Prelazia era de aproximadamente 150 mil km². Atualmente, conta com um território de aproximadamente 128.658 km², abarcando uma população estimada em 160 mil pessoas (CANUTO, 2021), possuindo paróquias sob sua tutela nos municípios de Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Confresa, Porto Alegre do Norte, Canabrava do Norte, Alto Boa Vista e Serra Nova Dourada. A Prelazia de São Félix do Araguaia conta ainda com a Catedral

Nossa Senhora da Assunção, em São Félix do Araguaia, o Santuário dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira, além da sua própria sede¹².

As narrativas contra a atuação da Prelazia¹³ são muitas, e ocorrem desde os anos de ditadura militar, sendo feitas fortes campanhas de difamação que se perpetuam até os dias de hoje nas falas de alguns produtores e políticos do Vale do Araguaia. Por tempos, foram muitos os ataques do grande capital, tanto nacional quanto internacional, bem como os de boa parte da imprensa¹⁴:

...seja jornais e revistas, rádios e cadeias televisivas, numa constante guerra de informações distorcidas, calúnias, mentiras e difamações em que era apontada como sendo “contra o progresso” do país (CANUTO, 2021, p 20).

O forte apoio da Prelazia dado à população do Vale do Araguaia partiu muito da vertente e da linha de ação que a Diocese escolheu seguir. Trata-se da *Teologia da Libertação*, ou seja, de uma leitura da fé cristã que foi amplamente debatida na II Conferência do Episcopado Latino-americano, realizado no ano de 1968 na cidade de Medellín na Colômbia, e que foi posta em prática por Igrejas Católicas de diversos países da América Latina, incluindo o Brasil.

A atuação da Igreja buscava aqui inserir-se na realidade do povo, principalmente o povo marginalizado, vivenciando o cotidiano da comunidade junto aos fiéis, dando espaço para eles expressarem suas formas de manifestação cultural, de organização em sociedade, seus métodos de cultivo no campo, respeitando seus saberes e suas crenças, lutando junto deles pela dignidade da vida no campo (CANUTO, 2021), exercendo, assim, suas *horizontalidades* (SANTOS, 1996), que se expressavam no trabalho coletivo.

Muitos teólogos da libertação ficaram conhecidos na América Latina, dentre eles o sacerdote peruano Gustavo Gutierrez. No Brasil, figuras como¹⁵ o Bispo Pedro Casaldáliga,

¹²Lista com o endereço das Paróquias sob tutela da Prelazia de São Félix do Araguaia. (Fonte: <<https://prelaziassaraguaia.com.br/categorias/paroquias/>>. Acesso em: 06/10/2022).

¹³Em entrevistas de campo realizadas nos anos de 2016 e 2019 com fazendeiros, empresários e políticos de diversos municípios do Vale do Araguaia, por vezes, foi possível notar em suas falas, conotações pejorativas referentes à Prelazia e a equipe pastoral, fazendo insinuações de que a Diocese estaria a serviço do comunismo, atuando de forma contrária aos interesses do agronegócio e conseqüentemente, de forma contrária aos interesses do Brasil.

¹⁴Os ataques direcionados não só à Prelazia, mas aos movimentos sociais de um modo geral, sempre estiveram presentes na história do Brasil e ganharam fôlego em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro.

¹⁵É válido destacar também a figura de Antônio Canuto, na época padre atuante em Santa Terezinha, que participou do processo de criação do município. Viveu por 26 anos na região da Prelazia pregando a Palavra de Deus sob a ótica da Teologia da Libertação. Contribuiu para a construção desta pesquisa com dois livros: “*Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-Grossense*, CANUTO, 2019” e “*Ventos de Profecia na Amazônia - 50 Anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*, CANUTO, 2021”.

Frei Leonardo Boff e o pedagogo Paulo Freire, foram expoentes dessa vertente católica e sofreram perseguição e difamação nos anos de ditadura militar no Brasil (CANUTO, 2021).



Imagem 13: Mural da Prelazia de São Félix do Araguaia na Igreja Matriz Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, no município de Santa Terezinha. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Paulo Freire, pedagogo brasileiro mundialmente conhecido, ficou marcado na história da pedagogia por conta de suas obras literárias e pelos seus métodos de ensino e de alfabetização. Freire foi responsável por alfabetizar massas Brasil a dentro, em uma época que para exercer o direito ao voto, era necessário saber ler e escrever. Diversas foram as referências feitas à *Teologia da Libertação* em seus livros, sendo separados aqui dois trechos que expressam uma interpretação do que é a Palavra de Deus, segundo essa vertente católica:

A primeira condição para saber escutar e pôr efetivamente em prática a Palavra de Deus é, em minha opinião, estar genuinamente disposto a comprometer-se no processo de libertação do homem. Porém, repito, tal processo exige o compromisso histórico, exige a ação transformadora, que implica o enfrentamento com os poderosos da terra. A Palavra de Deus, em última análise, me convida a recriar o mundo, não para a dominação de meus irmãos, e sim para sua libertação. Desta maneira, não sou capaz de escutar a Palavra se não estou urgido a vivê-la plenamente” (FREIRE, 1970). (2010, p. 392). [...] “...somente a prática de quem se sabe humildemente um eterno aprendiz, um educando permanente da Palavra, lhe confere autoridade, no ato de aprendê-la e ensiná-la (FREIRE, 1979^a); (2010, p. 7).

No Vale do Araguaia, o grande nome da Teologia da Libertação foi Pedro Maria Casaldáliga Plá (Imagem 14), missionário claretiano espanhol naturalizado brasileiro,

designado, a princípio, para exercer a função de Padre nos primeiros anos de funcionamento da Prelazia de São Félix do Araguaia (CANUTO, 2021).



Imagem 14: Bispo Pedro Casaldáliga. (Fonte: Setor de Comunicação da CPT Nacional. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2020/09/nas-pegadas-do-bispo-pedro-casaldaliga>>. Acesso em: 07/10/2022).

Devido à sua forte atuação por todo o Vale do Araguaia, colocando-se sempre ao lado dos mais humildes na luta pela terra, denunciando os abusos e a violência no campo, denunciando os crimes ambientais, o trabalho escravo e a grilagem de terras, Pedro Casaldáliga passou a sofrer constantes ataques de calúnia, intimidação e ameaças de morte por parte de alguns políticos, fazendeiros e capatazes. Sendo assim, para que a sua integridade física fosse assegurada, recebeu em 1971 o título de Bispo pelo Vaticano, para que, então, pudesse continuar a fazer o papel missionário com maior respaldo da Igreja Católica (CANUTO, 2019). Além do mais, um crime cometido contra uma figura católica de tamanha importância como a sua, seria extremamente mal visto pela população brasileira, tendo em vista que, à época, o Brasil era composto por uma população majoritariamente católica, bastante fiel às suas práticas e símbolos religiosos.

...o novo bispo lançou uma contundente carta pastoral que adquiriu repercussão nacional e internacional. Intitulava-se “*Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”. São Félix passou a ter um lugar de destaque no cenário brasileiro (CANUTO, 2019, p. 196).

Buscando seguir os modos de vida camponesa, o bispo costumava dispensar os trajes formais da Igreja, utilizando, a maior parte do tempo, vestimentas simples, como chapéu de

palha, chinelos rasteiros e o anel de tucum (CANUTO, 2021), um anel feito em madeira que veio a se tornar um dos símbolos da vertente católica da Teologia da Libertação.

Como sinal de identificação com o povo e do despojamento com que esta igreja queria se revestir, o novo bispo não aceitou qualquer insígnia ou distintivo que o distanciasse do povo a quem queria servir. A mitra foi substituída por um chapéu de palha sertanejo. Um remo, feito pelos Tapirapé, substituiu o báculo. O anel de tucum, feito pelos índios da região, marcaria o compromisso com sua causa (CANUTO, 2021, p. 101).

Pedro Casaldáliga faleceu em 2020, com 92 anos, e deixou grande legado na luta ao lado dos mais humildes e na construção de uma Igreja do povo e para o povo. Um desses legados foi a sua participação na criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, no ano de 1975: “Pedro é o legítimo iniciador, ou, melhor ainda, o pai da CPT” (CANUTO, 2021, p. 158).

Assim como o Bispo Pedro Casaldáliga, outros agentes pastorais também sofreram perseguição nos anos de ditadura militar no Brasil, bem como parte da população, a qual, de alguma forma, se mostrou contrária, ou serviu de empecilho para os avanços do agronegócio naquela região, ao resistir às arbitrariedades dos senhores pecuaristas, organizando-se em movimentos de resistência contra a expulsão da terra, os quais se enquadram no conceito *contra-racionalidades*, de Milton Santos (SANTOS, 1996).

Um dos casos mais emblemáticos sobre os conflitos que giraram em torno da Prelazia, foi o assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier, um jesuíta oriundo de Juiz de Fora - MG, que exercia papel missionário em Diamantino - MT. Por ser um dos coordenadores do CIMI, Padre Burnier foi até Santa Terezinha em 1976 para um encontro pastoral indigenista. Após o evento, o Padre conheceu a Prelazia de São Félix do Araguaia e de lá se encaminhou com o Bispo Pedro para a localidade de Ribeirão Bonito, atual município de Ribeirão Cascalheira (CANUTO, 2021).

Chegando a Ribeirão Bonito, o Padre e o Bispo se depararam com um clima de tensão. O soldado Félix, da Polícia Militar, bastante conhecido na região pela sua truculência e crimes cometidos, havia sido morto dias antes e, por conta disso, o povoado recebera um “grande contingente de policiais, e com eles a repressão arbitrária e até a tortura” (CANUTO, 2021, p. 142). Durante a estadia, o Bispo Pedro e o Padre Burnier, foram informados de que duas mulheres estavam sendo torturadas na cadeia-delegacia, e decidiram então, ir até o local, para interceder por elas.

Duas mulheres, dona Margarida e dona Santana estavam sofrendo na delegacia, impotentes e sob torturas, - um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos,

agulhas na garganta, debaixo das unhas – uma repressão desumana. Eram mais de seis horas da tarde, e seus gritos se ouviam desde a rua (CANUTO, 2021, p. 142).

Na cadeia-delegacia, o Bispo Pedro e o Padre Burnier se apresentaram para quatro policiais, mantendo um diálogo de poucos minutos, recebendo muitos insultos durante toda conversa. Padre Burnier revelou, então, que denunciaria os policiais para seus superiores, por conta das truculências que estavam praticando. Após a fala, o soldado Ezi Ramalho Feitosa desferiu contra o Padre, um soco no rosto, uma coronhada na cabeça e um tiro que lhe custaria a vida (CANUTO, 2021).

Em sua agonia, Padre João Bosco ofereceu a vida pelo CIMI e pelo Brasil, invocou ardentemente o nome de Jesus e recebeu a unção. Foi morrer, gloriosamente mártir, no dia seguinte, festa da Mãe Aparecida, em Goiânia, coroando assim uma vida santa. Suas últimas palavras foram as do próprio mestre: Acabamos a nossa tarefa!. (Folheto da Galeria dos Mártires da Caminhada, Galeria 1 Pe. João Bosco Penido Burnier, Santuário de Ribeirão Cascalheira, MT).



Imagem 15: Roupas usadas pelo Padre João Bosco Penido Burnier no dia do seu assassinado em 11 de dezembro de 1976, exposta na Galeria dos Mártires da Caminhada, localizada no Santuário dos Mártires da Caminhada, município de Ribeirão Cascalheira. Abaixo do seu quadro está escrita a mensagem: “Seu sangue Mártir anima nossa caminhada” (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

O assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier (Imagem 15) ganhou repercussões nacionais, sendo noticiado em diversos jornais do país, marcando época e desencadeando ações transformadoras por todo o Vale do Araguaia, em especial, em Ribeirão Bonito, atual município

de Ribeirão Cascalheira. O sentimento de revolta e justiça tomou conta da população, que resolveu agir, implantando uma cruz e uma placa informando a morte do Padre Burnier, exatamente no local do ocorrido, sete dias após seu assassinato.

Durante a manifestação, alguns mais exaltados argumentaram com a massa que estava presente, que aquela cadeia-delegacia só servia para prender os mais pobres, e que as pessoas ricas faziam o que bem queriam e nunca eram presas. Reunida, a multidão tomou consciência de sua força e, em um gesto histórico, invadiu a cadeia-delegacia, arrancando as portas e as grades das selas e, por fim, colocou abaixo toda a construção, exigindo que no lugar fosse construída uma igreja em memória do Padre João Bosco Penido Burnier, brutalmente assassinado (CANUTO, 2021).

Na mesma semana, agentes da Polícia Federal foram até Ribeirão Bonito investigar possíveis relações do Bispo Pedro Casaldáliga com a derrubada da cadeia-delegacia. Durante o interrogatório, a população respondia bastante serena que quem tinha derrubado a cadeia-delegacia foi o “...próprio povo. E muitos que não estavam presentes naquele momento, afirmavam à polícia que se lá estivessem teriam ajudado na derrubada” (CANUTO, 2021, p. 144).

Os moradores de Ribeirão Bonito, com o apoio da Prelazia de São Félix do Araguaia, intensificaram seus discursos para as autoridades sobre a construção da igreja no lugar da cadeia-delegacia e, no ano seguinte, em 1977, foi construída, em memória do Padre João Bosco Penido Burnier, o Santuário dos Mártires da Caminhada (Imagens 16 e 17), fazendo referência também a outros mártires brasileiros e estrangeiros que lutaram pelas causas do povo, sendo inaugurada em um evento marcante que reuniu diversas entidades da Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, além de lideranças indígenas, pastores evangélicos, padres católicos, agentes pastorais e comunidade civil.



Imagem 16: Santuário dos Mártires da caminhada, em Ribeirão Cascalheira. Os cactos à frente da Igreja representam uma cruz que foi plantada em homenagem ao Padre João Bosco Penido Burnier. (Fonte FERREIRA, L.T.D, 2019).



Imagem 17: Mural da Prelazia no Santuário dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira. Ao centro da imagem, temos Jesus representado em forma de camponês, intercedendo pelo povo marginalizado, pelo povo do campo, pelo povo preto, pelo povo indígena, pelos mortos, presos, torturados e escravizados (Fonte FERREIRA, L.T.D, 2019).

Na década seguinte, em 1986, foi organizada pela Prelazia de São Félix do Araguaia, uma romaria em memória do Padre Burnier e demais mártires que lutaram pela causa: trata-se da Romaria dos Mártires da Caminhada que, desde então, percorre o Vale do Araguaia a cada cinco anos (CANUTO, 2021), celebrando o martírio do Padre João Bosco Penido Burnier e a memória dos que morreram e lutaram pela causa do povo mais humilde. A última Romaria, prevista para 2021, ocorreu somente nos dias 16 e 17 de julho de 2022 (Imagem 17). O evento foi adiado e remarcado por conta da pandemia de Covid-19 (Irmandade dos Mártires da Caminhada, 2022).



Imagem 17: Pôster da última Romaria dos Mártires da Caminhada. Evento ocorreu em Ribeirão Cascalheira, 2022. (Fonte: Irmandade dos Mártires da Caminhada, 2022. Disponível em: <<https://irmandadedosmartires.com.br/romaria-dos-martires-2022-carta1/>>. Acesso em: 13/10/2022).

2.4 O avanço da fronteira agrícola na Microrregião do Norte Araguaia

O avanço da fronteira agrícola no Norte Araguaia só começou a acontecer por volta da primeira década de 2000, com a transformação das terras ocupadas pela pecuária em áreas agrícolas, num momento em que o capital financeiro já penetrava no campo e em que a BR-158 já atingia a divisa com o estado do Pará.

Na década de 2000, na medida em que a soja foi sendo inserida nas fazendas, intensificando-se a partir da década de 2010, alguns municípios dessa Microrregião passaram a despontar com expressivos valores na produção dos grãos (SIDRA/IBGE, 2022), fazendo uso de técnicas cada vez mais modernas na agricultura, para competir no mercado internacional.

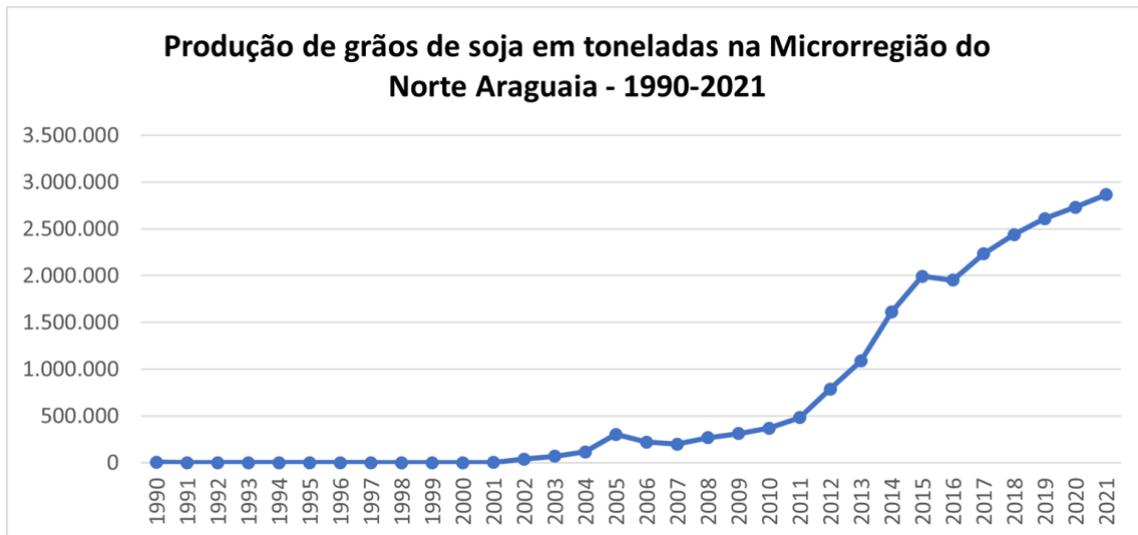


Gráfico 4: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em 1990, a Microrregião do Norte Araguaia produziu 5.051 toneladas de grãos de soja. Dez anos depois, em 2000, os valores produzidos foram de 1.169 toneladas, revelando, assim, uma redução de 76,85 % na produção dos grãos. Em 2010, o Norte Araguaia produziu 368.358 toneladas de grãos de soja, apresentando um ganho na produção de 31.410,52 % em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o crescimento da produção dos grãos de soja foi de 677,69 %, sendo produzidas 2.864.693 toneladas de soja em 2021. Entre 2000 e 2021 o crescimento foi de 244.955%.

Entre os marcos temporais na produção, é interessante indicar que somente em 2012 foi que a produção de soja ultrapassou a marca das 500 mil toneladas (786.099 t), um ano depois, em 2013, o Norte Araguaia já atingia a faixa de 1 milhão de toneladas de grãos de soja produzidos (1.087.411 t). 2017 foi o ano em que a produção ultrapassou os 2 milhões de toneladas de soja produzidas (2.232.444 t) e, em 2021, a produção se aproximou de 3 milhões de toneladas de grãos de soja (2.864.683 t).

Tabela 4: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião do Norte Araguaia - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
5.051	900	-	-	-	-	-	-	144	74	1.169
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
2.593	39.681	67.379	115.709	301.561	219.649	196.404	266.736	311.737	368.358	480.893
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
786.099	1.087.411	1.610.925	1.991.157	1.950.472	2.232.444	2.439.451	2.608.890	2.729.741	2.864.693	

Tabela 4: Produção de grãos de soja em toneladas na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em relação a área plantada, a base SIDRA/IBGE, 2022 nos indica que 1990 eram destinados 3.804 ha de terra para a produção de soja no Norte Araguaia. Dez anos depois, em 2000, foram destinados 588 ha de terra para a produção dos grãos, indicando uma redução de 84,54 %. Em 2010, o Norte Araguaia destinou 119.959 hectares de terra para a produção de soja, apresentando um aumento de 20.301,19 % em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o aumento do uso da terra para a produção de soja em hectares foi de 592,03 %, tendo em vista que 2021 foram destinados 830.159 ha de terra para essa produção. Entre 2000 e 2021, o crescimento apresentado foi de 141.083,5%.

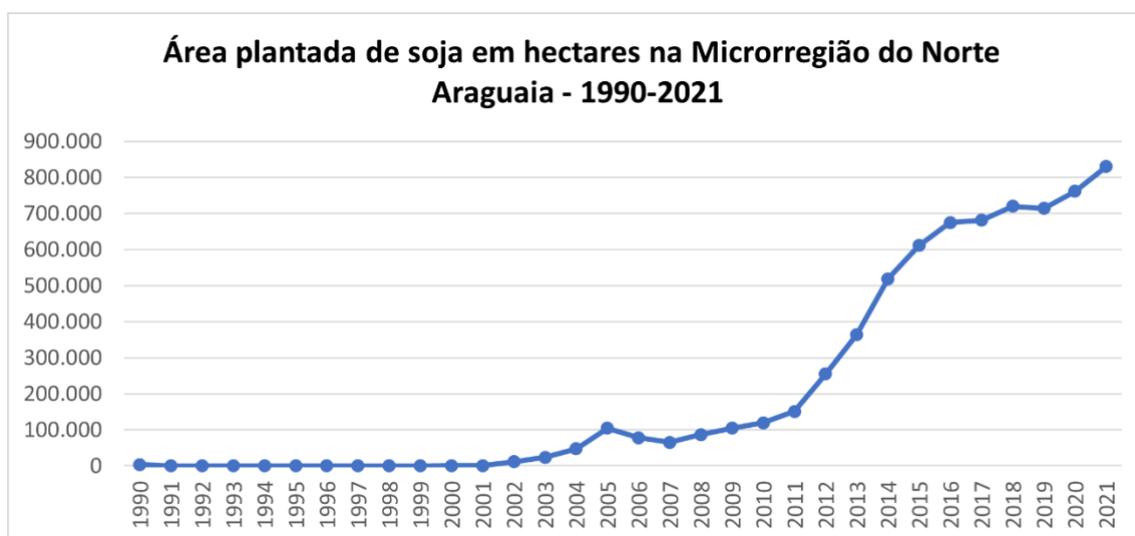


Gráfico 5: Área plantada de soja em hectares na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre os marcos temporais nos dados referentes a área plantada de soja no Norte Araguaia, vale destacar que foi somente em 2014 que foi ultrapassada a marca dos 500.000 hectares de terra destinados a soja (519.028 ha). Em 2021, esses números chegam a 830.159 ha, aproximando-se aos poucos da faixa de 1 milhão de hectares de terra destinados ao cultivo da soja.

Tabela 5: Área plantada de soja em hectares na Microrregião do Norte Araguaia - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
3.804	500	-	-	-	-	-	-	120	50	588
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1.130	11.770	23.752	47.320	104.650	78.534	65.020	86.490	104.555	119.959	151.523
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
254.911	364.246	519.028	611.140	675.269	681.679	720.332	714.170	761.800	830.159	

Tabela 5: Área plantada de soja em hectares na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em relação ao rendimento médio da produção dos grãos de soja em quilogramas por hectare (kg/ha) na Microrregião do Norte Araguaia, a base SIDRA/IBGE, 2022, aponta que o ano de 1990 apresentou uma produção de 1.329 kg/ha. Dez anos depois, em 2000, a produção foi de 1.988 kg/ha, sendo produzidos 49,58 % a mais de soja por hectare do que em relação a 1990. Em 2010, o rendimento médio da produção de soja foi de 3.070 kg/ha, apresentando um aumento de 54,42 % em relação a 2000. Entre 2010 e 2021, o aumento do rendimento médio foi de 12,41 %, tendo em vista que 2021, o Norte Araguaia produziu 3.451 kg de soja por hectare de terra. Entre 2000 e 2021, o crescimento apresentado foi de 73,59%.

Entre os marcos temporais no rendimento médio da produção de soja em kg/ha na Microrregião do Norte Araguaia, vale destacar que foi em 2001 que o rendimento ultrapassou

a faixa de 2 mil kg/ha (2.294 kg/ha), já o ano de 2007 foi marcado por ultrapassar a marca de 3 mil kg/ha de soja produzidas (3.020 kg/ha). Em 2021 os valores do rendimento se aproximam da faixa de 3.500 kg/ha produzidos (3.451 kg/ha).

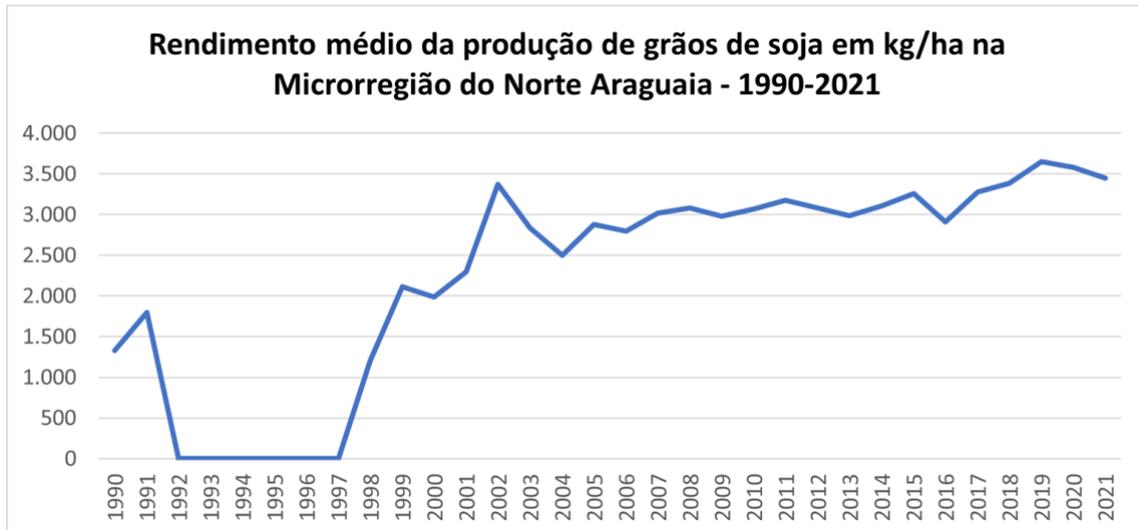


Gráfico 6: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Tabela 6: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião do Norte Araguaia - 1990-2021

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1.329	1.800	-	-	-	-	-	-	1.200	2.114	1.988
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
2.294	3.371	2.836	2.498	2.881	2.796	3.020	3.084	2.981	3.070	3.174
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
3.084	2.989	3.104	3.258	2.911	3.275	3.387	3.653	3.583	3.451	

Tabela 6: Rendimento médio na produção de grãos de soja em kg/ha na Microrregião do Norte Araguaia – 1990-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

É importante ressaltar que o aumento do rendimento médio na produção dos grãos está diretamente relacionado ao desenvolvimento e aplicação de técnicas modernas, que possibilitam maior produção de soja em menos hectares de terra. Entretanto, variações climáticas também podem afetar o rendimento, assim como a ocorrência de pragas e doenças. Isso ficará mais visível nos próximos tópicos, quando apresentarmos algumas das novas técnicas utilizadas no campo e compararmos os dados de produção entre as Microrregiões do Vale do Araguaia.

2.5 O avanço da técnica nas Microrregiões do Nordeste Mato-Grossense

O aumento da malha asfaltada da BR-158 até o Pará, com exceção do trecho de 127 km em Marãiwatsédé, contribuiu para que grandes distâncias fossem percorridas em tempos menores, atraindo assim, investidores e empresas especializadas (Imagem 10) para os municípios que compõem a nova fronteira agrícola, facilitando o escoamento dos grãos das fazendas para os portos do Norte e Nordeste do país. Do mesmo modo, novas rodovias vicinais foram abertas, asfaltadas e estão constantemente recebendo melhorias no sentido de facilitar a circulação de veículos e, conseqüentemente, *racionalizar* a produção no campo (SANTOS, 1996).



Imagem 10: Revendedora de tratores New Holland em Querência, indicando um comércio especializado no agronegócio da região (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2016).

Para dar continuidade ao processo de acumulação de capital, a partir dos anos 2000 novas ações passaram a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as práticas dos novos agentes. Dentre essas ações destaca-se o surgimento de novas possibilidades logísticas de escoamento da produção em direção ao norte do país, instituindo novos eixos dinâmicos que ampliaram os chamados corredores de exportação (BERNARDES, 2022, p. 64).

Como vimos anteriormente, a *racionalidade* (SANTOS, 1996) é considerada pelo autor uma ação baseada na ciência e na técnica, visando alcançar objetivos antecipadamente calculados, para assim obter uma maior produtividade, lucro, ganho de tempo, etc. Para Milton Santos, os avanços no *meio técnico-científico-informacional* estão acompanhados de um certo domínio dos meios bióticos, onde as plantas e os animais são enxergados como criaturas da biotecnologia e passam por etapas de pesquisa desde antes da gestação, como no caso da inseminação artificial feita em vacas, ou, antes da germinação, como no caso do cruzamento de espécies de sementes, feito com algumas plantas.

Os animais, as plantas e as sementes, são também estudadas em laboratório, para que seus materiais genéticos sejam alterados, produzindo seres biotecnológicos, mais adaptáveis às condições físicas de um determinado lugar ou mais adaptados a alguma etapa de produção do modelo agroindustrial moderno. Estudos cada vez mais avançados buscam, nesse sentido, *racionalizar* também, as etapas produtivas envolvendo as diferentes espécies de plantas e animais (SANTOS, 1996).

Plantas e animais já não são herdados das gerações anteriores, mas são criaturas da biotecnologia; as técnicas a serviço da produção da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição, respondem ao modelo mundial (SANTOS, 1996, p. 242-243).

As *racionalidades* (SANTOS, 1996) presentes na fronteira agrícola tecnificada da BR-158, podem ser enxergadas inclusive na chegada das empresas de insumos, como as revendedoras de tratores, de pacotes agrícolas com agrotóxicos e maquinário diversificado (Imagem 11), empresas prestadoras de serviço como as especializadas em controles de pragas e controle de níveis de acidez do solo, empresas de inseminação artificial e de cruzamento de espécies, empresas especializadas em aplicação de agrotóxicos com uso de aviões, chegada de infraestrutura com a abertura de estradas ou na construção de polos de desenvolvimento científico e tecnológicos, como no caso dos institutos federais e das universidades. As cidades passam a receber, também, uma infraestrutura básica para atender os produtores e a população

local com a vinda de bancos e empresas de crédito rural, empresas de internet e telefonia, redes de hotelaria, hospitais, comércio diversificado e demais prestadoras de serviços.



Imagem 11: Colheitadeiras trabalhando na fazenda da empresa Atman Agro, em São José do Xingu. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2016).

Dependendo do grau de importância do *circuito espacial de produção* da cadeia de grãos, alguns municípios contarão ainda com a estrutura de aeroportos para uso de voos comerciais e/ou de transportes de carga. A *logística* (CAMELINI & CASTILLO 2008) na qual essas cidades se inserem, estará condicionada às formas de circulação da produção e dos insumos, bem como à distribuição, troca e consumo de um determinado produto, fazendo uma espécie de movimento permanente, chamado por CASTILLO & FREDERICO, 2010 de *circuito espacial da produção*.

Inserido nesse *circuito*, temos ainda os *círculos de cooperação*, que abrangem os fluxos imateriais, como a comunicação, transferência de capitais, de ordens e de informações, “garantindo níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente” (CASTILLO & FREDERICO, 2010, p. 464-465), fazendo assim uma “ponte” entre o produtor do Vale do Araguaia e o comprador estrangeiro, bem como os revendedores de insumos.

Os produtores mais capitalizados do Vale do Araguaia, fazem uso de tecnologias de ponta, como as utilizadas na agricultura de precisão. Essas tecnologias são postas em prática, a partir de um sistema que se utiliza de informações recolhidas via satélite, através de um aparelho remoto. A partir daí, o produtor pode ter um maior controle da aplicação de insumos em pontos específicos do solo, como por exemplo, na aplicação de calcário, para combate da acidez. Sabendo-se exatamente os pontos mais críticos para uma aplicação, o produtor é capaz de aumentar a produtividade do solo e combater suas deficiências:

A base do sistema é o banco de dados gerados a partir do cruzamento de informações sobre propriedades físico-químicas dos solos, topografia e produtividade associado a mapas e imagens de satélites. Esse conjunto de dados permite a elaboração de diagnósticos que fundamentam as prescrições dos agrônomos e a aplicação dos fertilizantes e dos corretivos químicos no plantio. Os processos são integrados e a cada nova colheita o banco de dados é atualizado. As colheitadeiras possuem sensores de massa, GPS e computadores de bordo para produzir mapas georreferenciados de produtividade durante a colheita. Com essas informações, os agrônomos podem localizar as áreas de menor fertilidade, identificar as carências nutricionais do solo nesses pontos (com auxílio de análises laboratoriais) e prescrever taxas diferenciadas de aplicação de insumos. Estas prescrições são inseridas na programação de plantadeiras projetadas especialmente para a distribuição variável do calcário e dos fertilizantes e que também são equipadas com sensores, computadores de bordo e sistema de posicionamento global. Isto quer dizer que a máquina “sabe” exatamente o quanto de insumos deve aplicar num determinado trecho do talhão no exato momento em que passa sobre o mesmo (ARACRI, 2009, p. 79).

Chegando por volta da década de 2000 ao estado de Mato Grosso, a agricultura de precisão exigiu mão de obra mais especializada, devido ao alto grau de complexidade para operar as máquinas e interpretar os dados obtidos via satélite. Tais técnicas demandaram a força de menos trabalhadores braçais, já que as máquinas fazem a maior parte do serviço, porém, os novos trabalhadores contam com maior remuneração, pois precisam ter certo domínio do maquinário, além de saber analisar e interpretar seus resultados (ARACRI, 2009), favorecendo maior *racionalização* da produção (SANTOS, 1996).

...o sistema exige também o emprego de uma mão-de-obra altamente qualificada e igualmente cara. Para o produtor rural, isto significa um investimento de alto risco, cujo retorno financeiro pode não ser garantido se o método não for implantado adequadamente (ARACRI, 2009, p. 80).

As tecnologias de precisão foram aprimoradas ao ponto de atualmente termos fazendas informatizadas, com a maioria das máquinas e ferramentas de trabalho no campo, conectadas à internet, gerando informações sobre as diversas etapas de produção. As técnicas empregadas nessas fazendas informatizadas, são conhecidas como Digital Farming ou Agricultura 4.0, e criam “fazendas totalmente monitoradas por meios de sensores que são interligados à internet [...] e geram um grande volume de dados que serão filtrados, armazenados em um sistema de nuvens e, posteriormente, analisados”, de acordo com Vasconcelos (2018, p.85 apud CISCOTTO, FELLIPE e SILVA, 2022, p.25).

Nesse contexto, grandes grupos do mercado internacional do agronegócio passam a se instalar no Vale do Araguaia, a exemplo da trading Grupo Bunge Alimentos, difundindo as técnicas modernas no campo, vendendo pacotes de insumos ou financiando produtores de soja da região, em troca de matéria-prima para vendê-la no mercado internacional. As grandes empresas controlam ainda o mercado de venda de grãos, fertilizantes, agrotóxicos, além de controlar parte do sistema portuário brasileiro.



Imagem 12: Silos de armazenamento de grãos, na fazenda da empresa Atman Agro, em São José do Xingu. (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2016).

Procurando *racionalizar* os lucros e fugir do mercado imposto pelas tradings, os produtores mais capitalizados buscam ainda viabilizar a construção de silos de armazenamento de grãos (Imagem 12), possibilitando que a soja seja estocada e vendida na quantidade e no

período mais conveniente, flexibilizando as possibilidades de lucro. Sem os armazéns, os produtores correrem o risco de perder sua safra, sendo quase obrigados a vender sua produção para as grandes empresas e para as tradings a preços menores do que o previsto, em caso de algum incidente.

Falar de fronteira significa qualificá-la e um elemento fundamental a ser ressaltado na fronteira da agricultura tecnificada da Amazônia é o fato dessa construção constituir parte de uma economia globalizada, aproximando-se, assim, do sentido atribuído por Martins, que a caracteriza como uma nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de novas mediações políticas, pela criação do “novo” vinculado à expansão dos mercados, induzindo à modernização e novas concepções de vida (MARTINS, 2014). (BERNARDES, 2022, p.63).

Os processos de *contra-racionalidade* (SANTOS, 1996) ocorridos no Vale do Araguaia, serviram de entrave para a expansão do agronegócio durante a segunda metade do século XX, mas de certo modo foram superados pelos produtores a partir do século XXI, devido ao acúmulo de capital e de terra, incentivos fiscais, o uso de técnicas modernas no campo, dentre outros. Nas cidades onde os movimentos contrários aos interesses do agronegócio foram mais intensos, ou seja, nos locais por onde a Prelazia de São Félix do Araguaia atuou, a história de luta e resistência da população tradicional foi preservada e repassada para as novas gerações, o que pode acarretar em novas resistências por parte da população local até os dias de hoje.

2.6 Breve estudo comparativo do avanço da fronteira agrícola nas Microrregiões do Nordeste Mato-grossense

Fazendo um levantamento de dados agropecuários da base SIDRA/IBGE, 2022, vamos agora observar em que medida e de que forma a fronteira agrícola tecnificada vem conseguindo avançar nas três microrregiões do Nordeste Mato-grossense, levando em consideração os processos históricos de *racionalidade* e *contra-racionalidade* (SANTOS, 1996) ocorridos na região, bem como os atualmente presentes. A análise conta com um recorte temporal de 1990-2021 e será guiada pela influência que a BR-158 exerce na expansão da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia.

2.6.1 A pecuária bovina na década de 1990

Uma cultura que se mostrou expressiva por todo o Vale do Araguaia durante a década de 1990, foi a pecuária. Desde 1992, as três Microrregiões já atingiam a faixa das 500 mil cabeças de gado bovino, e após 1994, Canarana e Norte Araguaia superaram a marca de 1 milhão de cabeças espalhadas por seus municípios (Gráfico 7). Em 1995 o Norte Araguaia ultrapassou Canarana em rebanho bovino e, em 1998, superou a marca de 1,5 milhões de cabeças de gado (SIDRA/IBGE, 2022).

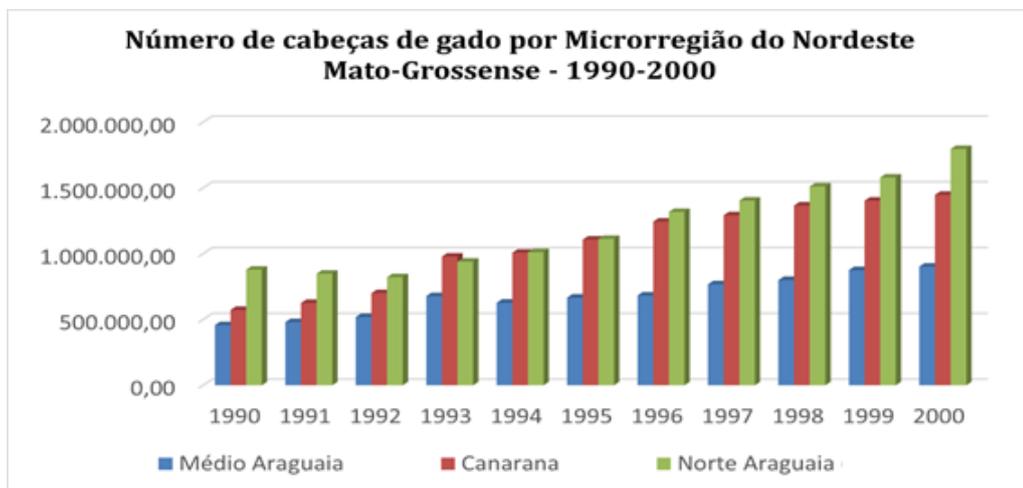


Gráfico 7: Rebanho bovino por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Observando o Gráfico 7, fica perceptível a tendência de crescimento ao longo da década de 1990 em todas as três Microrregiões do Nordeste Mato-grossense, mas o que chama mais a atenção é o fato de que, a partir de 1995, a curva de crescimento do Norte Araguaia se mostrou bem mais acentuada que a de Canarana. Essa data coincide com o período em que possivelmente as novas técnicas começaram a ser difundidas na produção dos grãos de soja na Microrregião de Canarana. Entretanto, cabe recordar que, o fato do Norte Araguaia em termos da pecuária sempre se situar acima das demais Microrregiões, se vincula à atuação da SUDAM, que desde 1960 implantou projetos agropecuários, privilegiando essa região.

O fato do Norte Araguaia estar posicionado acima da fronteira agrícola que se formava em Canarana, também pode ter contribuído para aumentar a procura por terras para inserção do gado bovino nessa Microrregião, à medida em que essas terras eram mais baratas por estarem do lado menos capitalizado e menos estruturado da fronteira e, ainda por cima, por apresentarem um grande potencial especulativo para essa atividade, já que uma futura passagem da fronteira

agrícola pela Microrregião aumentaria o valor das terras adquiridas. Deve-se recordar que a pecuária quase sempre antecede a produção agrícola, pois já proporcionou o desmatamento e o plantio de pastagens, colaborando, assim, para a domesticação da terra. Por último, esse território, em sua posição mais ao norte, alguns anos depois, seria o caminho natural para o escoamento da produção para os portos do Norte e Nordeste do Brasil.

2.6.2 O cultivo da soja na década de 1990

Como mencionado em tópicos anteriores, a soja é a commodity responsável pelo avanço da fronteira agrícola. No Vale do Araguaia, começou a ser inserida na Microrregião de Canarana no início da década de 1990, apresentando valores de produção e área plantada pouco expressivos, mas que já indicavam uma tendência de crescimento a partir de 1994. Canarana só foi atingir a marca das mais de 500 mil toneladas de grãos produzidos em 2000 (Gráfico 8), quando a Microrregião produziu 619.992 toneladas de soja (SIDRA/IBGE, 2022).

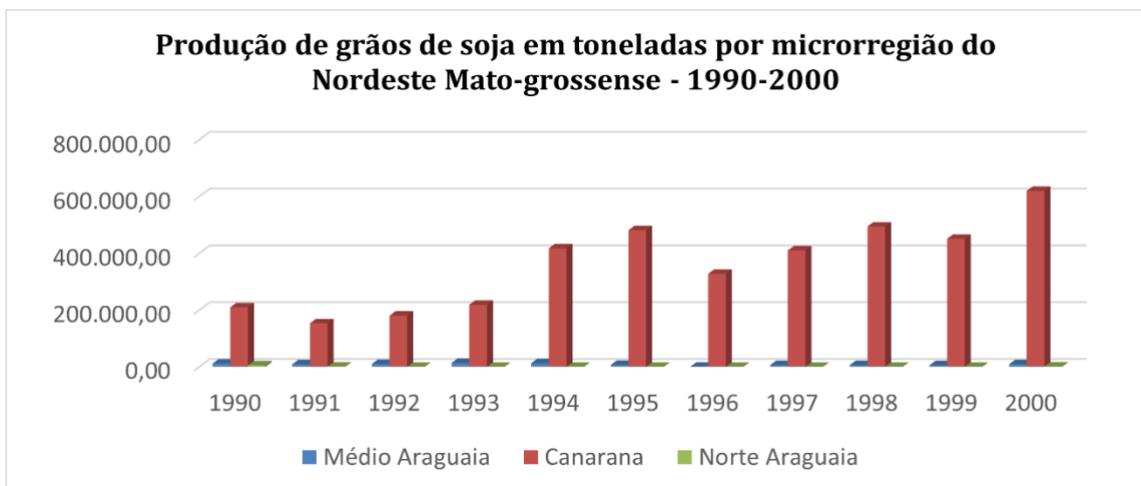


Gráfico 8: Produção de grãos de soja em toneladas por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

A Microrregião do Médio Araguaia, por servir de base logística para espraiamento da produção, por ser considerada “porta de entrada da Amazônia” e por apresentar potencial turístico, não sentiu os efeitos da produção de soja durante a década de 1990. Pode-se dizer o mesmo da Microrregião do Norte Araguaia que, por estar ocupada pela pecuária, retardou o avanço da fronteira agrícola nessa área. Segundo dados do IBGE, o Médio Araguaia atingiu o pico de produção de soja nessa década em 1993, com 13.507 toneladas de grãos produzidos; já

o Norte Araguaia teve seu pico em 1990, com 5.051 toneladas (SIDRA/IBGE, 2022), apresentando queda dos valores nos anos seguintes, por ser ainda área de domínio da pecuária.

Observando os valores de Canarana, vemos que entre 1993 e 1994, a produção de soja quase que dobrou, passando de 218.547, para 417.464 toneladas de grãos, apresentando um crescimento em torno de 91,017% (SIDRA/IBGE, 2022). Em compensação, a área plantada de soja nesse período também cresceu (Gráfico 9), mas apresentou um percentual de crescimento bem inferior quando comparado ao percentual de crescimento da produção (Gráfico 8). Em 1993 foram utilizados 100.432 hectares de terra para produção de soja em Canarana, enquanto que em 1994 foram utilizados 170.150 hectares, tendo assim, um crescimento de 69,28% (SIDRA/IBGE).

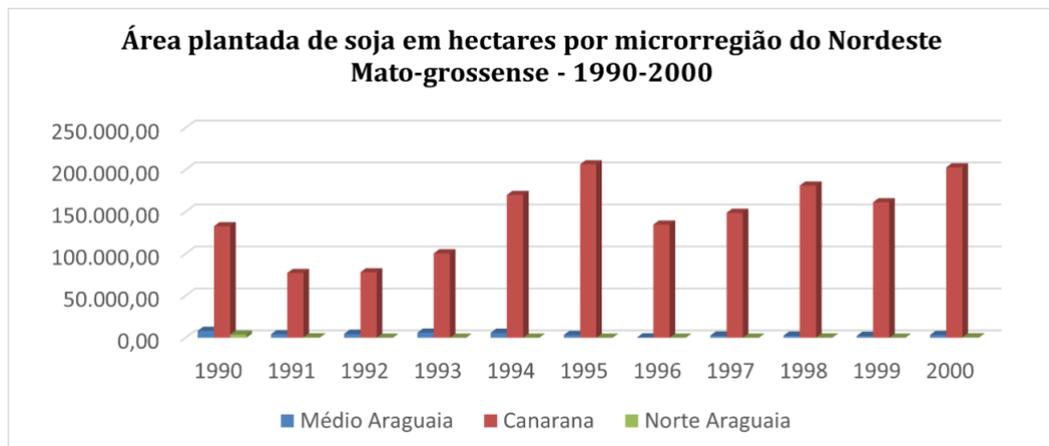


Gráfico 9: Área plantada de soja em hectares por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

O fato de o crescimento dos valores de área plantada não acompanharem o ritmo de crescimento dos números da produção dos grãos, indica que mais soja está sendo produzida em cada vez menos hectares de terra. Sendo assim, ao que tudo indica, novas tecnologias começaram a ser difundidas na Microrregião de Canarana no período, significando aumento do rendimento.

A inserção das novas técnicas no campo em Canarana, ficam ainda mais perceptíveis quando comparamos os valores de produção e área plantada no período 1995/2000. A comparação desses dois anos faz sentido, à medida em que eles apresentam praticamente os mesmos valores de área plantada, com respectivamente 206.450 e 202.888 hectares de terra (SIDRA/IBGE, 2022), porém, os valores de produção em 1995 são bastante inferiores aos

apresentados em 2000, quando são produzidos respectivamente 481.420 e 619.992 toneladas de grãos de soja (SIDRA/IBGE, 2022).

Para uma melhor comparação, foi feito o cálculo de rendimento médio de produção (Gráfico 10). Se em 1995 foram produzidos 2.331 kg/ha, em 2000 foram produzidos 3.055 kg/ha (SIDRA/IBGE, 2022), ficando nítido que novas técnicas estão sendo utilizadas no campo para *racionalizar* a produção (SANTOS, 1996) e superar as barreiras físicas impostas pela natureza.

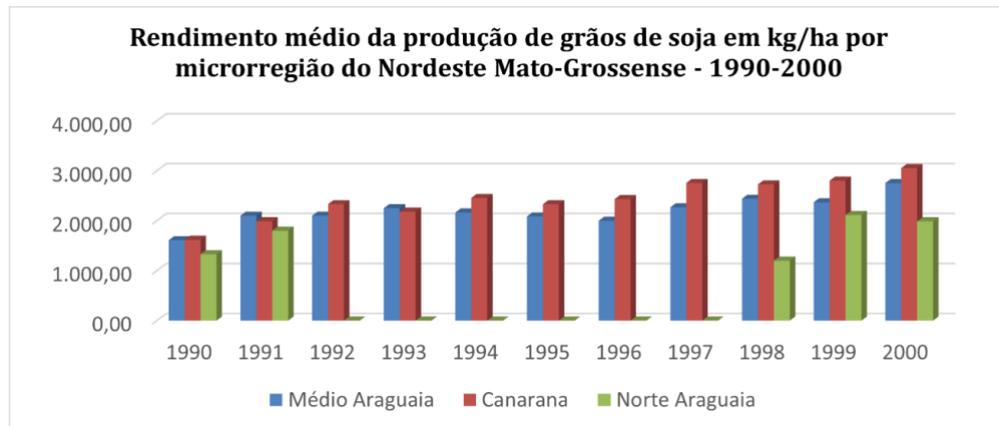


Gráfico 10: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/há por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

2.6.3 O cultivo do milho na década de 1990

Além da soja, uma cultura presente que vale a pena ser analisada é o cultivo do milho. Observando o Gráfico 11, fica perceptível que a produção desses grãos não é expressiva nas microrregiões durante a década de 1990, mas, ainda assim, cabe destacar acentuada curva de crescimento na Microrregião Canarana entre 1995 e 1997, com um aumento de 153,24% da produção de milho no período. Se em 1995 foram produzidas 42.942 toneladas de milho, em 1997 foram produzidas 108.750 toneladas (SIDRA/IBGE, 2022). Além do mais, esse período novamente coincide com a possível inserção das novas técnicas no campo que possibilitaram o ganho expressivo na produção dos grãos de soja na Microrregião de Canarana em meados da década de 1990. É importante ressaltar que, na medida em que a safra de soja não pode ser repetida, devido a problemas de pragas, como o nematóide de cisto, é fundamental colocar um outro cultivo para ser intercalado. Isso explica o cultivo do milho.

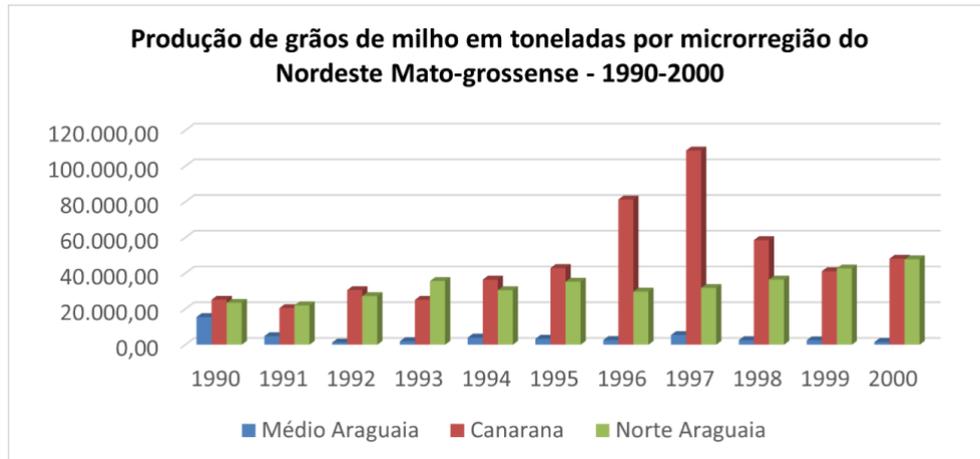


Gráfico 11: Produção de grãos de milho em toneladas por Microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

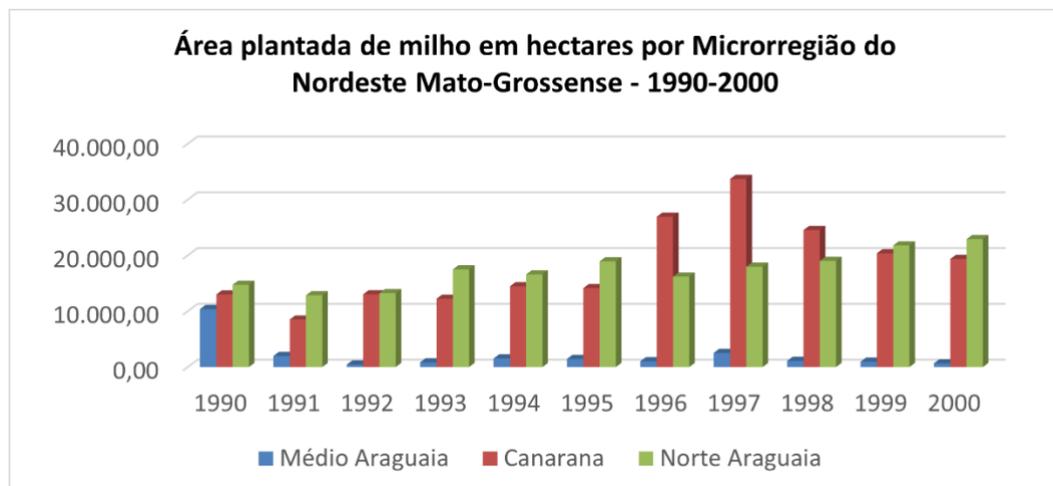


Gráfico 12: Área plantada de grãos de milho em toneladas por Microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Outro fato interessante de se observar em Canarana, é que no ano 2000, mesmo a área plantada de milho tendo sido inferior a área plantada de 1999, o quantitativo da produção dos grãos foi superior. Provavelmente por conta do uso de técnicas modernas no campo que aumentavam o potencial agrícola das terras da Microrregião. Fazendo o cálculo de rendimento médio da produção de milho em kg/ha (Gráfico 13), fica comprovada a *racionalização* (SANTOS, 1996) da produção de milho, pois o rendimento em Canarana em 2000, foi superior ao rendimento em 1999. Se em 1999 foram produzidos 2.235 quilos de grãos de milho/hectare, em 2000 foram produzidos 2.493 kg/ha (SIDRA/IBGE, 2022).

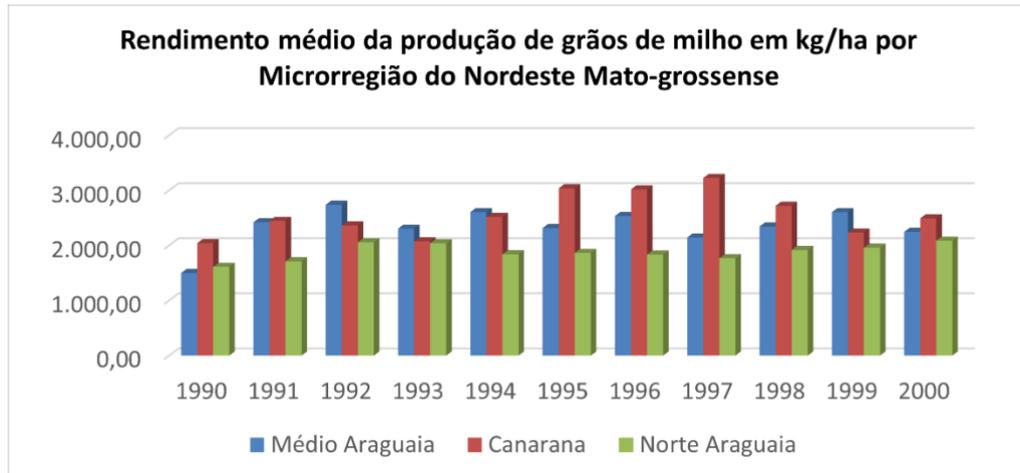


Gráfico 13: Rendimento médio da produção de grãos de milho em kg/ha por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 1990-2000. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

2.6.4 A pecuária no século XXI

Os valores da pecuária bovina continuaram subindo pelo Vale do Araguaia na virada do século XXI. Em de 2003, a Microrregião do Médio Araguaia atinge a marca de mais de 1 milhão de cabeças de gado e, no mesmo ano, o Norte Araguaia atinge mais de 2 milhões de cabeças de gado (Gráfico 14). Em 2010 foi a vez da Microrregião de Canarana atingir a faixa de mais de 2 milhões de cabeças, acompanhada do Norte Araguaia que atinge mais de 3 milhões. O Médio Araguaia, Microrregião que até então, não sofria graves efeitos da fronteira agrícola, passa a manter um padrão de aproximadamente 1,1 milhão de cabeças de gado, entre 2004 e 2018 (SIDRA/IBGE, 2022).

Em 2011, tanto Canarana quanto o Norte Araguaia experimentam o auge de sua produção pecuária bovina na década, produzindo respectivamente 1.976.389 e 3.346.190 cabeças de gado. A partir daí o quantitativo sofre uma queda, com algumas variações para cima, voltando a se aproximar do patamar anterior a 2020, no caso de Canarana, com 1.809.417 cabeças de gado e, em 2021, no Norte Araguaia, com 3.236.071 (SIDRA/IBGE, 2022).

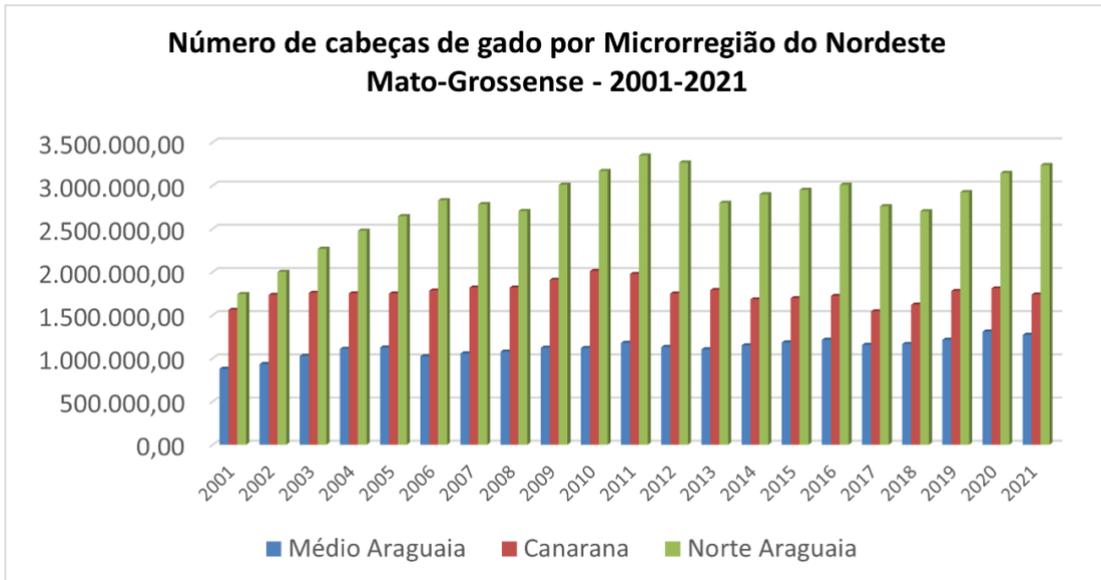


Gráfico 14: Rebanho bovino por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

2.6.5 O cultivo da soja no século XXI

A partir dos anos 2000, Canarana começa a atingir valores expressivos na produção dos grãos, consolidando-se como uma importante Microrregião produtora de soja no Brasil, atingindo a marca de pouco mais de 1 milhão de toneladas de grãos produzidos em 2003 (Gráfico 15), quantitativo que vem numa crescente desde 2000 e que sofre uma pequena queda durante 2006, apresentando um novo crescimento ao longo da segunda metade da década, superando a marca de 1,5 milhão de toneladas de grãos produzidos a partir de 2008 (SIDRA/IBGE, 2022).

A Microrregião do Norte Araguaia, virou o século ainda com quantitativo inexpressivo na produção de soja, tendo produzido 2.593 toneladas desse grão em 2001. Entretanto, seu crescimento começou a ocorrer ainda na primeira metade da década de 2000, dando indícios de que a fronteira agrícola tecnificada, até então implementada em Canarana, estava agora avançando sobre as terras dos municípios do Norte Araguaia.

Em 2002, a Microrregião do Norte Araguaia produziu 39.681 toneladas de soja, obtendo um crescimento de 1.430,3 % em relação ao ano anterior. Por mais que os valores ainda sejam discretos, o grande aumento na produção dos grãos chama a atenção e merece destaque. Em 2003, o Norte Araguaia produziu 67.379 toneladas de soja, com um aumento de 69,8% em relação ao ano anterior, em 2004, produziu 115.709 toneladas, com um aumento de 71,7 % em relação ao ano anterior e, em 2005, produziu 301.561, com um aumento de 160,6 % em relação ao ano anterior. Entre 2005 e 2007 os valores do Norte Araguaia tiveram uma pequena queda,

mas o crescimento foi retomado em 2008, fechando 2010 com 368.358 toneladas de grãos de soja (SIDRA/IBGE, 2022).

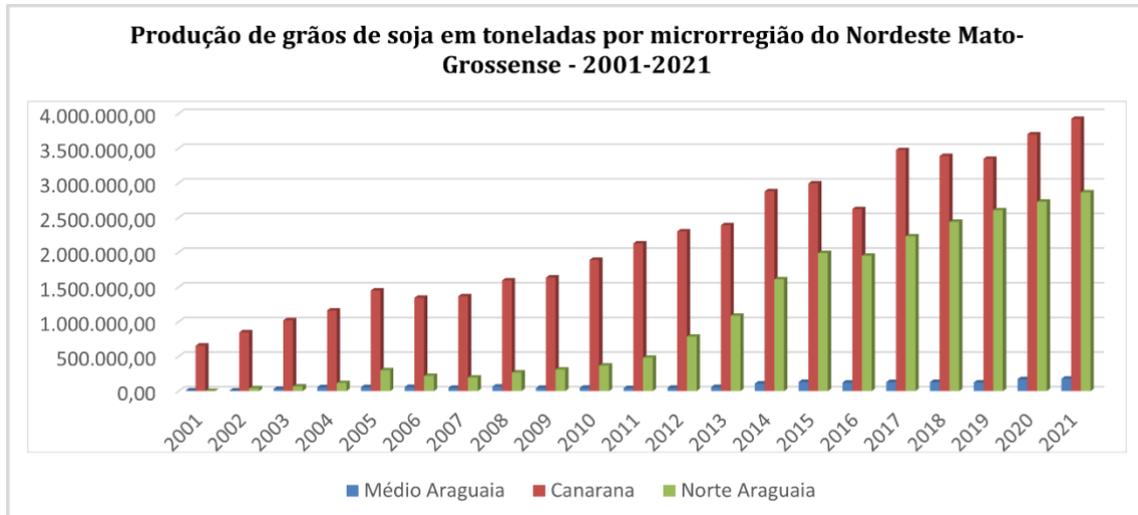


Gráfico 15: Produção de grãos de soja em toneladas por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre a década de 2010 e o início da década de 2020, o quantitativo continuou subindo nas Microrregiões, mesmo apresentando variações para baixo no ano de 2016. Enquanto Canarana atingia 2 milhões de toneladas de soja em 2011, o Norte Araguaia se aproximava das 500 mil toneladas de grãos. Em 2013 o Norte Araguaia atingia mais de 1 milhão de toneladas, revelando assim, o avanço da fronteira agrícola tecnificada nessa Microrregião.

O ano de 2017 ficou marcado na produção de soja das Microrregiões, quando Canarana atingiu 3 milhões de grãos de soja, enquanto o Norte Araguaia alcançava 2 milhões. Os últimos valores de produção disponíveis na base SIDRA/IBGE, são de dezembro de 2021, e apontam que, nesse ano, Canarana produziu 3.924.354 toneladas de soja, enquanto o Norte Araguaia produziu 2.864.693 toneladas, ficando assim perceptível o avanço e consolidação da fronteira agrícola pelo Vale do Araguaia.

O Médio Araguaia, microrregião localizada mais ao sul da Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense, não possui grande relevância na produção de soja, atingindo apenas 178.187 toneladas de grãos de soja em 2021.

Comparando os gráficos de produção e de área plantada de soja referentes ao período de 2001-2021, é perceptível que as curvas de crescimento se comportam de forma parecida, com um bom crescimento nos valores entre 2009 e 2015. Já entre 2016 e 2019, os quantitativos (Gráfico 16) se comportaram de forma quase estável, porém os valores de produção continuaram crescendo, tanto em Canarana, quanto no Norte Araguaia, indicando assim uma

racionalização (SANTOS, 1996) da produção agrícola. Para termos noção, em 2016 Canarana utilizou 992.929 hectares de terra para produção de soja, enquanto que o Norte Araguaia utilizou de 675.269 hectares. Já em 2019, Canarana utilizou 1.053.836 hectares de terra para soja, enquanto que Norte Araguaia utilizou 714.170 hectares. Esses números equivalem respectivamente a um aumento de 6,1 % e 5,7 % da área plantada de soja nas Microrregiões no período entre 2016 e 2019 (SIDRA/IBGE, 2022).

Se compararmos o aumento de área plantada e produção de soja durante esse período, fica nítido a diferença dos valores, pois Canarana produziu 262.409 toneladas de soja em 2016, tendo em 2019 um aumento de 27,6 %. Já o Norte Araguaia passou de 1.950.472 toneladas de soja em 2016 para 2.608.890 toneladas em 2019, com um aumento de 33,7 % na produção (SIDRA/IBGE, 2022).

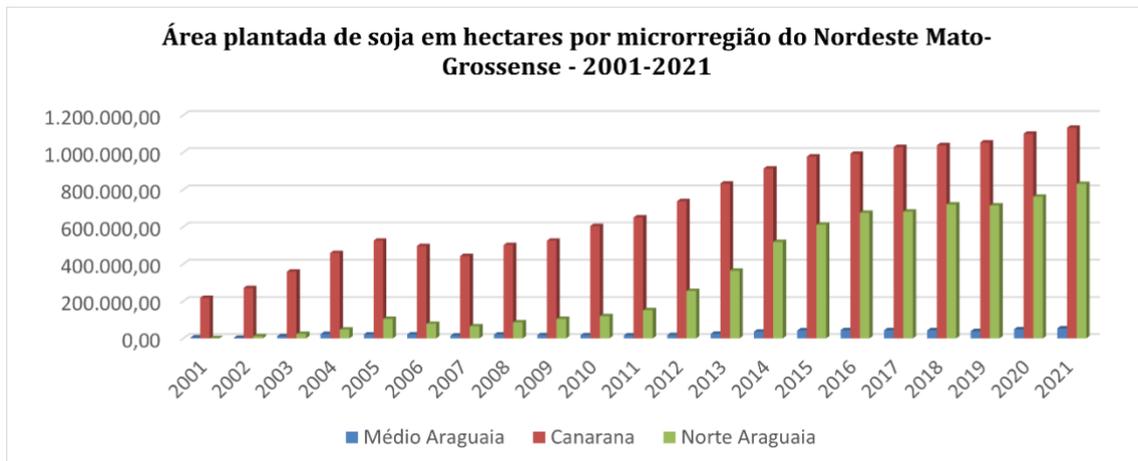


Gráfico 16: Área plantada de soja em hectares por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Fazendo o cálculo de rendimento médio na produção de soja (Gráfico 17), fica nítido que, nos últimos anos, o rendimento tem se estabilizado entre 3 e 3,5 kg/ha; contudo, chama a atenção o fato de que a Microrregião do Médio Araguaia, mesmo tendo pouca relevância na produção de soja, já apresenta um rendimento que se aproxima das demais Microrregiões, dando indícios de que a fronteira agrícola possa ser implantada nesses municípios nos próximos anos (SIDRA/IBGE, 2022).

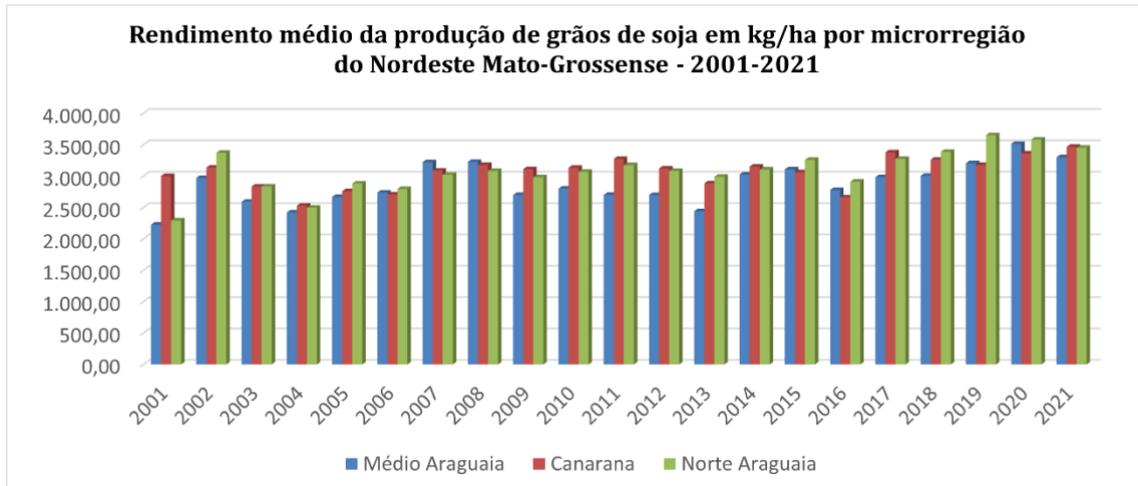


Gráfico 17: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/há por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

2.6.6 O cultivo do milho no século XXI

Ao longo da década 1990, o cultivo do milho no Vale do Araguaia foi quase inexpressivo. Essa realidade se manteve ao longo da primeira década do século XXI e só começou a se modificar no início da década de 2010 (Gráfico 18), com exceção da Microrregião do Médio Araguaia, que até os dias de hoje, não tem sofrido grandes transformações no campo relacionadas à expansão da fronteira agrícola.

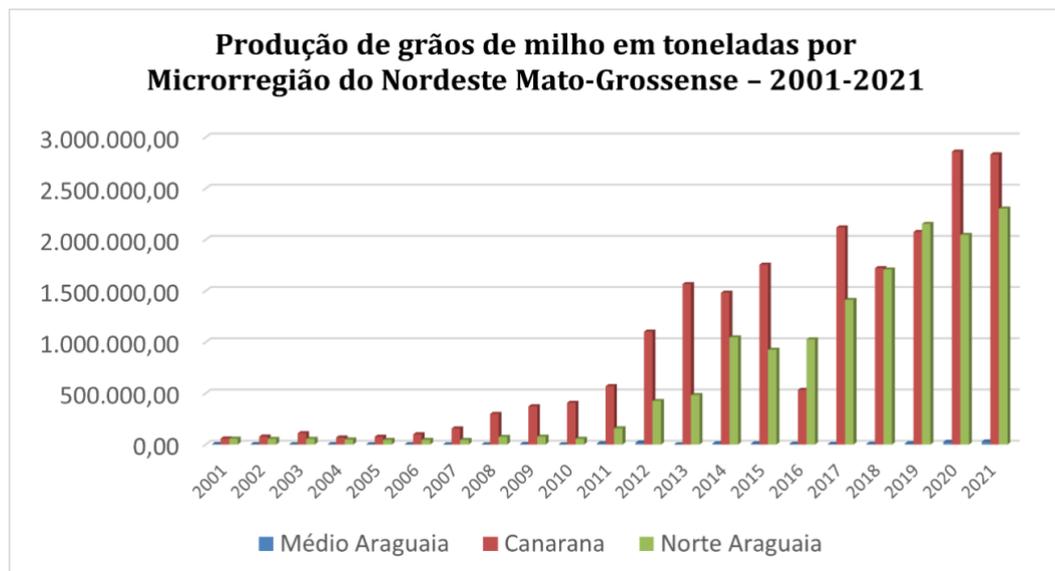


Gráfico 18: Produção de grãos de milho em toneladas por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre 2011 e 2012 Canarana e Norte Araguaia tiveram um expressivo aumento na produção de milho. Canarana passou de 568.340 para 1.101.730 toneladas de grãos,

aumentando a produção em 93,85%, enquanto o Norte Araguaia passou de 157.106 toneladas para 423.594, tendo um ganho de 169,62 % (SIDRA/IBGE, 2022).

Em 2016 o Norte Araguaia atingiu seu primeiro milhão de toneladas de grãos de milho, em contrapartida, Canarana sofreu uma queda abrupta, passando de 1.755.698 toneladas em 2015, para 533.422 toneladas em 2016, apresentando variação de -69,61%. Entretanto, em 2017 Canarana se recuperou, produzindo 2.119.699 de toneladas de milho, valor bem superior ao apresentado há dois anos atrás. Em 2021 Canarana fechou o ano com 2.832.200 toneladas de grãos de milho (SIDRA/IBGE, 2022).

A Microrregião do Norte Araguaia só foi atingir a marca de mais de 2 milhões de toneladas em 2019, dois anos depois da Microrregião de Canarana, fechando a safra em 2021 com 2.302.274 toneladas de milho produzidos (SIDRA/IBGE, 2022).

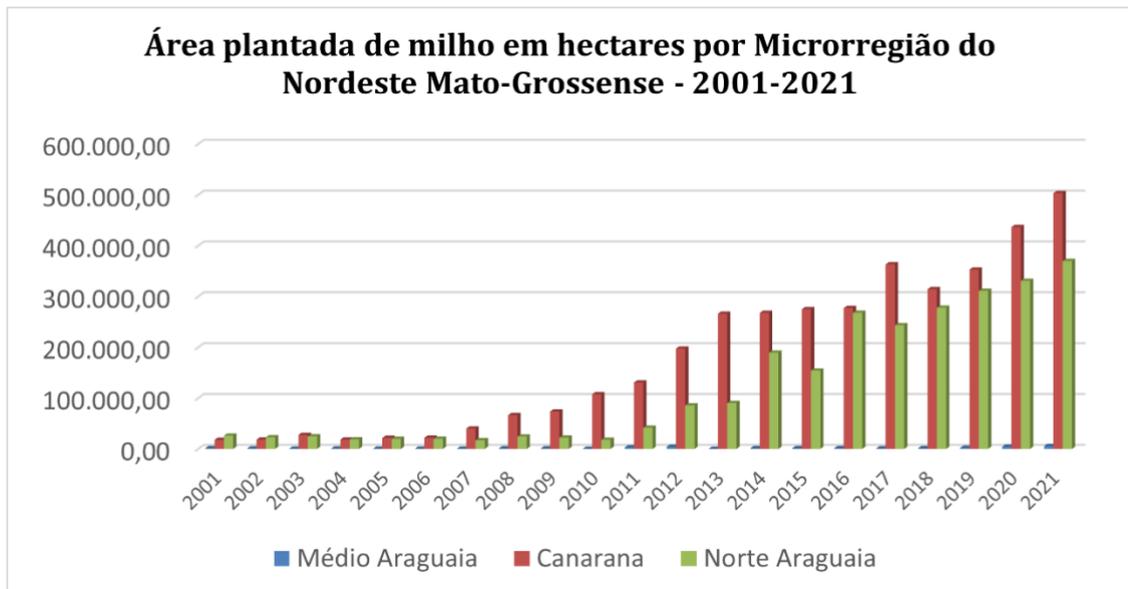


Gráfico 19: Área plantada de milho em hectares por microrregião do Nordeste Mato-grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em relação a área plantada de milho, as três Microrregiões tiveram pouco destaque na primeira década de 2000, com Canarana sendo a única Microrregião a atingir 100 mil hectares de milho produzido, com 107.323 ha em 2010. Foi a partir da segunda década de 2000, que os números de área plantada começaram a aparecer de forma mais expressiva nas Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia (Gráfico 19).

Em Canarana, foram destinados mais de 200.000 ha de terra para a produção de milho em 2013 (265.960 ha) e em 2017, mais de 300.000 ha de terra (393.094 ha). Em 2021, foram destinadas 503.200 ha de terra para a produção do milho, rompendo assim, a faixa de meio

milhão de hectares destinados a esse cultivo. Já o Norte Araguaia, atingiu a faixa de 100.000 ha destinados ao cultivo do milho no ano de 2014 (189.300 ha) e em 2016 ultrapassou a faixa de 200.000 ha (267.717 ha). A partir de 2019, passou a produzir milho em mais de 300.000 ha de terra, sendo que no último levantamento, em 2021, foram disponibilizados 369.752 ha para esse cultivo.

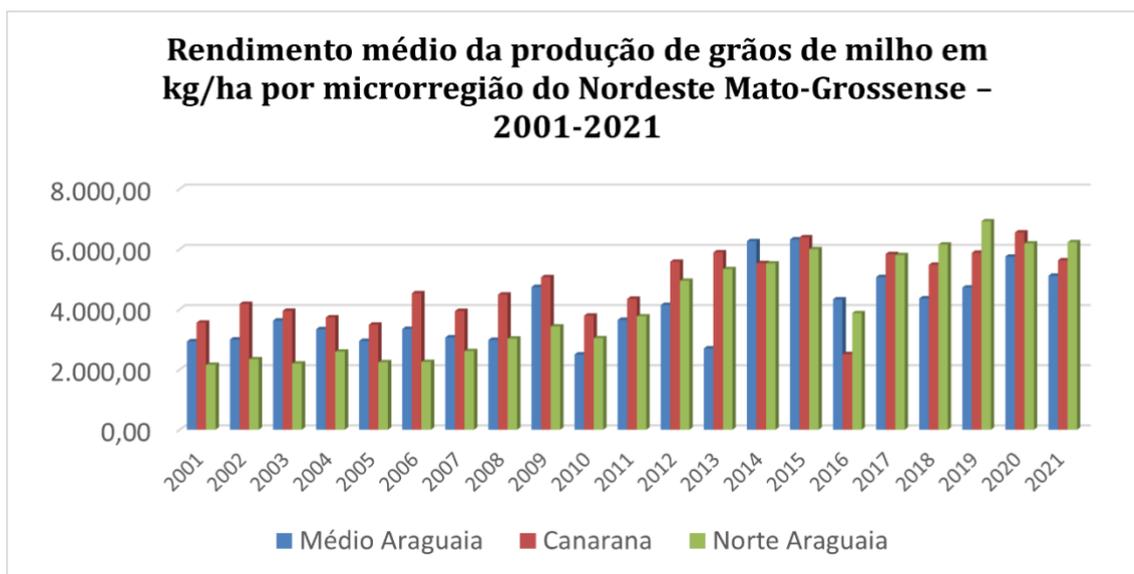


Gráfico 20: Rendimento médio da produção de grãos de milho em kg/há por microrregião do Nordeste Mato-Grossense – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Observando o gráfico de rendimento médio da produção de milho (Gráfico 20), é visível que desde 2001 (3.557 kg/ha) até 2013 (5.890 kg/ha), o maior rendimento médio encontrava-se na Microrregião de Canarana, fato esse que foi alterado em 2014, quando o Médio Araguaia atingiu números mais expressivos que as demais Microrregiões, com 6.263 kg/ha. Em 2016, os números de rendimento médio da produção de milho caíram consideravelmente nas 3 Microrregiões, mas em 2017 torna a subir.

Em 2018, o Norte Araguaia passa a apresentar o maior rendimento médio entre as Microrregiões, com 6.147 kg/ha de milho produzidos. Em 2019, o Norte Araguaia atinge o pico de rendimento médio entre as Microrregiões, com 6.924 kg/ha de milho produzidos, no período entre 2001 e 2021. Em 2020 os números de rendimento no Norte Araguaia caíram para 6.187 kg/ha, sendo novamente ultrapassada pelo rendimento médio de Canarana (6.552 kg/ha), e em 2021, os números de Canarana caem para 5.628 kg/ha, com o Norte Araguaia novamente apresentando o maior rendimento entre as Microrregiões, pois seus números tornaram a subir (6.227 kg/ha).

Entrevistas feitas com fazendeiros e empresários do agronegócio, durante o trabalho de campo nos anos de 2016 e 2019, realizados nos municípios da BR-158 mato-grossense, sugeriam que, parte dos produtores de soja do Vale do Araguaia, ao longo da década de 2010, experimentaram a transição para um novo modelo produtivo, ou seja, iniciaram a transição para a integração da agricultura com a pecuária, cultivando numa parte do ano soja e milho e na outra, colocando o gado.

A empresa AgroLógica, localizada em Santo Antônio do Fontoura, distrito de Confresa, nos informou durante entrevista realizada em 2016 que, parte dos produtores da região, estão procurando terras com dupla aptidão, ou seja, terras adaptáveis tanto à agricultura, quanto à pecuária. Segundo membros da empresa, a pecuária costuma ocupar de 10% a 20% da área total das fazendas de integração, geralmente posicionada em fundos de vale, local onde a soja é menos produtiva.

O plantio da soja, costuma ser feito em outubro, no período de chuva; no mesmo mês o gado é levado para um confinamento de 60 a 90 dias. Em seguida, colhe-se a soja e planta-se o milho no período da seca, obtendo assim uma “safrinha” no período da entressafra da soja; por fim colhe-se o milho e planta-se o pasto para a pecuária de engorda. O gado é revendido para empresas de corte, leilões, e costuma ser abatido em torno de 20 meses após o início desse processo.

O fazendeiro e empresário Paulo, da empresa Atman Agro, localizada em São José do Xingu, nos informou em entrevista em 2016, que esse modelo tem sido aplicado por alguns produtores, porém, segundo ele, desde 2012, o quantitativo de cabeças de gado tem caído, levantando dúvidas sobre a possibilidade de uma grande difusão dessa prática pelo Vale do Araguaia.

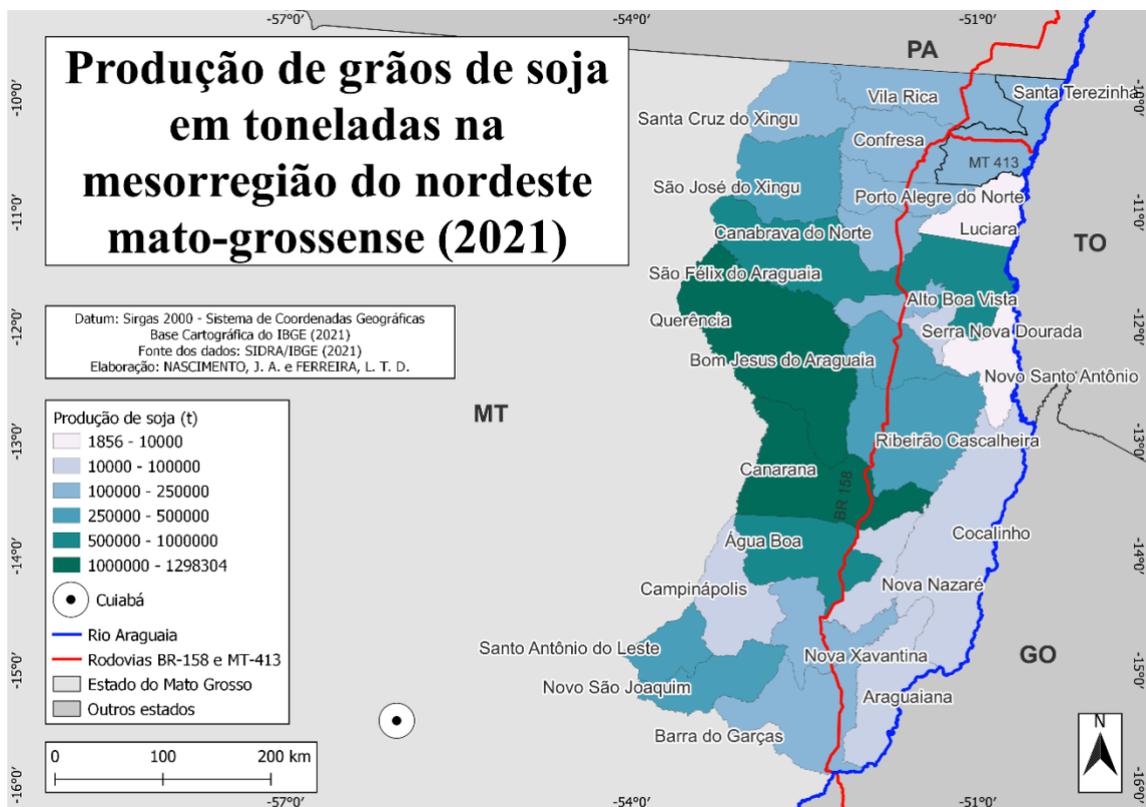
2.7 A produção de soja nos municípios do Vale do Araguaia em 2021: uma área concentrada da agricultura moderna?

Comparando os dados de soja das Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia entre os anos de 1990 e 2021, fica nítido o avanço da fronteira agrícola tecnificada na BR-158 durante o século XXI, atingindo atualmente a parte norte da Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense. Saindo da escala de análise das Microrregiões, vamos agora entender como a soja vem penetrando e se comportando nos municípios do Vale do Araguaia.

Trabalharemos aqui com os dados de soja do ano de 2021 referentes à produção, área plantada e rendimento médio (SIDRA/IBGE, 2022), no município de Santa Terezinha e demais

municípios do Vale do Araguaia, identificando uma *área concentrada da agricultura moderna* (BERNARDES, 2009), que se expande da Microrregião de Canarana até a Microrregião do Norte Araguaia. Esse movimento fica nítido durante a década de 2010, quando o Norte Araguaia atinge valores expressivos na produção de soja, rompendo a marca de mais de 1 milhão de toneladas de grãos produzidos (Gráfico 8).

Ao observar o mapa de produção de grãos de soja em toneladas no Vale do Araguaia no ano de 2021 (Mapa 3), o que mais chama a atenção é a mancha verde escura, abrangendo os municípios de Canarana e Querência, na Microrregião de Canarana, indicando que a produção dessas cidades ultrapassou a marca de 1 milhão de toneladas de grãos de soja, com respectivamente 1.053.000 e 1.298.304 toneladas. Abaixo do município de Canarana, temos Água Boa, também na Microrregião de Canarana, com o quantitativo ultrapassando as 500.000 toneladas de grãos de soja produzidos, totalizando 609.000 toneladas. Da mesma forma, acima de Querência, temos São Félix do Araguaia, único município da Microrregião do Norte Araguaia a ultrapassar as 500.000 toneladas de grãos de soja produzidos em 2021, com um total de 724.826 de toneladas (SIDRA/IBGE, 2022).



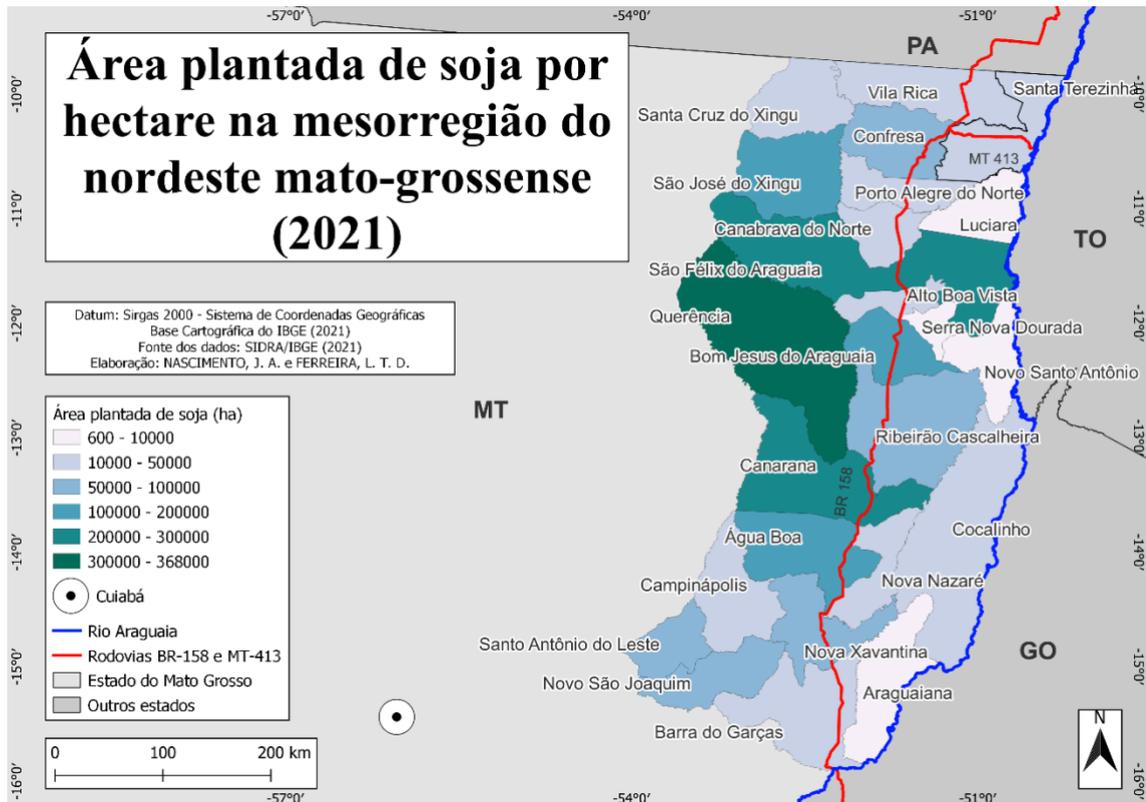
Mapa 3: Produção de grãos de soja em toneladas na Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense - 2021. (Fonte: NASCIMENTO, J. A. e FERREIRA, L.T.D, 2022).

Segundo BERNARDES, 2009, a Microrregião de Canarana, pode ser considerada uma *área concentrada da agricultura moderna* no Vale do Araguaia, devido ao alto rendimento da produção no campo, somado ao uso de tecnologias modernas que racionalizam (SANTOS, 1996) as etapas produtivas e de distribuição dos grãos para o mercado externo. Esse apontamento foi registrado ao final da primeira década do século XXI, no ano de 2009, quando a soja adentrava timidamente alguns municípios da Microrregião do Norte Araguaia. Com os dados mais recentes, dos 14 municípios pertencentes ao Norte Araguaia, apenas Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada e Luciara apresentaram valores inferiores a 100.000 toneladas de grãos de soja produzidos no ano de 2021; sendo assim, os 11 municípios restantes já superam essa marca e podem futuramente atingir quantidades ainda mais expressivas (SIDRA/IBGE, 2022).

“Tais transformações ocorreram no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que organizaram uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico, cujos resultados podem ser observados em termos de expansão da área colhida de soja, magnitude da produção e rendimento médio” (BERNARDES, 2009, p. 37).

Em um outro ponto de vista, podemos apontar para uma expansão da *área concentrada da agricultura moderna* (BERNARDES, 2009) no Vale do Araguaia, a partir do momento em que os municípios mais ao sul da Microrregião do Norte Araguaia, apresentam quantitativos mais expressivos que os do norte. Este é o caso de Ribeirão Cascalheira com 315.000 toneladas de grãos de soja produzidos em 2021 e Bom Jesus do Araguaia, com 400.583 toneladas. Um pouco mais ao norte, acima de São Félix do Araguaia, vale destacar a produção de soja em São José do Xingu, com 421.000 toneladas (SIDRA/IBGE, 2022), fechando um grande cinturão agrícola que, fazendo uso de técnicas modernas no campo, vem se espraiando da Microrregião de Canarana em direção ao norte da Microrregião do Norte Araguaia, expandindo assim a fronteira agrícola tecnificada da soja pelo Vale do Araguaia.

Somando os valores de produção de soja em Água Boa, Canarana e Querência, na Microrregião de Canarana, com os totais de Ribeirão Cascalheira, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia e São José do Xingu, na Microrregião do Norte Araguaia, temos um total de 4.821.713 toneladas de grãos de soja produzidos no ano de 2021 (SIDRA/IBGE, 2022). Esse aglomerado da soja que se expande da Microrregião de Canarana para a Microrregião do Norte Araguaia é facilmente visualizado nos Mapas 3 e 4, nos três tons de verde mais escuros, que segue de Água Boa até São José do Xingu.



Mapa 4: Área plantada de soja por hectare na Mesorregião do Nordeste Mato-Grossense – 2021. (Fonte: NASCIMENTO, J. A. e FERREIRA, L.T.D, 2022).

Ao compararmos o mapa de produção de soja no Vale do Araguaia em 2021 (Mapa 3), com o mapa de área plantada de soja em 2021 (Mapa 4), vemos que o comportamento dos aglomerados dos municípios produtores de soja se assemelha com o dos municípios que mais dedicaram área ao cultivo da soja. O padrão apresentado é praticamente o mesmo, com uma grande concentração de terras voltadas para a produção de soja desde Água Boa, na Microrregião de Canarana, até São José do Xingu, na Microrregião do Norte Araguaia.

Juntos, os municípios de Água Boa (175.000 ha), Canarana (300.000 ha), Querência (368.000 ha), Ribeirão Cascalheira (90.000 ha), Bom Jesus do Araguaia (119.221 ha), São Félix do Araguaia (226.508 ha) e São José do Xingu (117.000), somam 1.395.729 hectares de área plantada de soja no ano de 2021.

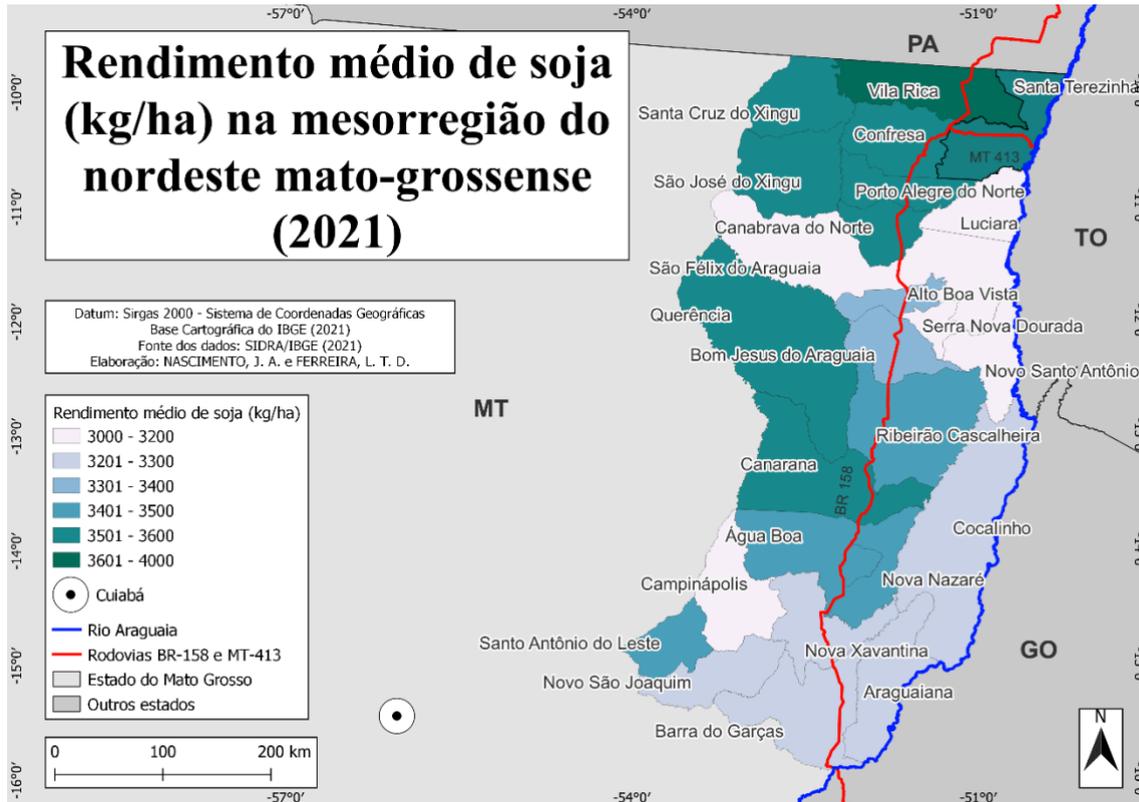
Vale fazer três considerações a respeito da interpretação dos Mapas 3 e 4. A primeira está relacionada ao conflito de terra que envolveu os povos Xavante de Marãiwatsédé, pois tanto a sua remoção e retomada do Território Indígena, quanto o imbróglio do asfaltamento da Rodovia Federal BR-158 que cruza suas terras, podem contribuir para que ocorra uma descontinuidade dos valores de produção e área plantada de soja, vista no município de Alto Boa Vista, onde o mesmo apresenta uma produção de 105.628 toneladas de grãos de soja e área

plantada de 31.437 hectares de terra (SIDRA/IBGE, 2022), quantitativo bem inferior aos dos municípios que compõem o aglomerado da soja já citado.

A segunda ressalva a ser feita é em relação à atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia e suas Igrejas da Teologia da Libertação, espalhadas, em especial, pelos municípios da parte leste do Vale do Araguaia. Observando os Mapas 3 e 4, é nítida a diferença alcançada na produção e área plantada de soja entre os municípios localizados a oeste da BR-158, com valores muito mais expressivos que os apresentados no município à leste da Rodovia Federal. É possível que o histórico de lutas e resistências, bem como a memória ainda viva desses tempos, contribuam para que os valores apareçam de forma menos expressivos na parte leste do Vale do Araguaia.

A terceira observação, diz respeito aos municípios que compõem a Microrregião do Médio Araguaia que, tirando Barra do Garças, que serviu de base logística para o espraiamento das atividades agroindustriais durante a Era Vargas, não tiveram maiores contribuições para essa pesquisa. Isso fica perceptível nos baixos índices de produção e área plantada de soja em 2021, onde Barra do Garças produziu 123.750 toneladas de soja em 37.500 hectares de terra, Araguaiana produziu 13.187 toneladas de soja em 3.996 hectares de terra e Cocalinho produziu 41.250 toneladas de soja em 12.500 hectares de terra. Sendo assim, é possível dizer que o Médio Araguaia se encontra abaixo da fronteira agrícola que se forma pelas Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia e segue sentido Norte, através da BR-158.

Fazendo o cálculo de rendimento médio em quilogramas de soja por hectare de terra no Vale do Araguaia em 2021 (Mapa 5), novas considerações podem ser feitas sobre a produção da soja na região. A primeira diz respeito ao fato de que, tanto Santa Terezinha, quanto seus municípios vizinhos, com exceção de Luciara, apresentam um rendimento médio da produção de soja superior ao de grandes municípios produtores de soja, como Canarana e Querência, na Microrregião de Canarana. Tanto Santa Terezinha, quanto Porto Alegre do Norte e Confresa, apresentaram em 2021 um rendimento médio da produção de soja de 3.600 kg/ha. Já Vila Rica, no extremo norte da Microrregião do Norte Araguaia, é o município do Vale do Araguaia com o maior rendimento, com 4.000 kg/ha. Em comparação, Canarana e Querência obtiveram em 2021, um rendimento médio de respectivamente 3.510 kg/ha e 3.528 kg/ha (SIDRA/IBGE, 2022).



Mapa 5: Rendimento médio de soja (kg/ha) na Mesorregião do nordeste Mato-Grossense – 2021. (Fonte: NASCIMENTO, J. A. e FERREIRA, L.T.D, 2022).

O fato de Santa Terezinha e seus municípios vizinhos apresentarem um rendimento médio na produção dos grãos de soja superior aos grandes municípios produtores de soja, talvez possa ser explicada, pelo menos em parte, pelo fato de estar produzindo em uma área nova, menor, e com utilização de maior quantidade de insumos, uma espécie de experimentação em áreas novas que pode estar ocorrendo no movimento de instalação da fronteira.

2.8 Considerações parciais sobre o avanço da fronteira agrícola tecnificada no Vale do Araguaia

O segundo capítulo apontou os processos que geraram a formação e o avanço da fronteira agrícola pelo Vale do Araguaia, através da rodovia federal BR-158. Diferente do capítulo 1, que contava a história de Santa Terezinha, o capítulo 2 partiu para a escala de análise das microrregiões, identificando os diferentes tipos de colonização ocorridos entre elas, e apontando que esse movimento seguiu da Microrregião de Canarana, sentido norte, em direção à Microrregião do Norte Araguaia.

Apresentadas as novas tecnologias utilizadas para superar as barreiras naturais e as vantagens logísticas de se expandir a produção de soja para as terras do Norte Araguaia, foram

analisados também os principais movimentos sociais e forças de contra-racionalidade presentes no Vale do Araguaia, em especial, a atuação do Bispo Pedro Casaldáliga.

Os resultados obtidos na análise da evolução dos valores de produção, área plantada e rendimento de soja e milho ao longo do tempo, de 1990 até 2021, apontam que a fronteira avançou substancialmente nos últimos anos, ocupando atualmente alguns municípios da Microrregião do Norte Araguaia. Sendo assim, o capítulo conseguiu atender a alguns objetivos específicos pré-estabelecidos, dentre eles: averiguar a magnitude do processo de expansão de grãos, seja em área, nível técnico aplicado e em produção; abordar os conflitos e processos de resistência da população local.

Capítulo 3 A expansão do agronegócio no município de Santa Terezinha

Comparando os dados de soja das Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia entre os anos de 1990 e 2021, fica nítido o avanço da fronteira agrícola tecnificada pela BR-158 durante o século XXI, abrangendo, atualmente, a parte norte do Vale do Araguaia. Saindo da escala de análise das Microrregiões, vamos agora entender como a soja vem penetrando e avançando no município de Santa Terezinha. Esse movimento ocorre através das MT-413, MT-431 e MT-432, rodovias estaduais que fazem a ligação entre o núcleo urbano do município e a Rodovia Federal BR-158 que, por sua vez, direciona os fluxos de exportação dos grãos para os portos do Norte e Nordeste do Brasil, em especial, para o Porto de Itaqui em São Luis-MA.

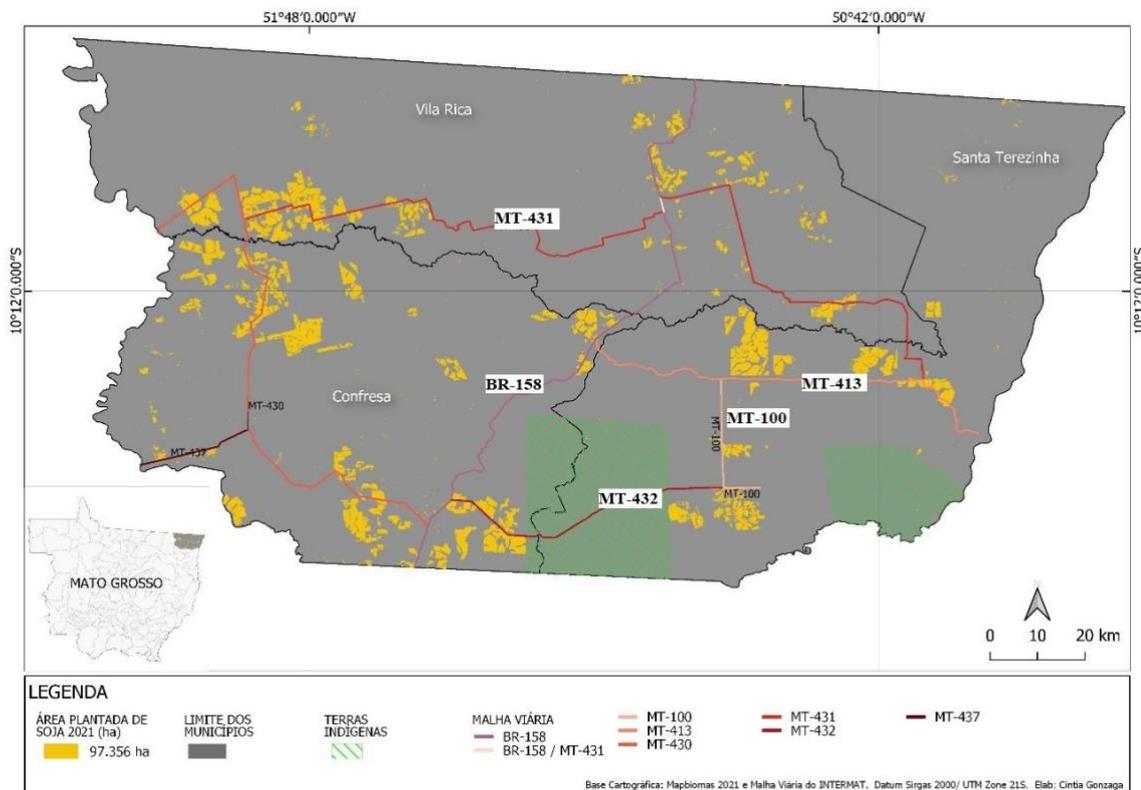
O capítulo abordará o quadro natural de Santa Terezinha, além de trabalhar com dados referentes à produção, área plantada e rendimento médio dos grãos de soja e de milho no município, bem como fazer o levantamento do rebanho bovino (SIDRA/IBGE, 2022).

Em seguida, identificaremos as áreas possíveis de serem substituídas pela expansão da fronteira agrícola em Santa Terezinha, ou seja, florestas, terras de pastagem, de produção de culturas alimentares, de produção de látex, áreas de assentamento, territórios indígenas, áreas possíveis de apropriação por parte do agronegócio, seja através da compra de terras, do uso da força e coerção ou através de queimadas e desmatamentos.

Dessa forma, abordaremos os conflitos atuais, analisando o nível de queimadas e desmatamentos em Santa Terezinha (MapBiomias, 2023), as vendas forçadas de terra, os despejos de agrotóxicos em territórios indígenas e assentamentos, os casos de peonagem e trabalho escravo, a fauna e os rios ameaçados. Por fim, serão analisadas as entrevistas realizadas para avaliar o panorama atual da expansão da fronteira agrícola tecnificada em Santa Terezinha, indicando as mudanças estruturais que vem ocorrendo nos últimos anos no espaço urbano e rural do município.

3.1 Rodovias em Santa Terezinha

Dentro de seus limites territoriais, Santa Terezinha conta com 4 rodovias estaduais: MT-413; MT-431; MT-432; MT-100. Dentre elas, apenas a MT-100 não faz ligação com a BR-158 (Mapa 6).



Mapa 6: Rodovias estaduais, área plantada de soja e terras indígenas do município de Santa Terezinha. (Fonte: GONZAGA, C, 2023).

A principal rodovia de Santa Terezinha é a MT-413, rodovia estadual que conta com uma malha rodoviária de 94,09 km¹⁶ (SINFRA-MT, 2023), ligando o núcleo urbano do município até a entrada da BR-158, na altura de Confresa. Percorrendo o município na horizontal, praticamente cortando-o ao meio. O caminho é de difícil acesso, tendo em vista que a rodovia é parcialmente asfaltada, possuindo trechos que variam entre asfaltamento e estradas de terra, apresentando ao longo do trajeto, muitos buracos (Imagem 13) e pontes de madeira em estado questionável de conservação, como visto em trabalho de campo realizado em 2019. Com a rodovia representada em tom de bege forte (Mapa 6), é possível identificar em seu percurso áreas de plantação de soja, representadas aqui na cor amarelo, apontando a localização da produção do município no ano de 2021.

¹⁶Todos os dados referentes a quilometragem e pavimentação das rodovias estaduais localizadas em Santa Terezinha, foram recolhidos no site da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Mato Grosso – SINFRA-MT. Disponível em: <<https://www.sinfra.mt.gov.br/documents/363190/14790439/SRE+02-12+VF.pdf/718e31be-4b52-104e-8624-957e750c1e0b>>. Acesso em: 09/05/2023.



Imagem 13: Trecho mal conservado da MT-413 em Santa Terezinha. A rodovia estadual varia entre trechos de asfaltamento e estrada de terra (Fonte: FERREIRA, L.T.D, 2019).

Outra rodovia importante para Santa Terezinha é a MT-431 que, por sua vez, percorre um trecho não pavimentado de apenas 11,89 km dentro do município (SINFRA-MT, 2023), com seu início localizado a partir de um entroncamento da MT-413, próximo à entrada do núcleo urbano, exatamente onde estão localizadas algumas áreas de plantação de soja. A rodovia representada em vermelho (Mapa 6), percorre todo o município de Vila Rica, cruzando a BR-158, sendo essa, a saída mais ao norte que Santa Terezinha oferece aos produtores e moradores locais.

Na parte sul de Santa Terezinha temos a MT-432, que aparece representada em tom de vinho (Mapa 6), percorrendo ao longo de seu trajeto áreas de plantação de soja, além de cruzar a terra indígena Urubu Branco, dos povos Tapirapé, representada na cor verde¹⁷. Essa rodovia estadual liga a BR-158, na altura de Confresa, até a MT-100, que por sua vez fará a ligação com a MT-413, rodovia principal que dá acesso ao núcleo urbano de Santa Terezinha. A MT-432 possui uma malha rodoviária não asfaltada de 62,26 km (SINFRA-MT, 2023) e oferece aos produtores e moradores locais a saída mais ao sul do município.

Por fim, temos a MT-100, representada na cor bege claro (Mapa 6), em um trecho não pavimentado de 30,84 km (SINFRA-MT, 2023), fazendo a ligação entre a MT-413 e a MT-

¹⁷O Mapa 6 localiza também a terra indígena Tapirapé/Karajá, representada em verde, posicionada mais à leste da terra indígena Urubu Branco. Tapirapé/Karajá é dividida por parte da população Tapirapé e Karajá. Fato interessante é que o Rio Tapirapé cruza os limites do território e deságua no Rio Araguaia.

432, como mencionado no parágrafo anterior. Assim como as demais rodovias estaduais de Santa Terezinha, a MT-100 também percorre trechos de áreas de plantação de soja, o que não é de se espantar, tendo em vista as facilidades *logísticas* para o escoamento da produção, com a localização das fazendas posicionadas próximo às rodovias.

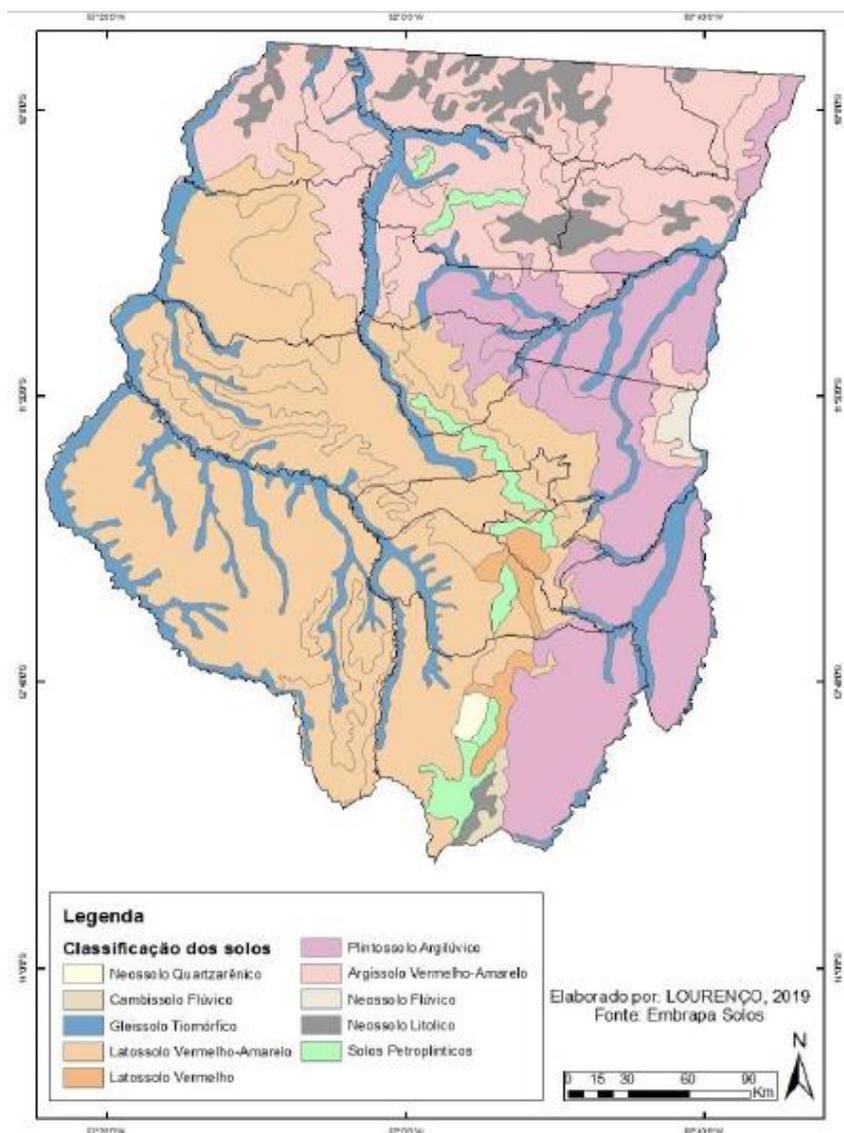
Considerando a logística como um conjunto composto por estratégia, planejamento e gestão (Silveira, 2011) e voltado para a realização do processo de circulação (compreendido como transportes, armazenamento e comunicação), entendemos que ela seja imprescindível para a realização da totalidade do processo produtivo e, por isso, alcance relevância entre os representantes do setor corporativo e do Estado (Lima, 2015); (ALMEIDA, LIMA & PEREIRA, 2022, p. 126).

A *logística* (ALMEIDA, LIMA & PEREIRA, 2022) de escoamento da produção é imprescindível para a produção de soja, na medida em que, quanto mais próximas as fazendas estão dos portos, maiores as facilidades de obtenção de lucro com a exportação dos grãos, tendo em vista o ganho de tempo. No caso dos produtores de Santa Terezinha, por estarem distantes dos portos, a forma de *racionalizar* (SANTOS, 1996) o tempo gasto com o escoamento da produção é localizarem suas fazendas próximo às rodovias que dão acesso à BR-158, pois, quanto mais próximas da BR-158, melhor será a *logística* de escoamento da produção, já que a mesma é o caminho natural que a carga fará de Santa Terezinha até os portos do Norte e Nordeste do Brasil.

Para melhor visualização das vantagens *logísticas* de escoamento da produção aqui mencionadas, usarei novamente o mapa de localização (Mapa 1), exposto na introdução desta pesquisa, para indicar a localização de Santa Terezinha, da BR-158 e da MT-413, principal rodovia estadual do município, que liga o núcleo urbano às margens do Rio Araguaia, até o entroncamento com a rodovia federal.

específica a um determinado ambiente. No caso de Santa Terezinha, se por um lado, estar no extremo norte do Vale do Araguaia é uma vantagem logística em relação aos demais municípios da região, por outro lado, o quadro natural não é vantajoso para a cultura da soja, sendo necessário fazer um alto investimento em insumos, para que a produção possa enfim obter resultados satisfatórios, mesmo com as adversidades do terreno.

Seguindo a classificação pedológica da Embrapa Solos, 2019, Santa Terezinha apresenta 4 tipos de solos diferentes dentro de seus limites territoriais (Mapa 7): argissolo vermelho-amarelo; plintossolo argilúvio; neossolo litólico; gleissolo tiomórfico.



Mapa 7: Classificação pedológica do Território da Cidadania Baixo Araguaia – TCBA. Fonte: Embrapa Solos, 2019. Elaborado por: LOURENÇO, T. C. M, 2019.

O argissolo vermelho-amarelo é o domínio pedológico predominante em Santa Terezinha, representado no Mapa 7 pela cor rosa claro, espalhando-se por todo o interior do município. “Este solo apresenta geralmente baixa fertilidade natural e, por isso, é comumente utilizado para a fruticultura, pastagens plantadas (capins braquiária, pangola e elefante) e alguns cultivares para alimentação, como mandioca e inhame” (LOURENÇO, 2019, p. 122).

O plintossolo argilúvico, representado no Mapa 7 em tom lilás, concentra-se na parte norte de Santa Terezinha às margens do Rio Araguaia, e em uma pequena parcela na parte sul do município, próximo ao Rio Tapirapé, ultrapassando os limites de Porto Alegre do Norte. Segundo Lourenço, o domínio pedológico aqui mencionado

... apresenta drenagem variável e está associado às regiões de inundação periódica. Trata-se do período de cheia do Rio Araguaia que ocorre nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, que alaga extensas áreas dos municípios de São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha e Novo Santo Antônio (LOURENÇO, 2019, p. 123).

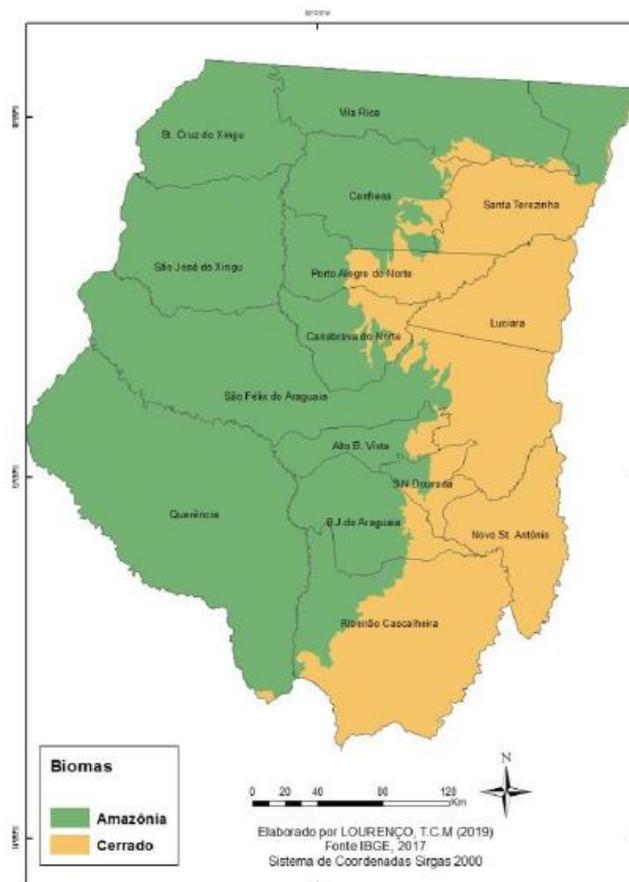
Já o neossolo litólico, representado no Mapa 7 pela cor cinza, encontra-se espalhado em algumas faixas do interior de Santa Terezinha, e por ser um tipo de neossolo, é caracterizado por ser “constituído de material mineral ou orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B” (LEPSCH, 2011, p. 336), sendo considerado um solo raso (IBGE, 2015) e pedregoso, tendo o encontro com a rocha a poucos centímetros abaixo do horizonte A, ou seja, a poucos centímetros abaixo da primeira camada da superfície, fato que limita bastante seu uso para atividades agrícolas (LEPSCH, 2011), como é o caso da soja no município.

Por fim, temos o gleissolo tiomórfico, representado no Mapa 7 com a coloração azul, localizado na parte sul de Santa Terezinha, margeando o Rio Tapirapé, percorrendo parte da margem do Rio Araguaia. Por ser um tipo de gleissolo, é característico em “áreas alagadas ou sujeitas a alagamento (margens de rios, ilhas, grandes planícies, etc), ocupando as planícies de inundação de rios e córregos” (IBGE, 2015, p. 294).

Ao apresentar os 4 tipos de solo em Santa Terezinha, fica perceptível as dificuldades *logísticas* (ALMEIDA, LIMA & PEREIRA, 2022) que os produtores terão que enfrentar para superar as barreiras naturais impostas pela qualidade do solo. A baixa fertilidade do argissolo vermelho-amarelo, as dificuldades com o alagamento em áreas de predomínio de plintossolo argilúvico e de gleissolo tiomórfico e o solo raso e pedregoso do neossolo litólico são desafios

impostos a quem quiser produzir soja em larga escala no município; por isso, técnicas cada vez mais modernas estão sendo aplicadas no campo para que a cultura se adapte ao terreno e o produtor possa usufruir da vantagem locacional de ter uma fazenda posicionada no extremo norte do Vale do Araguaia.

O município de Santa Terezinha está localizado em uma zona de transição de biomas entre Cerrado e Amazônia (IBGE, 2017), com a parte sul sendo mais contemplada pelo bioma Cerrado e a parte norte pelo bioma Amazônia (Mapa 8). Segundo dados da plataforma InfoSanBas, 2023¹⁸, “Seu território é composto 44% pelo bioma Amazônia e 56% pelo bioma Cerrado”.



Mapa 8: Biomas do Território da Cidadania Baixo Araguaia – TCBA. Fonte: IBGE, 2017. Elaborado por: LOURENÇO, T. C. M., 2019.

¹⁸O InfoSanBas, é uma plataforma de dados sobre o saneamento básico dos municípios brasileiros. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/santa-terezinha-mt/#uso_da_terra>. Acesso em: 12/05/2023.

Completando o quadro natural, segundo o IBGE, 2016, Santa Terezinha conta com dois tipos de clima, o Equatorial Super úmido sem seca/sub seca e o Tropical Brasil Central Semiúmido, com 4 a 5 meses de seca. O município está localizado na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, e seu relevo é predominantemente composto pela Depressão do Sul da Amazônia, além das Planícies Interiores que margeiam o Rio Araguaia e o Rio Tapirapé.

O referido clima apresenta a umidade exigida pela commodity soja, intensa luminosidade e relevo adequado. Assim sendo, o quadro natural, embora não apresentando as condições ideais, possibilita o plantio da soja, com o auxílio das tecnologias atuais.

3.3 A expansão da fronteira agrícola em Santa Terezinha

A soja, como visto em capítulos anteriores, teve dificuldade de penetração nos limites de Santa Terezinha, seja por conta das características físicas do município, com solo menos propício a esse tipo de atividade, seja por conta da história, que envolve os enfrentamentos entre os antigos moradores e os fazendeiros da região, durante a ditadura militar, período em que toda a região esteve se estruturando para receber a passagem da fronteira agrícola nas décadas seguintes. Do mesmo modo, movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Prelazia de São Félix do Araguaia, sob tutela do Bispo Pedro Casaldáliga, deram respaldo para que os antigos posseiros resistissem aos avanços dos latifúndios, das grandes produções no campo e, posteriormente, fundassem o município. Apesar desses empecilhos, a fronteira agrícola tecnificada vem se expandindo em direção a esse município.

Tendo em vista que os dados de soja do Norte Araguaia começaram a ter relevância a partir do século XXI, e que Santa Terezinha está localizado nessa microrregião, trabalharemos aqui com o recorte temporal de 2001 a 2021, para analisarmos os dados referentes à produção, rendimento e área plantada de soja e milho, bem como o rebanho bovino do município (SIDRA/IBGE, 2022).

3.3.1 A atividade pecuária em Santa Terezinha no século XXI

A pecuária é uma cultura historicamente presente em Santa Terezinha, chegando ao município bem antes da soja, sendo bastante difundida devido aos recursos proporcionados pela

SUDAM, durante o período de ditadura militar, época em que grandes parcelas de terra mato-grossenses foram cedidas aos grupos de capital privado, para a viabilização de grandes projetos agropecuários (ARRUZZO, 2009), como já mencionado no capítulo 2. A referida atividade vem desde essa época preparando o terreno para o avanço da fronteira do agronegócio no município, tendo em vista que o retorno financeiro que a soja gera é muito maior que o retorno financeiro do gado bovino.

O fato de o gado costumar estar posicionado à frente das fronteiras agrícolas no cerrado e Amazônia Legal, faz parte do processo de domesticação das terras. Após o desmatamento, a ocupação prossegue com a queimada, sendo em seguida plantada a pastagem para o gado. Depois de algum tempo a área é transformada em agrícola, especialmente de soja. Isso ajuda a fomentar o mercado especulativo de terras, pois ter gado em uma propriedade, a torna produtiva, mesmo que o potencial produtivo da mesma esteja longe de ser alcançado, sendo assim, investe-se pouco em uma propriedade que futuramente poderá ser vendida por um valor muito maior do que aquele que foi adquirido, à medida que a fronteira agrícola se aproxima e avança sobre essas terras.

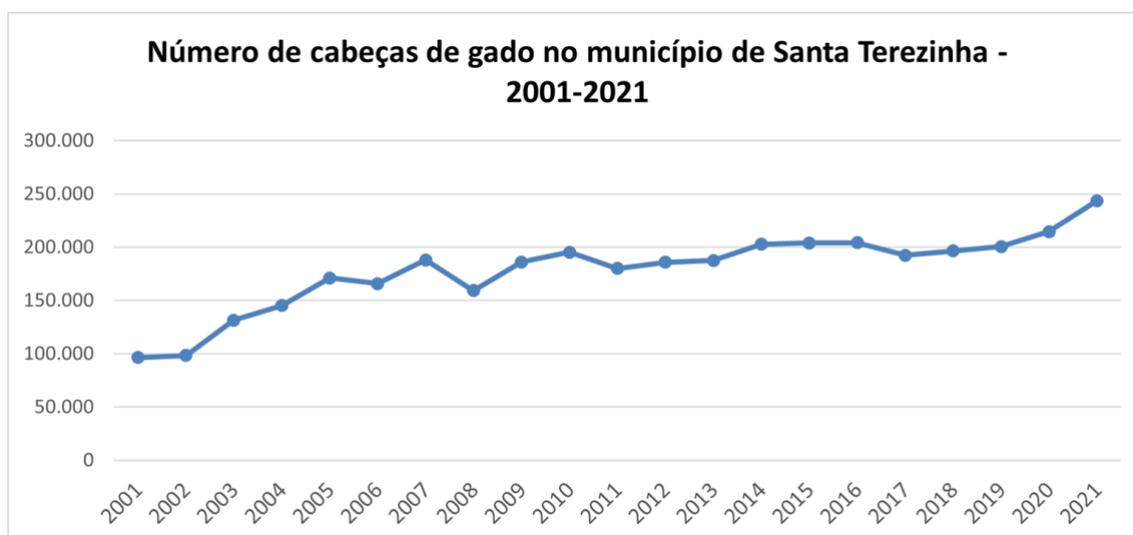


Gráfico 21: Rebanho bovino no município de Santa Terezinha - 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em 2001, Santa Terezinha contava com um rebanho de 96.399 cabeças de gado, quantitativo que mesmo com pequenas variações para baixo, seguiu a maior parte dos anos em uma crescente, atingindo em 2010, o ápice da produção bovina na década, com 195.265 cabeças de gado (Gráfico 21). Entre 2001 e 2010, o rebanho bovino cresceu 102,55% (SIDRA/IBGE, 2022).

Virando a década, em 2011, Santa Terezinha apresentou uma queda de 7,79% no quantitativo, tendo em vista que o rebanho bovino foi reduzido para 180.038 cabeças. O município só retomou o patamar de 2010, a partir de 2014, quando a marca de 200.000 cabeças de gado foi ultrapassada (Tabela 7). Desde então, o rebanho bovino segue crescendo no município, com exceção do ano de 2017, que apresentou leve queda. Recentemente os números atingiram o ápice da produção bovina na série histórica de Santa Terezinha, alcançado em 2021, as 243.586 cabeças de gado. Entre 2001 e 2021, o acréscimo no rebanho bovino foi de 152,68% e entre 2011 e 2021 o aumento foi de 25,29% (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 7: Rebanho bovino no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
96399	98349	131605	145228	171116	165941	188158	159244	186234	195265	180038
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
185967	187673	202925	204047	204293	192372	196451	200684	214651	243586	

Tabela 7: Rebanho bovino no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

3.3.2 A produção de soja em Santa Terezinha no século XXI

Do mesmo modo que a Microrregião do Norte Araguaia teve pouca expressão nos dados de produção de soja durante a primeira década do século XXI, o mesmo se repetiu em Santa Terezinha (Gráfico 22), município localizado no extremo norte do Vale do Araguaia, sendo assim, um dos últimos por qual a fronteira agrícola poderá expandir. Em 2001, Santa Terezinha produziu apenas 126 toneladas de soja e entre 2001 e 2011; o ano de maior obtenção de grãos produzidos, ocorreu em 2005, com 11.200 toneladas de soja. De 2005 em diante, os números seguiram em queda, chegando ao ponto de não se ter registros de plantação de soja entre 2010 e 2011 (SIDRA/IBGE, 2022).



Gráfico 22: Produção de grãos de soja em toneladas no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em 2012, Santa Terezinha volta a registrar dados referentes ao plantio de soja, com 26.100 toneladas de grãos. Os valores seguiram crescendo até o ano de 2015, quando atingiu 59.400 toneladas, com um aumento de 127,58% em relação a 2012 (SIDRA/IBGE, 2022). Entre 2015 e 2021 o quantitativo cresceu, porém, apresentando variações para baixos nos anos de 2016, 2017 e 2019 (Tabela 8). Em 2021, Santa Terezinha ultrapassa a marca de mais de 100.000 toneladas de grãos de soja produzidos, totalizando 108.000 toneladas. Entre 2001 e 2021, foi registrado um crescimento de 85.614% na produção dos grãos, e entre 2012 e 2021, o acréscimo foi de 313,79% (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 8: Produção de grãos de soja em toneladas no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
126	126	1680	-	11200	7000	7500	3600	5100	-	-
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
26100	27600	32307	59400	53097	48270	93600	74357	97920	108000	

Tabela 8: Produção de grãos de soja em toneladas no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).



Gráfico 23: Área plantada de soja em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Analisando a área plantada de soja em Santa Terezinha (Gráfico 23), podemos observar o mesmo padrão de comportamento do quantitativo se compararmos com os dados de produção de soja (Gráfico 22). Entre 2001 e 2011, os dados de área plantada de soja foram inexpressivos, sendo 2005 o ano de maior destaque, com 4.000 hectares utilizados para o cultivo da soja (Tabela 9). Assim como na produção de soja, a área plantada dos grãos também teve um crescimento a partir de 2012, passando de 7.500 ha para 30.000 ha de terra em 2021, apresentando um crescimento de 300% nesse período. Entre 2001 e 2021 o crescimento da área plantada foi de 42.757,14% (SIDRA/IBGE, 2002).

Tabela 9: Área plantada de soja em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
70	70	700	-	4000	2500	2500	1200	1700	-	-
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
7500	11500	12100	18000	16090	16090	26000	22130	27200	30000	

Tabela 9: Área plantada de soja em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em relação ao rendimento médio da produção de soja (Gráfico 24), é perceptível mais uma vez o crescimento dos valores a partir de 2012, quando o município atinge um rendimento de 3.480 kg/ha. Em 2013 o rendimento médio caiu em 31,03%, atingindo uma produção de grãos de soja de 2.400 kg/ha. É interessante observarmos que entre os anos de 2012 e 2013, enquanto a área plantada e a produção de soja de Santa Terezinha aumentaram, o rendimento médio caiu, marcando exatamente o período em que os dados de soja começam a ser relevantes, ou seja, é a partir de 2012 que a soja começa a aparecer em Santa Terezinha com um pouco mais de força, sendo assim, é natural que as técnicas modernas de agricultura no campo ainda não estejam difundidas durante esse período, o que acarreta em um maior uso de área plantada para a produção de soja e conseqüentemente um menor rendimento em kg/ha.

Entre 2013 e 2015 os valores de rendimento médio voltaram a crescer, atingindo 3.300 kg/ha em 2015, quantitativo que se repete em 2016. Em 2017 o rendimento cai para 3.000 kg/ha, e de 2018 a 2021, os valores se mantêm estáticos, com 3.600 kg/ha, com exceção de 2019, que apresentou um rendimento de 3.360 kg/ha (SIDRA/IBGE, 2022).



Gráfico 24: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Entre 2001 e 2021, o aumento no rendimento médio foi de 100%. E entre 2012 com 3.480 kg/ha, e 2021, com 3.600 kg/ha, temos um acréscimo percentual de 3,44% (SIDRA/IBGE, 2022). Sendo assim, é perceptível que está sendo necessário cada vez menos hectares de terra, para produzir-se soja em larga escala, o que provavelmente é acarretado pelo uso das já mencionadas técnicas modernas, tendo em visto que o rendimento médio tem crescido nos últimos anos. Para melhor análise dos dados de rendimento médio da produção

dos grãos de soja em Santa Terezinha, segue abaixo a Tabela 10, com os dados referentes ao período compreendido entre 2001 e 2021 (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 10: Rendimento médio da produção de grãos de soja em kg/ha no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1800	1800	2400	-	2800	2800	3000	3000	3000	-	-
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
3480	2400	2670	3300	3300	3000	3600	3360	3600	3600	

Tabela 10: Rendimento médio na produção de grãos de soja em kg/ha no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

3.3.3 A produção de milho em Santa Terezinha no século XXI



Gráfico 25: Produção de grãos de milho em toneladas no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Outra cultura que se mostrou relevante em Santa Terezinha no período em estudo foi a do milho. Inicialmente, o milho não esteve tão presente na produção no campo em Santa Terezinha, sendo irrelevante para o município na primeira década do século XXI (Gráfico 25), tendo apenas como destaque o ano de 2009, com 4.280 toneladas de grãos (SIDRA/IBGE, 2022).

Tomada as devidas proporções, assim como ocorreu com a soja, a produção de milho em Santa Terezinha teve um pequeno “boom” de crescimento a partir de 2012. O crescimento do milho entre 2011 e 2012 foi de 2.062,28%, tendo em vista que a produção de milho em 2012 foi de 22.704 toneladas de grãos. De 2012 a 2015, os valores da produção de milho seguiram crescendo de forma moderada (Tabela 11), atingindo em 2016 um novo “boom” de crescimento. Em 2015, foram produzidas 29.160 toneladas, dobrando em 2016, totalizando 66.240 toneladas, o equivalente a um aumento de 127,16% (SIDRA/IBGE).

O ano de 2019 foi o que marcou a maior produção de milho no período analisado, atingindo 77.775 toneladas de grãos, enquanto que o ano de 2020 foi de queda abrupta, registrando 48.196 toneladas. O ano de 2021 foi de recuperação, obtendo um novo aumento na produção, embora inferior ao patamar de 2019, sendo agora produzidos 72.000 toneladas. Entre 2001 e 2021, o aumento na produção foi de 6.053,84% e entre 2012 e 2021, o aumento foi de 217,12% (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 11: Produção de grãos de milho em toneladas no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1170	1265	1265	1602	1620	1530	900	3650	4280	1314	1050
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
22704	21600	25110	29160	66240	69000	64507	77775	48195	72000	

Tabela 11: Produção de grãos de milho em toneladas no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).



Gráfico 26: Área plantada de milho em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Analisando a área plantada de milho em Santa Terezinha entre 2001 e 2021 (Gráfico 26), é possível observar que os dados seguem o mesmo padrão de crescimento e queda observado na produção dos grãos (Gráfico 25). Em 2001 a produção de milho ocupou 780 hectares de terra no município, seguindo inexpressiva até 2011, com destaque de 2009, quando registrou área plantada com 1.300 ha (SIDRA/IBGE, 2022).

Em 2012 os dados seguiram baixos, porém superiores aos levantados no ano anterior, sendo produzido milho em 4.300 hectares. Os valores seguiram crescendo moderadamente até 2015 (Tabela 12), atingindo em 2016 um novo “boom”, com produção em 13.800 hectares, com a área destinada ao cultivo de milho mais que dobrando, apresentando um crescimento de 155,55% (SIDRA/IBGE, 2022).

Assim como ocorreu nos dados de produção (Tabela 11), a área plantada de milho também atinge seu ápice em 2019, com 15.250 ha destinados ao cultivo (Tabela 12). O ano de 2020 foi de queda abrupta na área plantada, sendo destinados apenas 7.650 hectares ao milho, apresentando um decréscimo de 49,83%, ou seja, quase metade dos valores obtidos no ano anterior. Em 2021 ocorre novo aumento, porém ainda inferior ao ano de 2019, com 12.000 hectares, tendo um acréscimo de 56,86% em relação a 2020. Entre 2001 e 2021 o aumento na área plantada de milho foi de 1.438,46% e entre 2012 e 2021 correspondeu a 179,06% (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 12: Área plantada de milho em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
780	843	843	890	900	850	500	1250	1300	730	350
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
4300	4000	4650	5400	13800	13800	13439	15250	7650	12000	

Tabela 12: Área plantada de milho em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).



Gráfico 27: Rendimento médio da produção de grãos de milho em kg/ha no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em relação ao rendimento médio da produção dos grãos de milho em Santa Terezinha (Gráfico 27), o ano de 2001 apresentou um rendimento médio de 1.500 kg/ha, enquanto que em 2011 o rendimento registrado foi de 3.000 kg/ha (Tabela 13). Em 2021, o rendimento médio da produção dos grãos de milho foi de 6.000 kg/ha. Comparando as datas, entre 2001 e 2011, o crescimento foi de 100%, entre 2011 e 2021 o acréscimo também foi de 100% e entre 2001 e 2021 o aumento do quantitativo foi de 300% (SIDRA/IBGE, 2022).

Tabela 13: Rendimento médio da produção de grãos de milho em kg/ha no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1500	1500	1500	1800	1800	1800	1800	2920	3292	1800	3000
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
5280	5400	5400	5400	4800	5000	4800	5100	6300	6000	

Tabela 13: Rendimento médio da produção de grãos de milho em kg/ha no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

3.4 Áreas possíveis de serem utilizadas pela expansão da soja

Feita a apresentação dos dados de produção, área plantada e rendimento de soja e milho, bem como do rebanho bovino em Santa Terezinha e constatado o crescimento dessas variáveis, vamos agora identificar quais são as áreas possíveis de serem utilizadas pela expansão do agronegócio no município, ou seja, as áreas não ocupadas pelas commodities e que podem eventualmente perder espaço para elas, ou sentir os efeitos de sua expansão. Dentre as áreas selecionadas estão as florestas, áreas de pastagem, áreas com produções agrícolas alimentares, área de extração de látex, assentamentos e territórios indígenas.

3.4.1 Florestas

Para fazermos o levantamento e análise da cobertura florestal em Santa Terezinha, trabalharemos aqui com os dados de área de floresta, recolhidos na plataforma MapBiomas, utilizando um recorte temporal entre 2001 e 2021, englobando assim os anos que antecederam a chegada da soja, passando pelo período em que ela começa a ter uma produção significativa, até chegar aos dados mais recentes, que apontam que em 2021 foram produzidas pouco mais de 100 mil toneladas de grãos, em uma área de 30 mil hectares de terra (SIDRA/IBGE, 2022). Fazendo esse recorte, poderemos identificar como era a situação das florestas em Santa Terezinha, antes da chegada da soja e como ela vem se comportando com o aumento na produção da commodities.

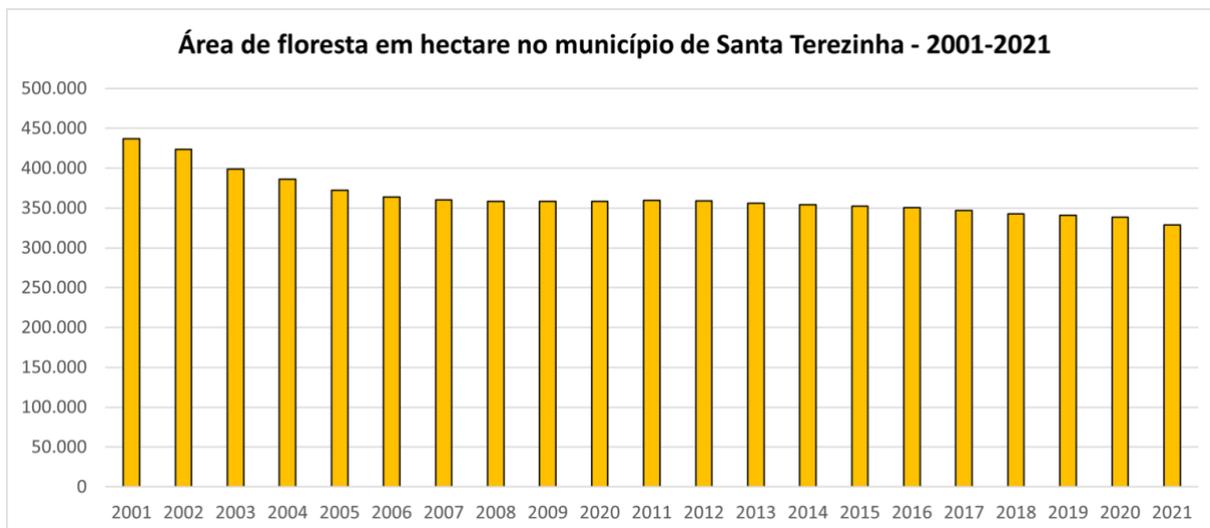


Gráfico 28: Área de floresta em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: MapBiomias, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

No período em análise, o ano de 2001 apresentou a maior área de floresta em Santa Terezinha, com 437.059 ha (Gráfico 28). Desde então, a cobertura florestal do município vem perdendo consideravelmente sua área, ano após ano. Em 2011, ou seja, dez anos depois do início da série histórica analisada, Santa Terezinha apresentou uma área de floresta de 359.896 ha, representando uma queda de 17,65% em relação a 2001. Em 2021, último ano de análise dos dados, Santa Terezinha apresentou uma área de floresta de 329.011 ha (Tabela 14), o que corresponde a uma queda de 24,72% em relação a 2001. Entre 2011 e 2021, a queda da cobertura florestal foi de 8,58% e correspondeu a um decréscimo de uma área de 108.048 ha (MapBiomias, 2022).

Tabela 14: Área de floresta em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2020	2011
437.059	423.683	398.94	386.418	372.52	363.585	360.31	358.566	358.704	358.467	359.896
		9		9		1				
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
359.265	355.943	354.36	352.261	350.76	346.982	342.67	340.932	338.399	329.011	
		6		1		4				

Tabela 14: Área de floresta em hectare no município de Santa Terezinha – 1990-2021. (Fonte: MapBiomias, 2023). Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

3.4.2 Áreas de pastagem para gado bovino

Sucedendo os desmatamentos, é comum que as florestas derrubadas cedam áreas para a pastagem, pois, além dos lucros gerados com a inserção do gado bovino, o plantio do pasto faz com que a terra seja “domesticada” para que no futuro receba outras atividades agrícolas, como a soja. Nesse sentido, analisaremos os dados de área de pastagem no município de Santa Terezinha entre 2001 e 2021.

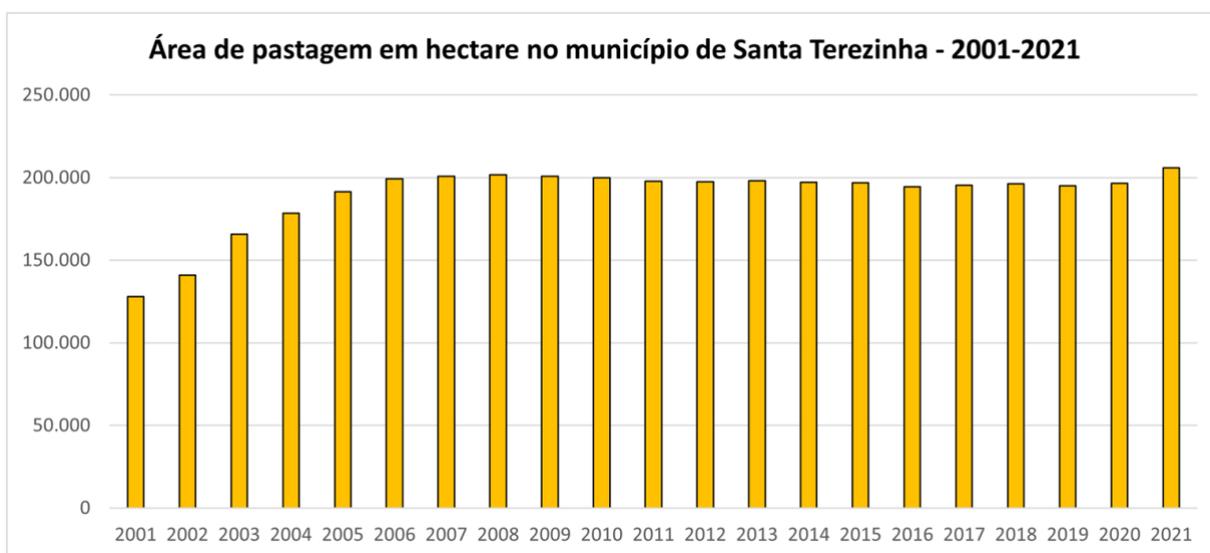


Gráfico 29: Área de pastagem em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: MapBiomias, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em 2001 a área de pastagem em Santa Terezinha era de 127.882 ha, correspondendo ao menor quantitativo apresentado na série histórica em análise (Tabela 15). Em 2011, dez anos depois, a área de pastagem apresentada foi de 197.916 ha, o que representa um aumento de 54,76%. Durante a primeira década de análise dos dados, é interessante apontar que, em 2007, o quantitativo atingiu pela primeira vez a faixa dos 200 mil hectares de área de pastagem e que, desde então, os valores apresentaram pequenas variações tanto para cima e quanto para baixo, mantendo uma linha quase estável entre a faixa de 195 mil e 205 mil ha de pastagem (Gráfico 29).

Em 2021, último ano de análise, o município apresentou uma área de pastagem correspondente a 205.861 ha, sendo o maior quantitativo de toda a série histórica (MapBiomias, 2022). Entre 2001 e 2021, o percentual de crescimento apresentado foi de 60,97% e entre 2011 e 2021, o acréscimo foi de 4,01%, sendo assim, é interessante percebermos que o ritmo de crescimento do quantitativo na primeira década de análise foi muito mais elevado que o da

segunda década. Nesse contexto, podemos supor que o ritmo de crescimento da primeira década pode estar relacionado ao desmatamento das florestas, enquanto que o ritmo de crescimento da segunda década, pode estar relacionado ao período de inserção e crescimento da produção de soja em Santa Terezinha.

Tabela 15: Área de pastagem em hectare no município de Santa Terezinha 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
127.882	140.890	165.797	178.370	191.448	199.303	200.880	201.885	200.975	199.823	197.916
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
197.581	198.080	197.073	196.804	194.358	195.392	196.429	195.068	196.582	205.861	

Tabela 15: Área de pastagem em hectares no município de Santa Terezinha – 1990-2021. (Fonte: MapBiomass, 2022). Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Com o crescimento das áreas de plantação de soja, a tendência é de que as áreas de pastagem diminuam no município de Santa Terezinha com o passar dos anos, a não ser que novas áreas de floresta sejam desmatadas ou que outras culturas cedam espaço à commodity soja.

Nas atuais fronteiras agrícolas da Amazônia, os arranjos espaciais significam a coexistência conflituosa de diferentes racionalidades, onde se difunde uma sistematicidade de destruição sociocultural e ambiental, acentuando a necessidade de superar a alienação espacial, e para isso é fundamental, como propõe Ribeiro (2009), identificar energias sociais com capacidade de disputar o futuro e de defender condições propícias à cooperação horizontal entre diferentes tempos sociais, saberes e formas de produzir (BERNARDES, 2022, p.70).

O valor que a terra possui está relacionado ao seu potencial produtivo e especulativo, auxiliando o uso de técnicas modernas a reestruturação desses espaços, pois dão condições para que uma atividade mais lucrativa seja implementada, substituindo a atividade anterior. Nossa suposição é que parte das áreas de floresta foram desmatadas, dando espaço para a inserção das áreas de pasto, para que nos anos seguintes, a soja pudesse ser implementada em Santa Terezinha.

A proporção da mudança na estrutura das florestas e das atividades agrárias será ditada pelos interesses dos agentes hegemônicos, mais capitalizados, a não ser que grupos de pessoas e movimentos sociais ofereçam resistência a essas mudanças, mantendo suas atividades

tradicionais, significando a emergência de contra-racionalidades nas comunidades do município (SANTOS, 1996) frente à expansão da soja, num movimento horizontal se contrapondo às verticalidades representadas pelos agentes do agronegócio (SANTOS, 1996).

3.4.3 Áreas com outras produções agrícolas

Além das florestas e das pastagens, outras áreas produtivas também podem perder espaço para a produção de soja. Dentre as atividades existentes em Santa Terezinha, vale fazer considerações sobre as culturas do arroz, da mandioca e da borracha, pois possuem alguma representatividade no município, mesmo que pequena.

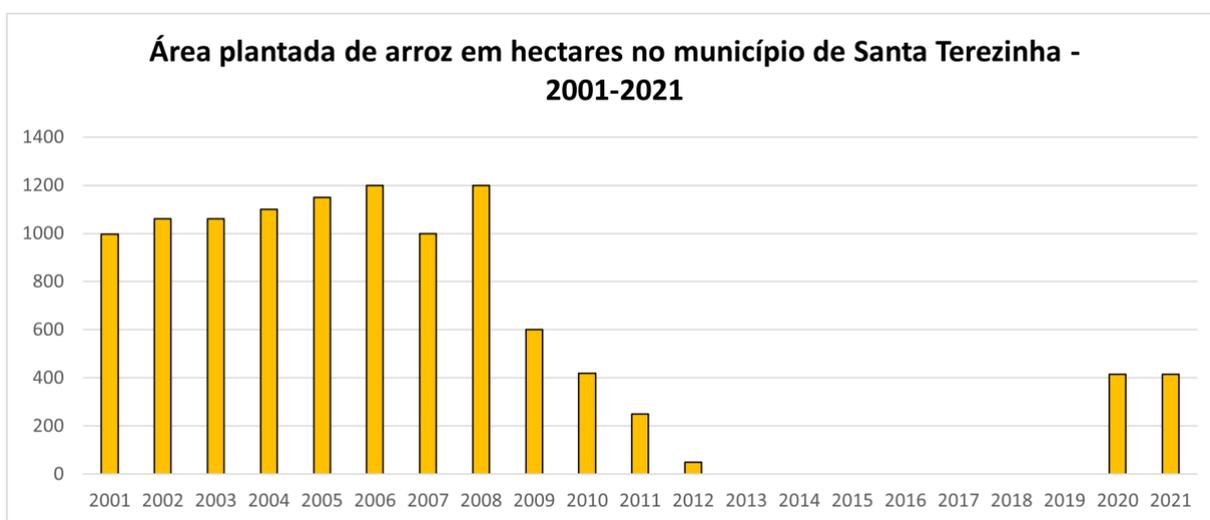


Gráfico 30: Área de plantação de arroz em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

O arroz, um dos principais produtos de subsistência dos brasileiros, aparece no início de nossa série histórica com uma área plantada de 996 ha em Santa Terezinha em 2001. Dez anos depois, em 2011, a área plantada foi reduzida para 250 ha, representando uma perda de 74,89%. Na primeira década de análise, podemos destacar os anos de 2006 e 2008, que atingiram o ápice de área plantada de arroz, com 1.200 ha (Gráfico 30); desde então, os valores caíram drasticamente, até o ponto de não se ter registros entre os anos de 2013 e 2019 (Tabela 16). O ano de 2020 volta a registrar área plantada de arroz em torno de 414 ha, quantitativo que se repete em 2021 (SIDRA/IBGE, 2022). Entre 2001 e 2021, os valores caíram 58,43% e, entre 2011 e 2021, o quantitativo subiu 65,5%, sendo assim, é possível que a soja tenha adquirido áreas de plantação de arroz ao longo dessas duas décadas.

Tabela 16: Área plantada de arroz em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
996	1060	1060	1100	1150	1200	1000	1200	600	420	250
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
50	-	-	-	-	-	-	-	414	414	

Tabela 16: Área plantada de arroz em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Outro produto bastante consumido na mesa dos brasileiros e que é produzido em Santa Terezinha, é a mandioca. Em 2001, a área destinada para sua produção foi de 1.560 ha (Gráfico 31). Dez anos depois, em 2011, sua área plantada foi reduzida para 1.200 ha, representando uma queda de 23,07%. A primeira década de análise, apresentou os maiores valores de área plantada de mandioca durante os anos de 2002 e 2003, com 1.600 ha, desde então os números vem apresentando períodos de estabilidade e queda (Tabela 17).

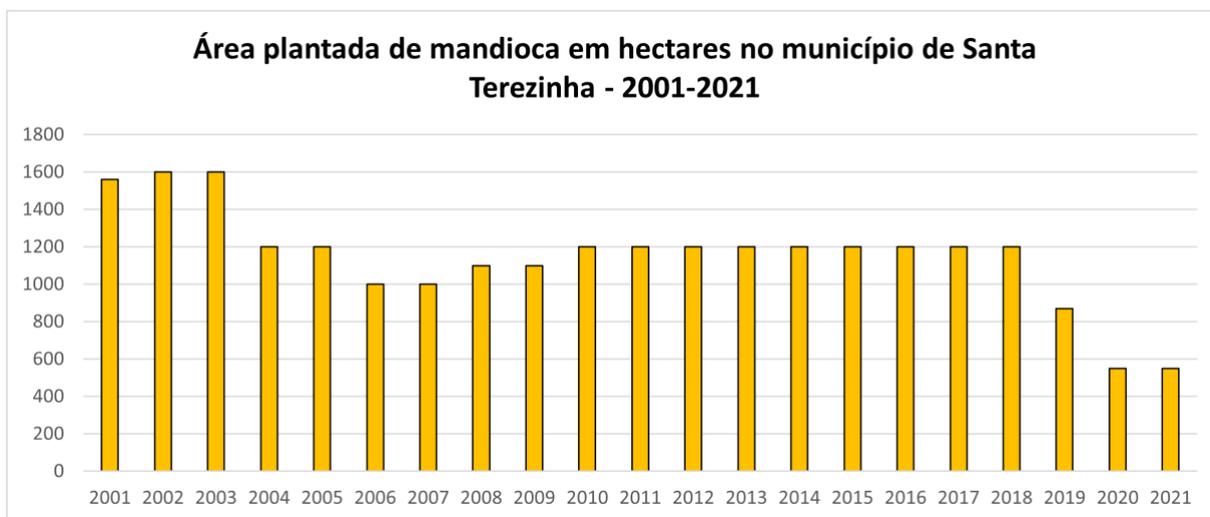


Gráfico 31: Área plantada de mandioca em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Em 2021, último ano de análise, Santa Terezinha registrou uma área plantada de mandioca de 550 ha (SIDRA/IBGE, 2022). Entre 2001 e 2021, o quantitativo teve uma queda de 64,74% e entre 2011 e 2021, a queda registrada foi de 54,16%, sendo assim, é possível que a soja tenha adquirido áreas de plantação de mandioca.

Tabela 17: Área plantada de mandioca em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1560	1600	1600	1200	1200	1000	1000	1100	1100	1200	1200
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1200	1200	1200	1200	1200	1200	1200	870	550	550	

Tabela 17: Área plantada de mandioca em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

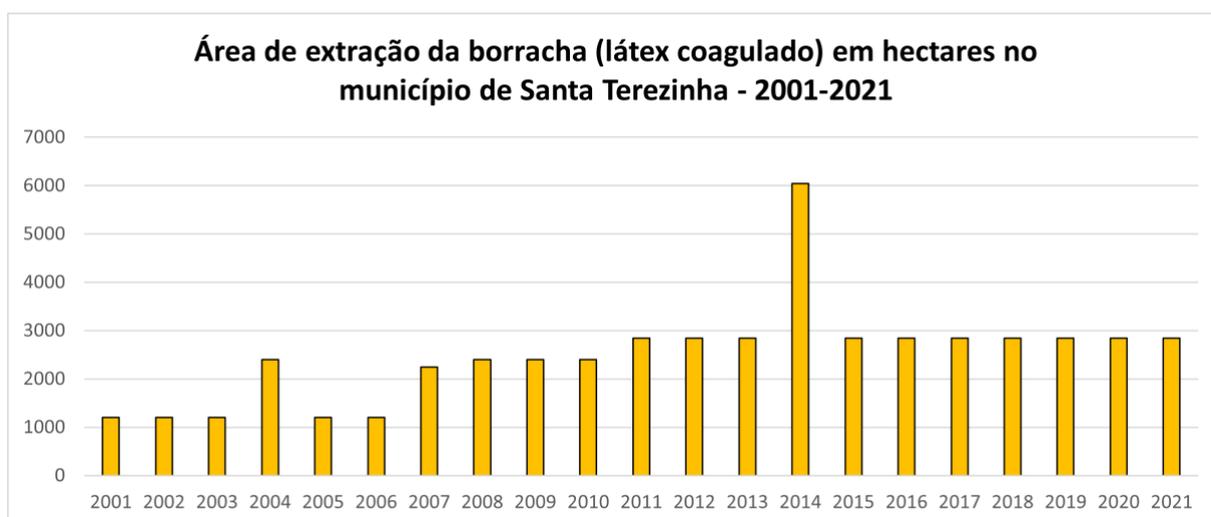


Gráfico 32: Área de extração da borracha (látex coagulado) em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Outra atividade presente em Santa Terezinha, é a extração da borracha em forma de látex coagulado, retirado das árvores seringueiras. Em 2001, a área de extração da borracha no município foi de 1.200 ha (Gráfico 32), dez anos depois, em 2011, o quantitativo aumentou para 2.848 ha, representando um ganho de 137,33%, valores que se repetem até 2021, com exceção do ano de 2014, que apresentou uma área de extração de borracha de 6.048 ha (SIDRA/IBGE, 2022), destoando assim dos demais anos (Tabela 18).

Entre 2001 e 2021, o crescimento do quantitativo foi de 137,33% e entre 2011 e 2021, os números mantiveram-se iguais. Sendo assim, por mais que as áreas de extração de borracha tenham adquirido área na primeira década de análise, na segunda, ela se manteve inalterada,

podendo-se afirmar que a soja não avançou sobre essa produção, porém, não é possível perceber perspectiva de aumento de área de extração da borracha em Santa Terezinha.

Tabela 18: Área de extração da borracha (látex coagulado) em hectares no município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
1200	1200	1200	2400	1200	1200	2242	2400	2400	2400	2848
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
2848	2848	6048	2848	2848	2848	2848	2848	2848	2848	

Tabela 18: Área de extração da borracha (látex coagulado) em hectares no município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: SIDRA/IBGE, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

3.4.4 Assentamentos

Além das áreas já citadas, a soja pode estar ganhando hectares inclusive, sobre áreas de assentamento. Alguns assentados estão produzindo soja em seus lotes em diversos municípios do Mato Grosso, inclusive fazendo uso de agrotóxicos, alguns mais capitalizados fazem uso de máquinas e insumos, outros as alugam, e com isso, revendem os grãos para as grandes empresas exportadoras, as tradings, grandes produtores, etc. Outro ponto a se considerar é a pressão dos produtores pela incorporação desses espaços ao mercado internacional de grãos, tentando por vezes, adquirir essas terras, comprando-as, ou coagindo os assentados a saírem. Sendo assim, vamos agora citar os três assentamentos presentes no município, indicando suas características gerais.

O primeiro assentamento criado em Santa Terezinha foi o Projeto de Assentamento Presidente, no ano de 1988, em uma área desapropriada de 39.359,01 ha, com capacidade para 400 famílias. Atualmente o assentamento conta com 307 famílias assentadas e é o que possui a maior área e maior capacidade de abrigar famílias do município.

Em 1999, foi criado o segundo assentamento de Santa Terezinha, trata-se do Projeto de Assentamento Reunidas, construído em uma área desapropriada de 18.096,63 ha, com capacidade para abrigar 300 famílias. Atualmente o assentamento conta com 236 famílias assentadas.

Por último, temos o Projeto de Assentamento Porto Velho, criado em 2006 em uma área desapropriada de 11.367,82 ha, sendo o menor assentamento do município, possuindo uma

capacidade para abrigar 217 famílias. Atualmente, o PA Porto Velho conta com 165 famílias assentadas em suas terras (INCRA, 2022).

Por conta da pandemia da Covid-19, a pesquisa ficou comprometida, pois ficamos impossibilitados de realizar um trabalho de campo mais recente, tendo em vista que 2 trabalhos de campo já foram realizados.¹⁹ Com isso, não pudemos fazer visitas aos assentamentos, averiguar a existência da produção de soja e demais culturas entre os assentados, entender os conflitos existentes, saber de onde vieram e inteirar-se mais sobre a história da formação desses espaços. Além do mais, dados levantados nas bases SIDRA/IBGE, 2022, MapsBiomass, 2022, ISA, 2022, CIMI, 2022 e CPT, 2022, não deram conta de responder essas perguntas.

Os assentamentos podem também sofrer com as consequências do avanço da soja, pois atualmente está cada vez mais comum vermos assentados produzindo soja e fazendo uso de agrotóxicos em seus lotes, o que é prejudicial para a sua saúde e a de seus vizinhos. Do mesmo modo, os agrotóxicos despejados por aviões de fazendeiros, também são carregados pelas correntes de ar, e estão contaminando hortas, florestas e rios de Santa Terezinha, afetando toda a população de um modo geral.

Em entrevistas de campo realizadas em 2019 com moradores de Santa Terezinha, ficou evidente a crescente preocupação com o uso de agrotóxicos e os riscos que eles oferecem a saúde quando são dispersados no ar. Alguns entrevistados afirmam que essa prática tem sido feita, inclusive, de forma criminosa, onde os agrotóxicos são jogados diretamente sobre pequenas propriedades, assentamentos, territórios indígenas, como forma de intimidá-los e incentivá-los a saírem “voluntariamente” de suas terras.

Alguns produtores tentam ainda se apropriar das áreas de assentamento, tentando comprá-las de seus atuais donos a preços irrisórios, fazendo por vezes, uso de intimidação e violência para assim adquiri-las. Diversas são as práticas de coerção para a aquisição dessas propriedades, e as técnicas usadas estão cada vez mais sofisticadas, evitando assim o conflito direto, como aconteceu em Santa Terezinha durante a ditadura militar, com a troca de tiros entre posseiros e funcionários da fazenda Codeara.

¹⁹O primeiro trabalho de campo realizado, focou em visitar os principais municípios produtores de soja do Vale do Araguaia no ano de 2016. Já o segundo trabalho de campo, realizado em 2019, visitou Santa Terezinha e alguns municípios vizinhos.

3.4.5 Territórios Indígenas

Assim como nos assentamentos, os Territórios Indígenas de Santa Terezinha também sofrem com a expansão da soja. Através de entrevistas de campo realizadas em 2019 com indígenas Tapirapé, nos foi relatado o receio de um aumento do desmatamento e de invasões de terras em seus territórios. Por conta dos despejos feitos por aviões de fazendeiros, o receio inclui também a contaminação dos rios e conseqüentemente dos peixes, das hortas e da própria população local, acarretando diversos tipos de doenças.

Por vezes o despejo de agrotóxicos é feito propositalmente sobre as áreas de interesse de expansão dos produtores, o que inclui as terras indígenas. De qualquer modo, mesmo que os fazendeiros despejem agrotóxicos com uso de aviões somente em suas propriedades, o mesmo se dispersará pelo ar, atingindo inclusive o núcleo urbano de Santa Terezinha, como nos foi passado em relatos de moradores locais no ano de 2019.

Com isso, vamos agora apontar os territórios indígenas de Santa Terezinha, informando suas características gerais, fazendo o levantamento dos conflitos existentes entre 2001 e 2021, utilizando dados do CIMI, 2022. Atualmente o município conta com dois territórios indígenas homologados e um em processo de homologação. Entre os homologados estão a Terra Indígena Urubu Branco, dos povos Tapirapé localizada na Serra do Urubu Branco, com uma área de 167.533 hectares, com seu território ocupando três municípios divididos: 46,58% em Santa Terezinha, 40,51% em Porto Alegre do Norte e 13,40% em Confresa. Foi homologada em 1998, e possui uma população estimada em 583 pessoas, segundo dados do Instituto Socioambiental – ISA, 2022.

O outro território indígena homologado é a Terra Indígena Tapirapé/Karajá, que por sua vez é dividida entre os povos Tapirapé e Karajá. Localizada às margens do Lago Tapirapé, abrangendo uma área de 66.166 hectares, com seu território ocupando dois municípios, divididos: 62,83% em Santa Terezinha; 37,50% em Luciara, tendo sido homologada em 1983, possuindo uma população estimada em 512 pessoas, segundo dados da base ISA, 2022.

Além das duas terras indígenas homologadas, Santa Terezinha conta ainda com um território indígena em processo de homologação, trata-se da Terra Indígena Lago Grande (Karajá), dos povos Karajá (PIB/ISA, 2021), que por tratar-se de uma terra ainda não homologada, fica impreciso afirmar a área exata que ela terá em caso de homologação.

Para analisar os conflitos envolvendo os territórios indígenas de Santa Terezinha, foi feito um levantamento de dados no observatório de violência do CIMI, 2022, utilizando um recorte temporal entre 2001 e 2021. Entre os tipos de violência, temos as seguintes

classificações: ameaça de morte; violência contra a pessoa; violência contra o patrimônio; violência por omissão do poder público; conflitos relativos a direitos territoriais; invasões processórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio; desassistência da área de educação escolar indígena; suicídio (CIMI, 2022).



Gráfico 33: Casos de violência contra o povo Tapirapé do município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: CIMI, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Sobre a violência sofrida contra o povo Tapirapé de Santa Terezinha, podemos observar no Gráfico 33, que o quantitativo obteve um aumento expressivo a partir do ano de 2018, atingindo a marca de 7 ocorrências em 2020, sendo o maior registro de casos em um só ano em toda a série histórica (Gráfico 33). Em 2021, último ano de análise, foram registrados 6 casos de violência contra os Tapirapé de Santa Terezinha (Tabela 19).

Fazendo a média de ocorrência de tipos de violência contra os Tapirapé, fica perceptível o aumento do número de casos na segunda década de análise, em comparação com a primeira. Entre 2001 e 2010, a média anual de registros ficou em 0,9 casos. Entre 2011 e 2021, a média anual ficou em 2 casos. Fazendo a média de 2018 a 2021, período de maior ocorrência dos casos, sendo este o período mais recente de análise, observamos que a média anual chega a 5 casos (CIMI, 2022). Tendo em vista que os dados de produção, área plantada e rendimento da soja em Santa Terezinha só começaram a ter relevância e ganhar expressão durante a década de 2010, podemos supor que parte desse aumento dos casos de violência contra o povo Tapirapé ocorre por conta da expansão da fronteira agrícola da soja.

Tabela 19: Casos de violência contra o povo Tapirapé do município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
					1	1	2	2	3	2
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
			1	1		3	4	7	6	

Tabela 19: Casos de violência contra o povo Tapirapé do município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: CIMI, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Levantando os casos de violência contra o povo Tapirapé (CIMI, 2022), durante a segunda década de análise, período que coincide com o crescimento da soja em Santa Terezinha, observamos que foi registrado 1 caso de ameaça de morte (no ano de 2011), 1 caso de violência contra a pessoa (no ano de 2018); 15 casos de violência contra o patrimônio (nos anos de 2011; 2015; 2016; 2018; quatro casos em 2019; três casos em 2020 e quatro casos em 2021); 6 casos de violência por omissão do poder público (nos anos de 2018; três em 2020 e dois em 2021) 1 caso de desassistência da área de educação Escolar Indígena (no ano de 2020).

Dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, CIMI, 2021, dão conta de que os últimos anos de levantamento, a Terra Indígena Urubu Branco, dos povos Tapirapé, vem perdendo áreas de floresta, devido a constantes invasões, desmatamentos, queimadas e exploração de recursos naturais em suas terras.

No ano de 2020 e em 2021, a TI Urubu Branco continuou a sofrer depredação de seus recursos naturais de um modo muito mais acelerado. Desde a posse do governo Bolsonaro, os invasores e madeireiros sentiram-se autorizados a efetivar mais desmatamento para implantar novas áreas de pastagens e mais retirada de madeiras para venda ilegal de estacas de pau-brasil. Em 2020, uma operação contra o desmatamento e a exploração ilegal de madeira havia identificado que a área foi loteada” entre vários patrões, que recrutam os “peões”, e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de uma propriedade foi identificado pelo Ibama no local. O desmatamento está colocando em risco locais sagrados para os Apyãwa, como a Yrywo’ywãwa, Cachoeira do Urubu Branco. Em 2021, o desmatamento continuou, e Ibama e PF deflagraram mais uma operação de combate ao desmatamento na TI Urubu Branco (Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, CIMI, 2021, p.114).



“Crianças e adultos Tapirapé, sem qualquer tipo de equipamento ou apoio do Estado, tentaram apagar o fogo que consumiu milhares de hectares da TI Urubu Branco: “O futuro das gerações do povo Apyãwa está em risco”” (CIMI, 2019, p. 23).



Gráfico 34: Casos de violência contra o povo Karajá do município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: CIMI, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Sobre a violência sofrida contra o povo Karajá de Santa Terezinha, podemos observar no Gráfico 34 que o quantitativo se mostrou bem inferior ao levantado entre o povo Tapirapé, tendo em vista que entre o período de 2001 e 2021, foram registrados 6 casos de violência contra os Karajá, frente aos 33 casos de violência contra os Tapirapé (CIMI, 2022).

Fazendo a média de ocorrências de casos de violência contra os Karajá na primeira década de análise, temos uma média anual de 0,3 casos. Entre a segunda década de análise, incluindo o ano de 2021, a média anual de casos fica em 0,27 casos. Sendo assim, não tivemos aumento do número de conflitos entre os Karajá, durante a chegada e consolidação da soja em Santa Terezinha.

Tabela 20: Casos de violência contra o povo Karajá do município de Santa Terezinha - 2001-2021

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
					1				2	
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
1			1						1	

Tabela 20: Casos de violência contra o povo Karajá do município de Santa Terezinha – 2001-2021. (Fonte: CIMI, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Na segunda década de análise, período que coincide com a chegada da soja em Santa Terezinha, tivemos o registro de 1 caso de violência contra a pessoa (no ano de 2012); 1 caso de violência por omissão do poder público (no ano de 2015) e 1 caso de violência contra o patrimônio (no ano de 2021).

3.5 Conflitos levantados pela CPT em Santa Terezinha

Para analisar os conflitos ocorridos no município de Santa Terezinha foi feito um levantamento de dados no caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2022, utilizando um recorte temporal entre 2001 e 2022²⁰. Entre os tipos de violência, temos as seguintes classificações: conflitos por terra; assassinatos; ameaças de morte (CPT, 2022).

Na primeira década de análise, entre 2001 e 2010, tivemos a ocorrência de 5 casos de conflito em Santa Terezinha, correspondendo a uma média de 0,5 conflitos por ano. Na segunda década de análise, entre 2011 e 2020, tivemos um aumento expressivo dos casos de conflito no município (Gráfico 35), tendo em vista que durante esse período, foram levantados 18 conflitos; sendo assim, a média anual da segunda década de análise ficou em 1,8 casos. Iniciando a terceira

²⁰A base CPT, 2022 fez o levantamento dos conflitos e divulgou os dados até o ano de 2022 diferente das bases SIDRA/IBGE, 2022 e CIMI, 2022, com o último levantamento dos dados divulgados correspondendo ao ano de 2021.

década, os anos de 2021 e 2022, somados, apresentaram 9 casos de conflitos (Tabela 21), correspondendo a uma média de 4,5 casos entre os dois anos, um quantitativo bem superior ao das duas décadas anteriores (CPT, 2022).

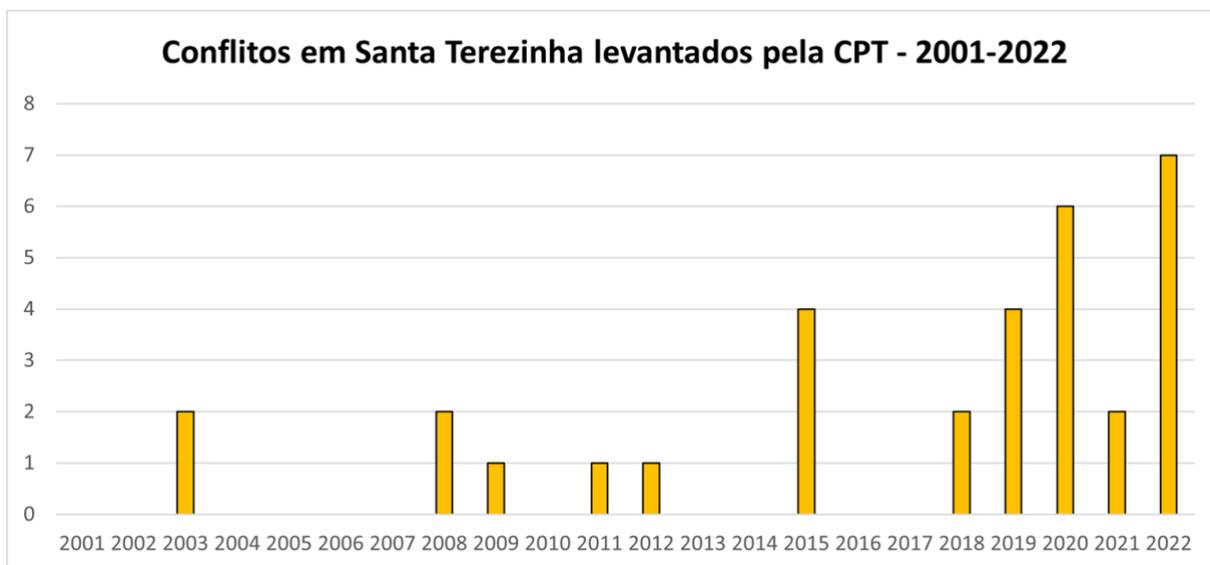


Gráfico 35: Conflitos em Santa Terezinha levantados pela CPT – 2001-2022. (Fonte: CPT, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Com os dados apresentados pela CPT, 2022, fica nítido o aumento dos casos de conflito em Santa Terezinha, a partir da segunda década de análise, período que corresponde ao de inserção e crescimento da produção de soja no município. Sendo assim, podemos supor que parte desse aumento, está relacionado à expansão da fronteira agrícola que adentra as terras de Santa Terezinha, através das rodovias estaduais MT-413, MT-431, MT-432 e MT-100.

Tabela 21: Conflitos em Santa Terezinha levantados pela CPT - 2001-2022

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
		2					2	1		1
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1			4			2	4	6	2	7

Tabela 21: Conflitos em Santa Terezinha levantados pela CPT – 2001-2022. (Fonte: CPT, 2022. Elaborado por: FERREIRA, L.T.D).

Considerando os dados a partir de 2011, quando se inicia a segunda década de análise, correspondendo também ao período de inserção da soja em Santa Terezinha, observamos que

o município teve a ocorrência de 18 conflitos por terra (nos anos de 2011; 2012; dois em 2015; dois em 2018; quatro em 2019; seis em 2020 e dois em 2021), 9 ameaças de morte (duas no ano de 2015 e sete em 2022) e 0 assassinatos²¹.

Entre os grupos sociais que sofreram com os conflitos durante esse período (CPT, 2022), tivemos os indígenas com 14 ocorrências (nos anos de 2011; 2012; 2015; dois em 2018; três em 2019 e seis em 2020) e os sem-terra com 13 ocorrências (três no ano de 2015; uma em 2019; duas em 2021 e sete em 2022).

3.6 Considerações sobre a expansão do agronegócio em Santa Terezinha

O terceiro e último capítulo, procurou identificar os caminhos de penetração da soja em Santa Terezinha, apontando as rodovias estaduais presentes no município e a localização das áreas de plantação de soja. Para tal, foram analisadas as vantagens logísticas relacionadas à localização das fazendas de soja de Santa Terezinha. Do mesmo modo, analisamos as condições físicas envolvendo solo, clima e relevo, que não são das mais favoráveis, porém, percebemos que as novas tecnologias utilizadas no campo, estão sendo utilizadas para amenizar essa condição.

Os movimentos de contra-racionalidade presentes em Santa Terezinha, dificultaram o processo de penetração da fronteira agrícola da soja, porém, se analisarmos os dados de produção, área plantada e rendimento, observamos que a commodity vem crescendo consideravelmente no município, apresentando valores acima das 100 mil toneladas de grãos em 30 mil hectares destinados ao cultivo da soja no ano de 2021 (SIDRA/IBGE, 2022). Vale ressaltar que a partir do momento que o produtor começa a ter lucros com a produção da soja, dificilmente ele mudará o tipo de cultura produzida em suas terras, tendo em vista que esta é uma atividade muito mais rentável financeiramente do que as demais observadas em Santa Terezinha.

Nesse sentido, o capítulo preocupou-se em fazer um levantamento dos dados de produção, área plantada e rendimento dos grãos de soja em Santa Terezinha, analisando e relacionando o crescimento do quantitativo com as possíveis áreas de expansão, ou seja, as áreas de floresta, áreas de pastagem, áreas com produções alimentares, de extração de látex, bem como os assentamentos e territórios indígenas, apontando possíveis mudanças estruturais

²¹O único assassinato registrado como conflito no caderno da CPT, 2022, ocorreu em 04/03/2008, sendo assim, período anterior ao da inserção da produção de soja em Santa Terezinha.

no campo e os conflitos existentes. Foram levantados os conflitos relacionados aos povos Tapirapé e Karajá, bem como as demais ocorrências envolvendo a população de Santa Terezinha de um modo geral, sendo constatado um grande aumento no número de casos de violência nos últimos anos, em especial durante o governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022.

O terceiro capítulo conseguiu, portanto, atender alguns objetivos específicos pré-estabelecidos, dentre eles, averiguar a magnitude do processo de expansão de grãos, seja em área e em produção; avaliar os limites da expansão da produção de soja; abordar os conflitos e processos de resistência da população local; apontar possíveis mudanças estruturais em Santa Terezinha.

Considerações Finais

Historicamente, o Vale do Araguaia passou por algumas mudanças estruturais com seus consequentes conflitos, à medida em que a fronteira da pecuária penetrou os municípios da região, desmatando as florestas e plantando pastagens para o gado bovino, abrindo assim, espaço para que, décadas mais tarde, a fronteira da soja pudesse avançar sobre as áreas de pasto já abertas. Com o avanço das tecnologias utilizadas no campo, a fronteira da soja se consolidou a partir do século XXI na Microrregião de Canarana, apresentando altos índices de produção. Anos mais tarde, durante a década de 2010, a fronteira da soja avançou sentido norte, em direção a Microrregião do Norte Araguaia, apresentando valores consideráveis na produção de soja na maioria dos seus municípios, incluindo Santa Terezinha, que em 2021 atingiu uma produção superior a 100 mil toneladas de grãos colhidos em mais de 30 mil hectares de terra (SIDRA/IBGE, 2022).

Para analisar os limites e as possibilidades de expansão da soja em Santa Terezinha, precisamos entender as características específicas do município, desde antes de sua fundação, quando o local ainda era conhecido como povoado Furo de Pedra, até os dias de hoje. Abordamos assim, no primeiro capítulo, os processos que levaram à criação do município de Santa Terezinha, analisando os dois momentos estruturantes que o Vale do Araguaia passou durante o século XX e que resultaram na expansão da soja durante o século XXI. O primeiro momento ocorreu durante os governos de Getúlio Vargas, construindo pontos de infraestrutura pelo Brasil, com o objetivo de ocupar e desenvolver as regiões Centro-Oeste e Norte, como foi visto em Barra do Garças, município da Microrregião do Médio Araguaia que teve a *função* (SANTOS, 1985) de servir como base logística para o espraiamento das atividades agroindustriais por todo o Nordeste Mato-Grossense. “Função (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 1985, p.50).

Décadas mais tarde, durante a ditadura militar, a pecuária se espalhou pelas Microrregiões de Canarana e do Norte Araguaia, sendo este o segundo momento estruturante aqui considerado por nós, e que diz respeito ao período dos projetos agropecuários implantados com auxílio de recursos da SUDAM. Esta etapa da formação da fronteira agrícola foi marcada por muitos conflitos, intimidações, violências, perseguições e assassinatos. A história da fundação de Santa Terezinha resume bem o grau de tensão que a região passou, tendo em vista o conflito armado entre posseiros e representantes da fazenda Codeara, pela disputa de terra pelo atual núcleo urbano do município.

Os movimentos de resistência que ganharam força pelos municípios do Vale do Araguaia, tiveram respaldo de parte da Igreja, com forte apoio da Prelazia de São Félix do Araguaia e de figuras católicas importantes, como a do Bispo Pedro Casaldáliga, e serviram de entrave para o avanço de atividades hegemônicas da época, em especial à pecuária. Em Santa Terezinha, o caso emblemático foi o do Padre Francisco Jentel, que tentou desenvolver uma estrutura básica de apoio junto aos posseiros do então povoado, lutando ao lado dos mesmos pela criação do município no ano de 1980. Por conta de sua atuação, Jentel passou por uma campanha de difamação, foi lido como subversivo, perseguido e preso durante a ditadura militar, cumprindo um ano de pena e sendo expulso do Brasil. Os moradores de Santa Terezinha, porém, obtiveram o direito garantido de morarem em suas terras.

A fronteira da pecuária avançou por todo o Vale do Araguaia ao longo do século XX e, a partir do século XXI, começou a dar lugar ao avanço da fronteira da soja, penetrando os municípios da BR-158 em direção ao Norte do país, atravessando primeiro a Microrregião de Canarana (mais ao sul) e, posteriormente, a Microrregião do Norte Araguaia (mais ao norte). Com o desenvolvimento das tecnologias utilizadas no campo, vimos que os dados de produção, área plantada e rendimento de soja cresceram em Santa Terezinha, mesmo com as condições físicas do município sendo pouco vantajosas para o cultivo da soja, e com sua população local apresentando um histórico de resistência e luta pela moradia e o trabalho no campo. Sendo assim, o segundo capítulo abordou o movimento de expansão da fronteira agrícola da soja pelo Vale do Araguaia, bem como os movimentos de contra racionalidade (SANTOS, 1996) que serviram de empecilho para esse avanço.

O terceiro capítulo buscou responder à questão central desta pesquisa, identificando os limites e as possibilidades de expansão da soja no município de Santa Terezinha, apontando o caminho natural que a commodity percorre do município até os portos do Norte e Nordeste, analisando as vantagens logísticas para o escoamento da produção, bem como as desvantagens das características físicas encontradas do município. Foram identificadas também as possíveis áreas para expansão da soja, trabalhando com um recorte histórico que aponta para a perda substancial de áreas de florestas e de área de produtos alimentares, frente ao avanço da soja no município.

Através dos relatos de moradores de Santa Terezinha, em entrevistas realizadas em 2019, ficou explícito que novas formas de coerção estão sendo postas em prática para intimidar e incentivar grupos específicos a abandonarem suas terras, vendendo-as a preços irrisórios, como é o caso dos relatos sobre o despejo criminoso de agrotóxicos, através de aviões de fazendeiros sobre as pequenas propriedades, como as terras de assentados, de pequenos

produtores e em territórios indígenas. Dados da base CIMI, 2022 e CPT, 2022, também apontam para um crescimento dos conflitos em Santa Terezinha, no período de avanço do cultivo da soja no município.

Assim sendo, podemos afirmar que a fronteira agrícola penetra Santa Terezinha através das rodovias estaduais MT-413, MT-431, MT-432 e MT-100, sob influência da rodovia federal BR-158, as quais oferecem vantagens logísticas no sentido do acesso aos portos do Maranhão e do Pará, facilitando a aceleração do capital no sentido de “destruição do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2016, pag. 99). Entretanto, deve-se destacar que a fronteira agrícola avança, superando os limites do quadro natural, em termos da fertilidade dos solos, ao fazer uso mais intenso das técnicas disponíveis, num contexto em que a unidade entre capital e natureza se impõe, passando a ser a busca pelo fator terra e sua localização as condições mais importantes.

No atual contexto, não há possibilidades para o surgimento dos movimentos de contra racionalidade como emergiram no passado. Como acentua Harvey, “a ideia de que o capital exige a destruição de uma natureza humana digna e sensível já foi entendida há muito tempo” (2016, pág. 242), num contexto de dominância da racionalidade econômica, resta aos movimentos sociais, para além da resistência, a possibilidade de se reinventarem.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, E. S., LIMA, R. C. & PEREIRA, T. C.. O Setor Carne-Grãos no Centro-Oeste: Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.
- ARACRI, L. A. S.. Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- ARACRI, L. A. S.. Espaço e Circuitos Produtivos: A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.
- ARRUZO, R. B. Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BALDUS, H.. Tapirapé: Tribo Tupí no Brasil Central. 1. ed. São Paulo: Companhia da Editora Nacional & Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- BERNARDES, J. A.. Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BERNARDES, J. A.. O Setor Carne-Grãos no Centro-Oeste: Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.
- CAMELINI, H. C. & CASTILLO, R.. Logística e competitividade no circuito espacial produtivo do etanol no Brasil, 2008. Boletim Campineiro de Geografia. v. 2, n. 2, 2012.
- CANUTO, A.. Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-Grossense. 1. ed. Editora Outras Expressões, 2019.
- CANUTO, A.. Ventos de Profecia na Amazônia: 50 Anos da Prelazia de São Félix do Araguaia. 1. ed. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2021.
- CASTILLO, R. & FREDERICO, S.. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo, 2010.
- CIMI. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, 2019.
- CIMI. Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, 2021.

- Documentário: Descalço Sobre a Terra Vermelha. Direção: Oriol Ferrer. Produção: Minoria Absoluta, Raiz Produções. Brasil: TV3, TVE, TV Brasil, 2012.
- Documentário: Vale dos Esquecidos. Direção: Maria Raduan. Produção: Maria Raduan e Rodrigo Teixeira. Brasil: RT Features, 2010.
- FELIPPE, A. C. S., SILVA, L. G. & LOURENÇO, T. C. M.. O Setor Carne-Grãos no Centro-Oeste: Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. 1.ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.
- FREIRE, P. Dicionário Paulo Freire, 2008. (FREIRE, 1970). (2010, p. 392). (FREIRE, 1979^a); (2010, p. 7).
- GALERIA DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA, Folheto da Galeria dos Mártires da Caminhada: Galeria 1 Pe. João Bosco Penido Burnier, Santuário de Ribeirão Cascalheira, MT).
- IBGE. Manuais Técnicos em Geociências: Manual Técnico de Pedologia, n. 4. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015
- IBGE. Atlas Geográfico Escolar. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA. Irmandade dos Mártires da Caminhada: Padre Francisco Jentel, 2021. Disponível em: <<https://irmandadedosmartires.com.br/padre-francisco-jentel/>>. Acesso em: 25/08/2022.
- IRMANDADE DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA, 2022. Disponível em: <<https://irmandadedosmartires.com.br/romaria-dos-martires-2022-carta1/>>. Acesso em: 13/10/2022.
- LEPSCH, I. F.. 19 lições de Pedologia. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LOURENÇO, T. C. M.. De Desterritorializados Sem Terra a Desterritorializados Com Terra? Uma análise dos assentamentos rurais do Nordeste Mato-Grossense. Rio de Janeiro, 2020.
- MARTINS, J. S.. Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano. 1. ed. São Paulo: Editora Ucitec, 1997.

- PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Disponível em: <<https://prelaziasfaraguaia.com.br/categorias/paroquias/>>. Acesso em: 06/10/2022).
 - RIBEIRO, H. S.. O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos. 1. ed. Araraquara: Gráfica Wunderlich, 2001.
 - RIBEIRO, H. S.. Geopolítica e Memória: uma discussão do processo de desenvolvimento. 1. ed. Jundiaí: Paço Editorial, 2016a.
 - RIBEIRO, H. S.. Políticas Territoriais e Colonização Numa Área da Amazônia Oriental. 1. ed. Jundiaí: Paço Editorial, 2016b.
 - SANTOS, M.. Espaço e Método. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
 - SANTOS, M.. A Natureza do Espaço. 1. ed. São Paulo: Editora Ucitec, 1996.
 - [12+VF.pdf/718e31be-4b52-104e-8624-957e750c1e0b](#)>. Acesso em: 09/05/2023.
- WAGLEY, C.. Lágrimas de Boas Vindas: os Índios Tapirapé do Brasil Central. 1. ed. Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.